

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

no âmbito da
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ



RELATÓRIO AMBIENTAL

Junho 2015

(página intencionalmente em branco)

Avaliação Ambiental Estratégica
no âmbito da
Revisão do Plano Diretor Municipal de
Estremoz

Relatório Ambiental

Junho 2015

(página intencionalmente em branco)

CONTEÚDOS

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	18
2.1. OBJECTIVOS	18
2.2. METODOLOGIA.....	19
3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO	24
4. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	30
5. FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO	36
5.1. FACTORES AMBIENTAIS	36
5.2. FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO	37
5.2.1. ÁGUA	40
5.2.1.1 Objectivos e Indicadores	40
5.2.1.2 Situação Actual	41
5.2.1.3 Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	47
5.2.1.4 Avaliação Estratégica de Impactes	48
5.2.1.5 Recomendações	49
5.2.2 AR.....	50
5.2.2.1. Objectivos e Indicadores	50
5.2.2.2. Situação Actual.....	51
5.2.2.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	55
5.2.2.4. Avaliação Estratégica de Impactes	55
5.2.2.5. Recomendações	56
5.2.3. <i>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</i>	58
5.2.3.1. Objectivos e Indicadores	58
5.2.3.2. Situação Actual.....	60
5.2.3.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	61
5.2.3.4. Avaliação Estratégica de Impactes	62
5.2.3.5. Recomendações	63
5.2.4. <i>BIODIVERSIDADE</i>	65
5.2.4.1. Objectivos e Indicadores	65
5.2.4.2. Situação Actual.....	66
5.2.4.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	68
5.2.4.4. Avaliação Estratégica de Impactes	69
5.2.4.5. Recomendações	71
5.2.6. <i>PAISAGEM</i>	72
5.2.6.1. Objectivos e Indicadores	72
5.2.6.2. Situação Actual.....	73
5.2.6.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	74
5.2.6.4. Avaliação Estratégica de Impactes	75
5.2.6.5. Recomendações	76
5.2.6. PATRIMÓNIO CULTURAL	77
5.2.6.1. Objectivos e Indicadores	77
5.2.6.2. Situação Actual.....	78
5.2.6.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	79
5.2.6.4. Avaliação Estratégica de Impactes	80
5.2.6.5. Recomendações	82
5.2.7. <i>RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS</i>	84
5.2.7.1. Objectivos e Indicadores	84

5.2.7.2. Situação Actual.....	85
5.2.7.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	99
5.2.7.4. Avaliação Estratégica de Impactes	99
5.2.7.5. Recomendações	101
5.2.8. <i>DESENVOLVIMENTO HUMANO</i>	102
5.2.8.1. Objectivos e Indicadores	102
5.2.8.2. Situação Actual.....	105
5.2.8.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM	111
5.2.8.4. Avaliação Estratégica de Impactes	113
5.2.8.5. Recomendações	115
(PÁGINA INTENCIONALMENTE EM BRANCO)	116
6. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO	118
6.1. ENQUADRAMENTO	118
6.2. MODELO DE MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL	118
6.3. IMPLEMENTAÇÃO DO SEGUIMENTO	123
7. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO PÚBLICO	126
8. CONCLUSÕES	130
ANEXOS.....	134

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Procedimento de Avaliação Ambiental definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007	19
Figura 2. Recursos Hídricos do Concelho de Estremoz.....	42
Figura 3. Bacia Hidrográfica do Tejo - qualidade por estações de análise, 2011	42
Figura 4. Bacia Hidrográfica do Guadiana - qualidade por estações de análise, 2011	42
Figura 5. Evolução da qualidade da água - Bacia Hidrográfica do Tejo, 1995-2011	43
Figura 6. Evolução da qualidade da água - Bacia Hidrográfica do Guadiana, 1995-2011	43
Figura 7. Evolução da qualidade da água na estação da Albufeira do Maranhão, 2011	43
Figura 8. Pontos de Captação de água subterrânea no Concelho de Estremoz, 2013	44
Figura 9. Nível pizométrico do sistema aquífero Estremoz-Cano, 2012.....	44
Figura 10. Situação do nível pizométrico do sistema aquífero Estremoz-Cano no ano hidrológico 2012/13	44
Figura 11. Variação média do nível piezométrico de um ponto de captação no Sistema Aquífero Estremoz-Cano ao longo do ano	45
Figura 12. Variação do parâmetro nitratos um ponto de captação no Sistema Aquífero Estremoz-Cano entre 2000 e 2012	46
Figura 13. Índice da Qualidade do Ar no Alentejo Interior, 2013.....	52
Figura 14. Emissões de Poluentes Atmosféricos considerando as Fontes Naturais, no Concelho de Estremoz, 2005 e 2009	52
Figura 15. Emissões de Poluentes Atmosféricos excluindo as Fontes Naturais, no Concelho de Estremoz, 2005 e 2009	53
Figura 16. Emissões de Poluentes Atmosféricos por Sector no Concelho de Estremoz, 2009.....	54
Figura 17. Localização da ZPE de Veiros no concelho de Estremoz.....	67
Figura 18. Carta de Isossistas de Intensidade Máxima.....	87
Figura 19. Mapa de Declives no Concelho de Estremoz.....	88
Figura 20. Reserva Ecológica Nacional Concelho de Estremoz.....	90
Figura 21. Seca (Índice PDSI)	91
Figura 22. Risco de Seca Hidrológica	91
Figura 23. Perigosidade de Incêndio Florestal no Concelho de Estremoz.....	92
Figura 24. Carta de Susceptibilidade à Desertificação.....	98
Figura 25. População residente por freguesias, no concelho de Estremoz (2011)	106
Figura 26. População idosa por freguesias, no concelho de Estremoz (2011)	107
Figura 27. Análise integrada do posicionamento do concelho de Estremoz face à NUT II Alentejo, no que trata a vários factores do desenvolvimento humano (2011)	111

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o seu Quadro de Referência Estratégico	32
Quadro 2. Relação entre os Factores Ambientais e de Sustentabilidade relevantes para o PDM de Estremoz e os previstos no DL n.º 232/2007, de 15 de junho	36
Quadro 3. Identificação dos Factores Críticos de Decisão e respectivas temáticas analisadas	37
Quadro 4. Interação entre os Factores Críticos de Decisão propostos no “Relatório de Definição de Âmbito” e os Factores Críticos de Decisão definidos no “Relatório Ambiental”	38
Quadro 5. Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD “Água”	40
Quadro 6. Avaliação de Impactes relativa ao FDC “Água”	48
Quadro 7. Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD Ar	50
Quadro 8. Emissões de Poluentes Atmosféricos por Sector no Concelho de Estremoz, 2009.....	53
Quadro 9. Avaliação de Impactes relativa ao FDC “Ar”	55
Quadro 10. Indicadores do Factor Crítico “Ordenamento do Território”	59
Quadro 11. Avaliação de Impactes relativa ao FDC “Ordenamento do Território”	62
Quadro 12. Indicadores do Factor Crítico “Biodiversidade”	66
Quadro 13. Avaliação de Impactes relativa ao FDC “Biodiversidade”	70
Quadro 14. Indicadores do Factor Crítico “Paisagem”	72

Quadro 15. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Paisagem"	75
Quadro 16. Indicadores do Factor Crítico "Património Cultural"	77
Quadro 17. Monumentos Nacionais no concelho de Estremoz	78
Quadro 18. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Património Cultural"	80
Quadro 19- Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD Riscos Naturais e Tecnológicos	85
Quadro 20. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Sismo	86
Quadro 21. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz – Deslizamento de Vertentes	88
Quadro 22. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Temporal/Ciclone ou Tornado	89
Quadro 23. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Cheias	89
Quadro 24. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Seca.....	90
Quadro 25. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Incêndio Florestal	92
Quadro 26. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Incêndio Urbano	93
Quadro 27. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Acidente Industrial	94
Quadro 28. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Acidentes rodoviários ou com transporte de mercadorias perigosas.....	94
Quadro 29. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Rotura de Barragem ou Albufeira	95
Quadro 30. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Poluição do Ar...95	95
Quadro 31. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Terrorismo	96
Quadro 32. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Acidente Aéreo .96	96
Quadro 33. Matriz de avaliação dos graus de risco e das vulnerabilidades do concelho de Estremoz face aos tipos de risco	96
Quadro 34. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Riscos Naturais e Tecnológicos"	99
Quadro 35. Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD Desenvolvimento Humano	102
Quadro 36. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Desenvolvimento Humano"	113
Quadro 37. Síntese dos Pareceres das Entidades Consultadas, no Relatório de Definição de Âmbito ...	126
Quadro 38. Avaliação dos Cenários por Factor Críticos de Decisão	130
Quadro 39. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS)	134
Quadro 40. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)	135
Quadro 41. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	136
Quadro 42. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS).....	138
Quadro 43. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional para a Energia (ENE)	139
Quadro 44. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional para as Florestas	140
Quadro 45. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais	141
Quadro 46. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Livro Verde para a Coesão Territorial Europeia	142
Quadro 47. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano da Bacia Hidrográfica do Guadiana	143
Quadro 48. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo	144
Quadro 49. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II).....	145

Quadro 50. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico de Resíduos Industriais (PESGRI)	146
Quadro 51. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II)	147
Quadro 52. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT).....	148
Quadro 53. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	149
Quadro 54. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional da Água (PNA) ...	150
Quadro 55. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS)	151
Quadro 56. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética 2015.....	152
Quadro 57. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)	154
Quadro 58. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional para as Alterações Climáticas	155
Quadro 59. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Operacional de Turismo do Alentejo	156
Quadro 60. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)	157
Quadro 61. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central.....	158
Quadro 62. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Rodoviário Nacional	159
Quadro 63. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	160
Quadro 64. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Portugal Logístico (em revisão)..	161
Quadro 65. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	162
Quadro 66. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	163
Quadro 67. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – 2012-2020 (PNEUA)	164
Quadro 68. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).....	165
Quadro 69. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano de Acção Regional – Alentejo 2020.....	166

(página intencionalmente em branco)

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A6	Autoestrada 6
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
AESRP	Área de Edificação em Solo Rural Periurbano
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.
CERENA	Centro de Recursos Naturais e Ambiente
CETS	Carta Europeia de Turismo Sustentável
CH4	Metano
CO	Monóxido de carbono
CO2	Dióxido de carbono
DIA	Declaração de Impacto Ambiental
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ENAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
EN	Estrada Nacional
ER	Estrada Regional
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FCD	Factor Crítico de Decisão
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
Ha/ha	Hectares
I.P.M.A.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IBA	Áreas Importantes para Aves/ <i>Important Bird Areas</i>
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
INALENTEJO	Programa Operacional Regional do Alentejo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP2	Itinerário Principal 2
km ²	Quilómetro quadrado
kV	KILOVOLT
m ²	Metro quadrado
m ³	Metros cúbicos
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
mg/l	Miligrama por litro
N.º/n.º	Número
NH3	Amónia
NM VOC	Compostos orgânicos voláteis
NO2	Dióxido de azoto
NOx	Óxidos de azoto
NUT	Unidade Territorial para Fins Estatísticos
O3	Ozono
PANCD	Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015

PERSU II	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016
PM10	Partículas inaláveis
PMEPCE	Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Estremoz
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNEUA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – 2012-202
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PROT Alentejo/ PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
PROZOM	Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona dos Mármore
PSRN2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
PTCON0030	Sítio de Importância Comunitária Caia
PTZPE0052	Zona de Protecção Especial de Veiros
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
QualAr	Base de dados on-line sobre a qualidade do ar
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SEFSTAT	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Portal de Estatística
SNIRH	Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos
SO2	Dióxido de enxofre
Ton./ton.	Tonelada
UNOR	Unidade de Ordenamento
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZPE	Zona de Protecção Especial
µg	Micrograma

1. INTRODUÇÃO

1. Introdução

O presente documento constitui o “Relatório Ambiental”, instrumento enquadrado no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Estremoz e adjudicado pela Câmara Municipal de Estremoz ao Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda. (CEDRU), após concurso público realizado em Agosto de 2013.

A estrutura e conteúdos apresentados, desenvolvidos entre outubro e novembro de 2013, teve por base o “Relatório de Definição de Âmbito” elaborado pelo Centro de Recursos Naturais e Ambiente (CERENA), do Instituto Superior Técnico (Abril de 2011), e teve em conta os demais avanços registados no processo de revisão do PDM de Estremoz, incluindo o Parecer Final da Comissão de Acompanhamento do PDM de Estremoz.

O Relatório apresenta os conteúdos previstos no Caderno de Encargos, procurando fornecer uma análise sucinta e objetiva em estreita conformidade com os vários aspectos considerados no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, relativo à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, estão sujeitos a avaliação ambiental:

- a) Os planos e programas para os setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, define ainda que é competência da entidade responsável pela elaboração do plano ou programa averiguar se o mesmo se encontra sujeito a avaliação ambiental, e, sempre que tal se verifique, determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como determinar o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental.

A realização de uma avaliação ambiental, tal como estabelecido no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, ao nível do planeamento e da programação garante que os efeitos ambientais sejam tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo assim para a adopção de soluções inovadoras, mais eficazes e sustentáveis, e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

Em maio de 2006, a Câmara Municipal de Estremoz deliberou proceder à revisão do seu PDM, que data de 1995, em virtude quer da imposição legal decorrente do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e suas novas exigências (segundo o qual os planos diretores municipais são obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão), quer da necessidade de adaptação da estratégia de desenvolvimento concelhia, para o horizonte temporal da próxima década, ao novo estado económico, social, cultural e ambiental concelhio e principais transformações emergentes nestes domínios.

Encontrando-se a Câmara Municipal de Estremoz a proceder à revisão do Plano Diretor Municipal, a resposta a este imperativo legal foi prosseguida com a elaboração da respectiva Avaliação Ambiental. Neste âmbito, em abril de 2011, foi entregue o Relatório de Definição de Âmbito, o qual foi sujeito a parecer pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano. Em novembro de 2013, foi produzido e disponibilizado o Relatório Ambiental Preliminar, que foi objeto de apreciação pelas entidades que integram a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Estremoz. O Relatório Ambiental, após análise e ponderação dos contributos e propostas formuladas pelas entidades competentes, em conformidade com o quadro regulamentar vigente, integrou as abordagens e melhorias sugeridas no âmbito do parecer final da Comissão de Acompanhamento.

O Relatório Ambiental encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Introdução – Este capítulo tem como objetivo promover um enquadramento do presente exercício avaliativo;
- Objectivos e Metodologia – Este capítulo tem como finalidade apresentar uma descrição detalhada dos objetivos e da metodologia adoptada para a elaboração do presente Relatório Ambiental, bem como dos trabalhos que serão desenvolvidos na fase seguinte;
- Objecto de Avaliação – Este capítulo tem como objetivo apresentar a área do Plano, analisar os antecedentes processuais e enunciar os diversos objetivos;
- Quadro de Referência Estratégico – Este capítulo tem como intuito desenvolver a análise do quadro de referência estratégico, isto é, os planos e programas municipais, regionais, nacionais e internacionais com os quais o Plano Diretor Municipal de Estremoz estabelece relações;
- Factores Críticos de Decisão – Neste capítulo o objetivo é analisar os factores ambientais susceptíveis de serem afectados pela implementação do Plano Diretor Municipal de Estremoz. Esta análise contemplará primeiro uma apreciação integrada dos factores críticos de decisão, seguida de uma análise detalhada de cada um desses factores, segundo uma estrutura padronizada e sequencial assente na situação atual, nas tendências de evolução sem a revisão do PDM, na avaliação estratégica das oportunidades e riscos associados às acções do PDM e nas medidas de mitigação que deverão ser implementadas;
- Seguimento e Monitorização – O objetivo deste capítulo é apresentar um quadro com os indicadores, estruturados por factor crítico de decisão, que deverão ser adoptados para o seguimento e monitorização das acções do PDM;

- Consulta de Entidades e Participação Pública – Neste capítulo a finalidade é apresentar o modelo de consulta de entidades (que em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PDM de Estremoz) e de participação pública, assim como as acções de divulgação propostas.
- Conclusões - O objetivo deste capítulo é sistematizar as principais conclusões que emanam da avaliação ambiental e recomendações com vista a minimizar possíveis impactes negativos sobre o ambiente decorrentes da aplicação do Plano.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

2. Objectivos e Metodologia

2.1. Objectivos

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece que a realização de uma avaliação ambiental possibilita que eventuais efeitos ambientais negativos de uma determinada opção de desenvolvimento preconizada num plano ou programa passam a ser sopesados numa fase que precede a avaliação de impacto ambiental de projetos já em vigor no ordenamento do território português. Assim, o relatório ambiental deve constituir, não uma descrição final da situação ambiental, mas antes uma análise inicial de base a todo esse procedimento de elaboração e cujo conteúdo deve ser tido em consideração na redação da versão final do plano ou programa.

Posto isto, a realização AAE no âmbito do processo de revisão do PDM de Estremoz será norteada pelos seguintes objetivos:

- Integrar a dimensão ambiental na visão estratégica do Concelho de Estremoz, potenciando a oportunidade que representa a revisão do PDM;
- Promover uma abordagem sistémica do ambiente, integrando os vários factores com relevância (naturais, de ordenamento do território e de desenvolvimento social e crescimento económico);
- Avaliar potenciais constrangimentos ao ambiente e propor medidas mitigadoras com vista à sua resolução ou supressão;
- Estruturar um programa de monitorização com vista a assegurar um adequado e eficaz acompanhamento do PDM;
- Promover um processo participativo e transparente, envolvendo o público em geral e as entidades com responsabilidades em matérias ambientais, em toda a construção da presente AAE;
- Contribuir para a estruturação de propostas de planeamento e gestão do território no Município de Estremoz coadunadas com um desenvolvimento integrado e sustentável.

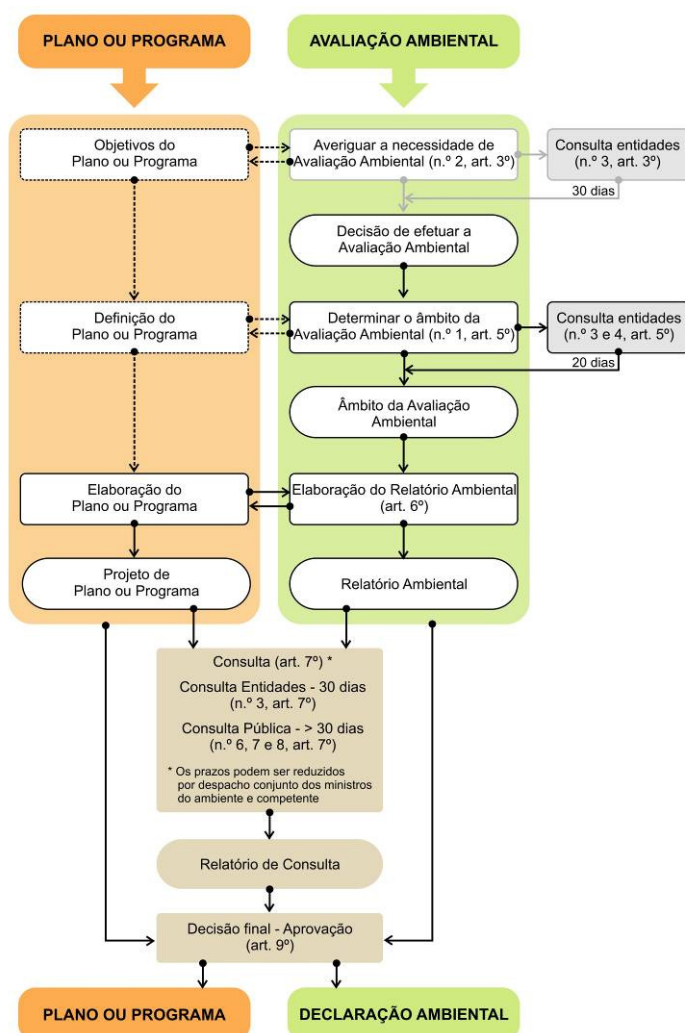
Atendendo aos objetivos indicados, a AAE apresenta um contributo tripartido no processo de revisão do PDM de Estremoz, designadamente:

- Na fase inicial do Plano, de modo a que as questões ambientais possam ser devidamente equacionadas e os impactos negativos mitigados;
- Na fase final do Plano, contribuindo para a adopção de uma estratégia de desenvolvimento territorial em estreita articulação com a prossecução de objetivos de desenvolvimento integrado;
- Na fase de implementação do Plano, uma vez que é proposta uma estratégia de monitorização de forma a assegurar a integração e respeito pelos múltiplos factores ambientais no decurso da operacionalização do Plano Diretor Municipal de Estremoz.

2.2. Metodologia

O quadro legislativo das Avaliações Ambientais Estratégicas (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho) apresenta as principais linhas orientadoras deste exercício avaliativo, indicando os seus objetivos e principais conteúdos, sem no entanto definir uma metodologia específica. Assim, a metodologia adoptada para a presente AAE teve como base o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica da Agência Portuguesa do Ambiente”, publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com as devidas adaptações às especificidades da presente AAE, em estreita articulação com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

Figura 1. Procedimento de Avaliação Ambiental definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007



Tendo como referência os diagramas de procedimentos decorrentes da legislação em vigor em matéria de avaliações ambientais estratégicas, a AAE no âmbito do processo de revisão do PDM de Estremoz deve ser desenvolvida em três fases sequenciais, que decorrem paralelamente ao processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Estremoz.

1ª Fase – Definição do Conteúdo da Avaliação Ambiental

Esta fase, já concluída, teve como objetivo definir e delimitar o contexto em que a AAE se realiza, identificando-se a estratégia subjacente ao Plano Diretor Municipal de Estremoz, bem como os problemas que visa suprimir e culminou com a entrega do Relatório de Definição de Âmbito.

O Relatório de Definição de Âmbito, que data de meados de 2011, identificou instrumentos de planeamento setoriais e territoriais a considerar no âmbito da AAE, apresentou a visão estratégica do PDM de Estremoz baseada num sistema centrípeto cujo centro é a Cidade e o extremo o Mundo Rural até ao limite do Concelho, incorporou um diagnóstico preliminar da situação ambiental e identificou os Factores de Decisão.

Este Relatório foi sujeito a um processo de consulta das entidades com responsabilidades em matéria de ambiente e às quais seja susceptível de interessar os possíveis efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano Diretor Municipal de Estremoz. As diversas entidades pronunciaram-se de forma favorável, sendo as diversas sugestões de melhoria incluídas nos pareceres emitidos, avaliados pela equipa e, quando justificado, incorporados no processo.

2ª Fase – Elaboração do Relatório Ambiental

Na segunda fase, onde se integram os conteúdos que estruturam o presente documento, o objetivo consiste na realização dos estudos técnicos necessários para cada um dos Factores Críticos, com a finalidade de se efectuar uma caracterização da situação atual de cada um desses Factores, bem como de se analisar as tendências de evolução, com e sem a aplicação do Plano Diretor Municipal, e a avaliação das oportunidades e riscos associados.

Tendo por base esta análise profunda e objetiva foram identificadas as medidas mitigadoras, isto é, as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do PDM. Com vista a mitigar esses efeitos, é ainda proposta uma estratégia de acompanhamento e monitorização.

A segunda fase encontra-se dividida em dois momentos:

- Um primeiro que culmina com a entrega do “Relatório Ambiental Preliminar”, posteriormente enviado para consulta às entidades com responsabilidades em matéria de ambiente e para consulta pública, com vista a promover o envolvimento e a participação da população na construção deste instrumento;
- Um segundo momento que em função da consulta às entidades e da consulta pública levará à incorporação de alterações e contributos no relatório e posteriormente a isso será produzido o “Relatório Ambiental Final”.

3ª Fase – Preparação da Declaração Ambiental

A terceira e última fase terá início com a aprovação do Relatório Ambiental. Nesta fase será preparada uma Declaração Ambiental na qual constará a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal de Estremoz, bem como os resultados da ponderação das observações apresentadas durante a consulta realizada e as medidas de controlo previstas.

De acordo com o Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, será enviada a Declaração Ambiental à APA.

3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO

3. Objecto de Avaliação

A presente Avaliação Ambiental Estratégica incide sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz, cuja deliberação ocorreu em maio de 2006. Havia então decorrido mais de uma década após a entrada em vigor do PDM de Estremoz (ratificado pela Resolução do Concelho de Ministros 122/95, de 3 de Novembro).

A necessidade de revisão do PDM de Estremoz, que tem como área de intervenção todo o Município de Estremoz, um território com 51.380ha, distribuídos por 13 freguesias, decorreu da concertação dos seguintes factores, de acordo com a Equipa responsável pela Revisão do PDM (Câmara Municipal de Estremoz, na qualidade de entidade responsável, e DHV SA e Arquipelago Arquitectos, Lda.):

- A adequação à legislação aprovada após a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, designadamente do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro;
- A necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições sociais, económicas, culturais e ambientais que determinaram a elaboração do PDM ainda em vigor;
- A desatualização e o reduzido grau de legibilidade e precisão da cartografia que integra o Plano;
- A incongruência e a ausência de rigor presente na delimitação dos perímetros urbanos;
- O desajuste entre as propostas de desenvolvimento traçadas pelo PDM do Concelho e as orientações estratégicas de âmbito regional definidas pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo) e no INALENTEJO, Plano Operacional Regional do Alentejo (2007-2013).

A proposta de Revisão do PDM de Estremoz assenta numa estratégia que integra **conceitos e espaços estruturantes**, compondo um sistema centrípeto cujo centro é a Cidade e o extremo o Mundo Rural até ao limite do Concelho, sendo que no espaço intersticial existe a Cidade Ecológica e a Cidade dos Serviços, mais precisamente:

- Mundo Rural: Esta área compreende o espaço rural do Concelho e apesar de manter fortes relações com a Cidade de Estremoz, possui um conjunto de características singulares que desempenham um papel fundamental e que deverão ser equacionadas de forma integrada e coerente, eventualmente através de um plano de gestão. A valorização dos “aglomerados Rurais” conferindo-lhe um estatuto de valor e reconhecimento na oferta habitacional e na fixação das populações no sentido de inverter o processo de despovoamento dos espaços interiores, assume um especial significado. Esta valorização do Espaço Rural enquanto dimensão de interesse comum, deverá consubstanciar-se num Plano de Gestão do Mundo Rural.
- Cidade Ecológica/Núcleos Periurbanos: Esta área não apresenta limites rígidos, correspondendo ao primeiro anel em torno da cidade (património + serviços), que se perspectiva ser de valorização da paisagem, conciliando unidades produtivas de carácter agrícola com a salvaguarda de recursos. Esta área abrange um conjunto

de espaços urbanos densos e compactos e outras áreas envolventes caracterizadas por baixas densidades, que privilegia a habitação e salvaguarda o enquadramento paisagístico. Esta cintura envolvente à cidade é considerada como representando um tempo novo, sendo determinada pela dimensão ecológica e deve, por isso, assumir uma resposta eficaz e exemplar na gestão dos resíduos urbanos e dos recursos naturais. Corresponde ainda à cidade clicável e assegura a procura crescente da vida no campo.

- Cidade Serviços: Esta área encontra-se limitada pela nova circular proposta de ligação ao IP2 (ainda que sem um traçado definitivo aprovado), assim como pelo limite do novo perímetro urbano, no qual se verificam usos intensivos em termos de espaço e de território, designadamente, concentrando a actividade industrial, as grandes superfícies, a logística e os grandes equipamentos de carácter desportivo, lúdicos e expositivos. Nesta área pretende-se conciliar actividades industriais, ambiente, ecologia, indústria e negócios, constituindo por natureza a área privilegiada de intercâmbios e movimentos pendulares entre a cidade património e o contexto envolvente periférico.
- Cidade Património: Esta área destaca a ideia de cidade como património e o seu centro, o Rocio, espaço de elevado valor social, cultural e económico que importa salvaguardar e valorizar.

A estratégia preconizada no âmbito do processo de revisão do PDM de Estremoz considera os seguintes **objetivos gerais**:

- Identificar / Reconhecer / Ordenador /Sinalizar: Uma das componentes mais importantes do PDM é assegurar uma informação atualizada sobre o território, para evidenciar os valores e as orientações estratégicas a longo prazo. Para tal implica estruturas e competências das entidades que operam sobre o território, designadamente a Autarquia, bem como mecanismos de comunicação abertos e interactivos com os diversos públicos alvo e a população em geral.
- Mudança manifesta: A estratégia de desenvolvimento anteriormente apresentada implica uma resposta de mudança visível, em que à cidade abandonada deve opor-se a mudança, a vanguarda, a criação e a coesão.
- Densificar / Diversificar / Qualificar: Este objetivo enquadra os conceitos de “re-urbanizar” e de “re-naturalizar” visando um conjunto heterogéneo de objetivos.
- Estrutura Municipal para o Desenvolvimento do Território: Este objetivo decorre de se considerar essencial assegurar a existência de uma estrutura municipal vocacionada para o ordenamento do território transversal aos vários serviços internos (cultura, infra-estruturas, economia, gestão urbanística, recursos naturais, transportes, acessibilidades) e externos (por exemplo, o PROT, o PNPOT, a ENDS).
- Conhecer e Promover: Este objetivo aponta para um aprofundamento e sistematização do conhecimento e das estruturas museológicas e expositivas do Concelho tal como dos seus agentes. Tal fundamenta a valorização da terra e da cultura popular, bem como o alargamento das redes de negócios (paisagem, turismo, economia local, adegas, vinhas, gastronomia e artesanato). É neste contexto que se salienta também a criação da Casa do Mundo Rural, associada ao

conceito de Museu Global, um projeto âncora de grande escala, uma abordagem antropológica, de memória, económica, cultural, transversal e prospectiva.

Enquanto **objetivos estratégicos**, que devem concorrer para a valorização e sustentabilidade do território, revelam: 1. A afirmação do concelho no contexto regional e nacional como área privilegiada de oferta de atividades turísticas, lazer e económicas sustentadas no ambiente natural e nos recursos endógenos; 2. A conclusão e manutenção da política de infraestruturação e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais; 3. Uma perspetiva holística (transversal na leitura estratégia e ação sobre o território) envolvendo todos os protagonistas na sua quota-parte de participação.

A estratégia preconizada assenta ainda em onze **vetores de intervenção**, nomeadamente:

- Infra-Estruturas básicas: Este vetor foca essencialmente o abastecimento de água (com o objetivo de garantir alternativa ao abastecimento atual exclusivamente por via de águas subterrâneas, assim como reduzir as perdas de rede que atualmente rondam os 50%) e o saneamento básico e tratamento das águas residuais, com o objetivo de garantir a existência deste serviço em todos os aglomerados do Concelho.
- Mobilidade/motorização: Este vetor salienta a necessidade de se definirem quatro situações, mais precisamente, a ligação A6/IP2, a Circular/Variante à Cidade, a ligação à UNOR e as ecopistas/ciclovias, assumindo estas ligações um papel considerável de reforço da centralidade urbana de Estremoz e do seu posicionamento regional.
- Valorização do Mundo Rural: Este vetor deve ser equacionado na sua vertente económica e social, distinguindo-se as seguintes áreas: agricultura, vinho, carne, turismo, gastronomia, paisagem e artesanato.
- Formação: Este vetor destaca o pólo tecnológico – ciência viva e a plataforma de conhecimento, criatividade e negócios.
- Afirmação da Cidade: Com vista à concretização deste vetor destacam-se as dimensões a priorizar: negócios, cidade criativa, reconstrução da cidade sobre a cidade, habitação, comércio, serviços, montra do concelho/região, estrutura ecológica urbana, integração da coroa peri-urbana.
- Modernização Administrativa: Este vetor alude à necessidade da Câmara Municipal de Estremoz proceder à sua própria modernização, o que passa por comunicar com os municípios de forma clara e moderna, trabalhar em rede, motivar a participação e participar, ultrapassar o exercício passivo do licenciamento e apresentar proactividade.
- Serviços supra-regionais: Este vetor parte do princípio de que Estremoz apresenta já um carácter supra-municipal que, no entanto, deverá ser potenciado através de serviços supra-regionais, criação e conhecimento – escolas.
- Cultura: Este vetor advoga a defesa do conceito de “o grande museu aberto”.
- Valorização do comércio: Este vetor visa a valorização comercial.

- Espaço público: Este vetor defende a necessidade de afirmação da singularidade e de potenciar o valor sociocultural.
- Instrumentos de planeamento e gestão territorial: Este vetor identifica um conjunto de instrumentos de gestão territorial cuja elaboração se preconiza (Plano de Urbanização de Estremoz, Plano de Urbanização de Arcos, Plano de Urbanização de Evoramonte e Plano de Pormenor de Veiros). Propõe-se o enquadramento da gestão da ZPE de Veiros e do Campo de Batalha do Ameixial nos respectivos planos de gestão setorial. Por fim, propõe-se ainda a elaboração de um Plano de Gestão para o Mundo Rural.

(página intencionalmente em branco)

4. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

4. Quadro de Referência Estratégico

O objetivo deste capítulo consiste em estabelecer o referencial estratégico para a Avaliação de Impacte Ambiental. Com esse fim procede-se a uma análise das relações que o PDM de Estremoz, atualmente em revisão, estabelece com os macro-objetivos de política ambiental e de sustentabilidade determinados ao nível internacional, europeu e nacional e que sejam relevantes para a avaliação.

Para responder a esta exigência legal da AAE a metodologia adoptada consistiu na prossecução de um conjunto de etapas, designadamente:

- Analisar e identificar os instrumentos que integram o Quadro de Referência Estratégico com os quais o PDM de Estremoz estabelece relações;
- Analisar os instrumentos seleccionados e os diversos estudos técnicos e demais documentos que compõem o PDM de Estremoz;
- Construir uma matriz de coerência entre os vetores de intervenção preconizados no novo modelo de desenvolvimento socioeconómico do Concelho preconizados no PDM de Estremoz, anteriormente apresentados, e os objetivos/linhas de orientação estratégica de cada um dos documentos de referência.

A análise e a identificação dos instrumentos que integram o Quadro de Referência Estratégico, com os quais o PDM de Estremoz estabelece relações, partiram da listagem de instrumentos identificados no “Relatório de Definição de Âmbito” já aprovado. Contudo, essa listagem foi alvo de uma revisão, em resultado das alterações registadas no período temporal que decorreu entre a realização do “Relatório de Definição de Âmbito” e o momento presente.

Tendo em consideração o âmbito e os objetivos do Instrumento de Gestão Territorial objecto de avaliação ambiental estratégica, foram seleccionados os seguintes documentos para integrarem o quadro de instrumentos de referência estratégica:

- Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS);
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC);
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Estratégia Nacional para a Energia (ENE);
- Estratégia Nacional para as Florestas;
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais;
- Livro Verde para a Coesão Territorial Europeia;
- Plano da Bacia Hidrográfica do Guadiana;
- Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo;
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II);
- Plano Estratégico de Resíduos Industriais;
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II);

- Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural;
- Plano Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS);
- Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética 2015;
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- Plano Nacional para as Alterações Climáticas;
- Plano Operacional de Turismo do Alentejo;
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central;
- Plano Rodoviário Nacional;
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000);
- Portugal Logístico (em revisão);
- Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – 2012-2020 (PNEUA);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN);
- Plano de Acção Regional – Alentejo 2020.

A estruturação deste quadro de referência estratégico assenta no princípio de que os objetivos económicos, sociais e ambientais subjacentes ao PDM de Estremoz e a cada um destes instrumentos podem reforçar-se mutuamente e, por isso, obter mais e melhores resultados de desenvolvimento sustentável se forem devidamente integrados.

Tendo-se procedido a uma análise detalhada da coerência entre os objetivos/linhas de orientação estratégica de cada um dos documentos de referência e os vetores de intervenção preconizados no novo modelo de desenvolvimento socioeconómico do Concelho que suporta o processo de Revisão PDM de Estremoz (ver tabelas em Anexo), foi possível elaborar uma matriz final que sintetiza a coerência entre o PDM de Estremoz e os vários instrumentos considerados no quadro de referência estratégico.

Quadro 1. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o seu Quadro de Referência Estratégico

INSTRUMENTOS DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra-Estruturas Básicas	Mobilidade/Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra-Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Carta Europeia de Turismo Sustentável	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦
Estratégia Nacional para a Energia	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Estratégia Nacional para as Florestas	♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦♦	♦	♦♦
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦
Livro Verde para a Coesão Territorial Europeia	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦
Plano da Bacia Hidrográfica do Guadiana	♦♦	♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo	♦♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	♦♦♦	♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Estratégico de Resíduos Industriais	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016	♦	♦	♦	♦♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦
Plano Nacional da Água	♦♦♦	♦	♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦
Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética 2015	♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Operacional de Turismo do Alentejo	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central	♦	♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Rodoviário Nacional	♦	♦♦♦	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Portugal Logístico (em revisão)	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – 2012-2020	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦♦	♦♦
Plano de Acção regional – Alentejo 2020	♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



A análise desenvolvida revela uma elevada coerência entre o PDM de Estremoz e os diversos instrumentos que integram o seu quadro de referência estratégico, nomeadamente, nos vetores de intervenção infra-estruturas básicas, mobilidade/motorização, valorização do mundo rural, modernização administrativa, serviços supra-regionais e instrumentos de planeamento e gestão territorial. Espera-se que os vetores de intervenção do novo modelo de desenvolvimento socioeconómico estabelecido para o instrumento de gestão territorial em revisão, potenciem um crescimento e desenvolvimento concelhio em estreita concordância com a proteção, salvaguarda e valorização do ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Tal justifica a existência de uma coerência muito forte entre o PDM de Estremoz e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), no quadro em que ambos valorizam a promoção do crescimento assente na potenciação do conhecimento, do ambiente, do património e na valorização equilibrada do território.

O PDM de Estremoz apresenta ainda uma coerência relevante com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo). Tal resulta do PDM de Estremoz, PNPOT e PROT Alentejo constituírem instrumentos de planeamento e de gestão do território e no caso do PNPOT e do PROT Alentejo visarem a concretização da estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do país e da região do Alentejo, respectivamente, e por isso constituem instrumentos de nível hierárquico superior, com os quais o modelo de desenvolvimento socioeconómico estabelecido para o PDM de Estremoz tem necessariamente de se articular e dar resposta.

5. FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO

5. Factores Críticos de Decisão

5.1. Factores Ambientais

No Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho estabelece-se a necessidade do Relatório Ambiental avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos considerando uma diversidade de questões que representam factores ambientais e de sustentabilidade.

Tendo por base os factores ambientais e de sustentabilidade estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, procedeu-se a uma avaliação da sua pertinência para a AAE no âmbito da revisão do PDM de Estremoz. Esta análise teve em conta os seguintes aspectos:

- O Quadro de Referência Estratégico apresentado anteriormente;
- A tipologia de plano em causa, considerando-se que se trata de um PDM e, como tal, instrumento de planeamento e gestão territorial de nível hierárquico superior à escala municipal;
- O novo modelo de desenvolvimento sócio-económico estabelecido para o PDM de Estremoz, na medida em que orientará as opções de desenvolvimento e de crescimento no Concelho de Estremoz a curto e médio prazo.

Partindo deste referencial chegou-se a um conjunto de factores ambientais e de sustentabilidade relevantes para o PDM de Estremoz.

Quadro 2. Relação entre os Factores Ambientais e de Sustentabilidade relevantes para o PDM de Estremoz e os previstos no DL n.º 232/2007, de 15 de junho

Factores Ambientais e de Sustentabilidade previstos no DL n.º 232/2007, de 15 de junho	Relevância para o PDM de Estremoz
Biodiversidade	♦♦
População	♦♦♦
Saúde Humana	♦♦♦
Fauna	♦♦
Flora	♦♦
Solo	♦♦♦
Água	♦♦
Atmosfera	♦♦
Factores Climáticos	♦♦
Bens Materiais	♦♦♦
Património Cultural (incluindo o património arquitectónico e arqueológico)	♦♦♦
Paisagem	♦♦♦

LEGENDA:

Relevância Forte

Relevância Intermédia

Relevância Fraca



5.2. Factores Críticos de Decisão

O exercício apresentado anteriormente, de identificação dos factores ambientais e sua relação com o PDM de Estremoz, constituiu-se essencial na identificação dos Factores Críticos de Decisão (FCD). Os FCD assumem elevada notoriedade na Avaliação Ambiental Estratégica, na medida em que é com base nestes que se desenvolve a avaliação ambiental. Tal como refere M. R. Partidário os FCD *constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspectos que devem ser considerados pela decisão na concepção da sua estratégia e das acções que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável. Dão resposta ao alcance da AAE (exigência legal) e resultam de uma análise integrada dos seguintes elementos: quadro de referência estratégico, questões estratégicas do objecto de avaliação e factores ambientais.*

No quadro seguinte apresenta-se a relação entre os factores ambientais estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e os FCD definidos para a AAE no âmbito da revisão do PDM de Estremoz, bem como cada uma das temáticas que serão analisadas aprofundadamente em cada FCD. Este quadro ilustra um agrupamento de alguns dos factores ambientais e de sustentabilidade nos FCD, embora como se possa verificar pelas temáticas de análise, na sua generalidade, todos sejam objecto de análise.

Quadro 3. Identificação dos Factores Críticos de Decisão e respectivas temáticas analisadas

Factores Ambientais e de Sustentabilidade (DL n.º 232/2007, de 15 de Junho)	Factores Críticos de Decisão	Temáticas
Biodiversidade	Biodiversidade	- Estrutura Ecológica Municipal (Áreas Classificadas, Corredores Ecológicos, Espaços Verdes) - Conservação da natureza e gestão da biodiversidade
Fauna		
Flora		
População	Desenvolvimento Humano	- Demografia - Saúde - Conhecimento e competências - Inclusão Social - Condições de habitabilidade e equipamentos coletivos
Saúde Humana		
Solo	Ordenamento do Território	- Solo e uso do solo - Instrumentos de Gestão Territorial - Acessibilidades e Infra-estruturas
Água	Água	- Qualidade da água - Abastecimento público de água - Gestão eficiente da água
Atmosfera	Ar	Qualidade do ar
Factores Climáticos		
Bens Materiais	Riscos Naturais e Tecnológicos	Prevenção e minimização de riscos naturais (desertificação, seca, incêndios florestais, sismos, deslizamentos de vertentes, temporal/ciclone e tornado e cheias)

Factores Ambientais e de Sustentabilidade (DL n.º 232/2007, de 15 de Junho)	Factores Críticos de Decisão	Temáticas
		Prevenção e minimização de riscos tecnológicos (incêndios urbanos e industriais, acidente rodoviário ou com transporte de mercadorias perigosas, ruptura de barragem ou albufeira, poluição do ar, terrorismo, acidente aéreo)
Património Cultural	Património Cultural	- Património arquitectónico - Património arqueológico
Paisagem	Paisagem	- Componente rural - Componente urbana

De notar que os FCD definidos no presente “Relatório Ambiental”, para a AAE no âmbito da revisão do PDM de Estremoz, tiveram por base, por um lado, os FCD propostos no “Relatório de Definição de Âmbito” já aprovado, por outro lado, os pareceres das várias entidades consultadas que em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa e, finalmente, um processo de concertação com a autarquia, sobre a necessidade de alargar os Factores a domínios relevantes que ainda não estavam devidamente cobertos (desenvolvimento humano) e sobre a oportunidade de individualizar componentes, face às especificidades e importância acrescida das dimensões em causa (património cultural e paisagem). No quadro seguinte sistematiza-se essa relação.

Quadro 4. Interação entre os Factores Críticos de Decisão propostos no “Relatório de Definição de Âmbito” e os Factores Críticos de Decisão definidos no “Relatório Ambiental”

Factores Críticos de Decisão propostos no “Relatório de Definição de Âmbito”	Factores Críticos de Decisão propostos no “Relatório Ambiental”	Fundamentação da Alteração
Água	Água	-
Ar	Ar	-
Riscos	Riscos Naturais e Tecnológicos	Manutenção da designação, optando-se apenas pela sua maior especificação.
Áreas Protegidas e Corredores Ecológicos	Biodiversidade	Alteração decorrente dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas.
Solo e Uso do Solo	Ordenamento do Território	Alteração decorrente da necessidade de avaliação de outras temáticas que não apenas o solo e o uso do solo, ainda que estritamente interligadas com esta.
Paisagem e Património	Paisagem	Alteração resultante de um processo de concertação e articulação com a Câmara Municipal de Estremoz, dada a especificidade e relevância das duas temáticas.
	Património	

Factores Críticos de Decisão propostos no “Relatório de Definição de Âmbito”	Factores Críticos de Decisão propostos no “Relatório Ambiental”	Fundamentação da Alteração
-	Desenvolvimento Humano	FCD introduzido em resultado da apreciação/avaliação efetuada pela Equipa ao Relatório de Âmbito, em consonância com a posição camarária, considerando-se oportuno e de manifesto interesse a sua inclusão num exercício de Avaliação Ambiental Estratégica de um PDM

A economia embora não constitua um FCD específico, é uma temática de análise transversal a vários FCD seleccionados e analisados detalhadamente. Tal resulta de no caso específico do Concelho de Estremoz o perfil de actividades produtivas apresentar um impacte de avaliação ambiental relevante em vários FCD seleccionados, nomeadamente, na água, no ordenamento do território ou no desenvolvimento humano.

De seguida, procede-se a uma análise exaustiva de cada um dos FCD. Esta análise encontra-se estruturada em cinco pontos, que consistem numa identificação dos objetivos e dos indicadores; uma descrição da situação atual e das tendências de evolução previsíveis resultantes da aplicação da revisão do PDM de Estremoz atualmente em curso; uma avaliação estratégica de impactes, bem como a apresentação de medidas de mitigação que constituem recomendações para que a operacionalização do Plano mitigue ou anule os seus efeitos negativos sobre o ambiente.

5.2.1. ÁGUA

O desenvolvimento sustentável pressupõe a preservação e gestão eficiente dos recursos naturais ao mesmo tempo que gera progresso e crescimento socioeconómico. A água, enquanto recurso limitado e fundamental para a vida é, não só, um elemento estruturador da sustentabilidade de ecossistemas e de outros recursos a que está intrinsecamente associado, como tem também um elevado peso enquanto factor de desenvolvimento económico, necessitando, portanto, de uma gestão integrada que simultaneamente garanta a sua conservação e proteção.

5.2.1.1 Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD "Água" tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- Assegurar o abastecimento de água potável a toda a população;
- Melhorar a eficiência de utilização da água nos setores urbano, agrícola e industrial, reduzindo os desperdícios e as perdas no sistema;
- Garantir a qualidade da água;
- Definir as áreas mais sujeitas a pressões e a impactos das actividades humanas e das alterações climáticas;
- Assegurar uma articulação eficiente e integrada entre os vários instrumentos de gestão e planeamento dos recursos hídricos;
- Garantir uma eficaz articulação/integração “recursos hídricos subterrâneos/usos do solo”, para salvaguarda das áreas de proteção e recarga de aquíferos;
- Promover uma nova consciencialização de valorização do recurso água.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 5. Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD "Água"

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
População servida por sistemas de abastecimento de água	(%)	Percentagem de população do concelho servida por um sistema composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição, e cuja função é colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
População servida por estações de tratamento	(%)	Percentagem de população do concelho cujas águas residuais são devidamente	Instituto Nacional de Estatística (INE)

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
de águas residuais		tratadas em ETAR e em fossas sépticas municipais.	
Nível piezométrico	(m)	Nível a que a água de um aquífero se encontra à pressão atmosférica.	Agência Portuguesa do Ambiente (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH)
Nível de nitratos	mg/l	Determinação dos níveis de nitratos existentes na água que normalmente provêm da utilização de adubos na agricultura, dos produtos de rejeição da criação de animais e de sistemas sépticos deficientes, sendo facilmente removido das camadas superiores do solo para a água subterrânea.	Agência Portuguesa do Ambiente (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH)
Qualidade da água para consumo humano	(vários)	São analisados vários parâmetros que atestam a qualidade da água para consumo da população.	Câmara Municipal de Estremoz
Consumo de água por habitante	(m ³ /hab.)	Evolução dos consumos de água disponibilizada pelos serviços públicos de abastecimento	Instituto Nacional de Estatística (INE)

5.2.1.2 Situação Actual

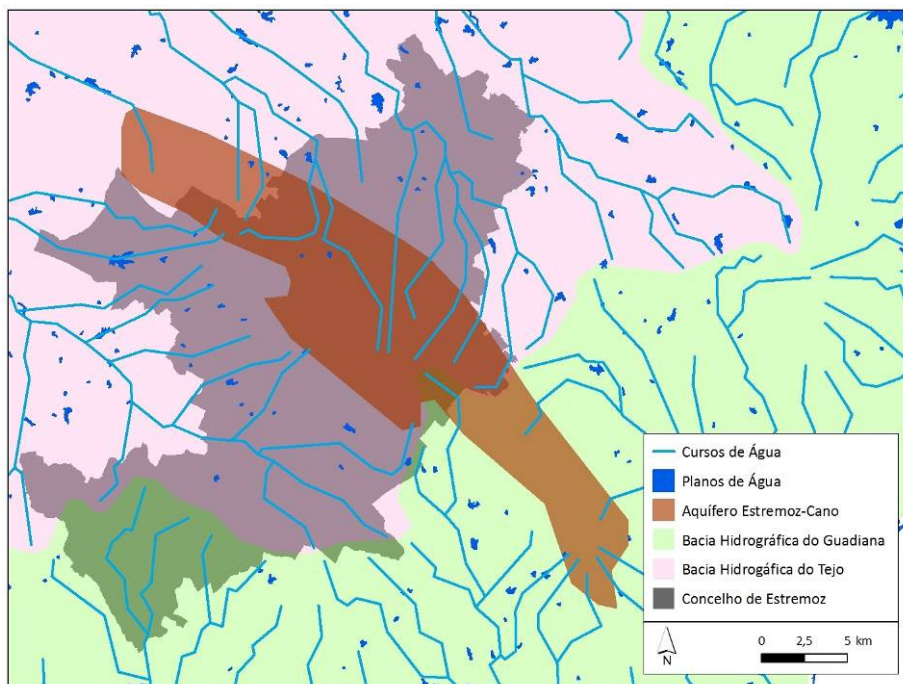
O concelho de Estremoz está integrado em duas Regiões Hidrográficas, a do Tejo e a do Guadiana. Os recursos hídricos superficiais existentes são na sua maioria pertencentes à sub-bacia do rio Sorraia, integrada na Bacia Hidrográfica do Tejo, sendo de destacar a Ribeira de Seda e seus afluentes: a Ribeira de Tera, a Ribeira Grande (ou de Aviz) e a Ribeira de Almafade. No extremo sul do concelho, localiza-se a Ribeira da Pardiela, pertencente à bacia hidrográfica do Rio Degebe que, por sua vez, pertence à Região Hidrográfica do Rio Guadiana.

Dispersas pelo território concelhio é possível encontrar várias albufeiras de reduzida dimensão e que face à área total do concelho não apresentam grande relevância. No entanto, pela sua maior capacidade de retenção destacam-se as Albufeira de Veiros, Ana Loura e Frei Joaquim.

Recentemente foi concluída a construção da Barragem de Veiros com fins, principalmente, hidroagrícolas, embora constituindo esta infra-estrutura uma importante mais-valia enquanto reserva estratégica de água para abastecimento à população. No entanto, devido essencialmente a problemas de fiscalização, ainda não se encontra em pleno funcionamento, estando as fases de enchimento atrasadas.

Relativamente aos recursos hídricos subterrâneos, destaca-se a presença do Aquífero de Estremoz-Cano que assume grande relevância, uma vez que é aqui que estão localizados os mais de 20 furos, onde é captada toda a água distribuída na rede pública e que abastece cerca de 96% da população do concelho (2011).

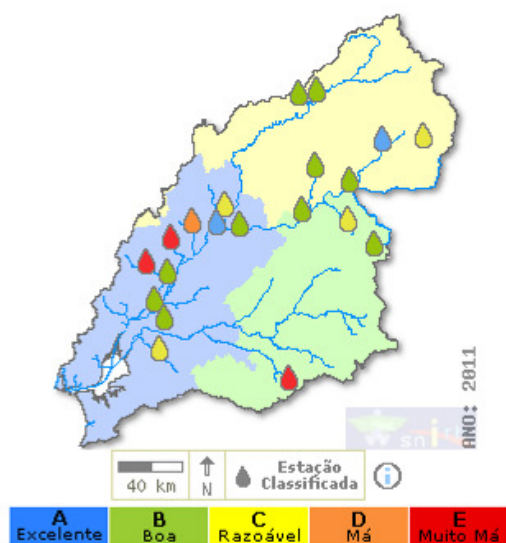
Figura 2. Recursos Hídricos do Concelho de Estremoz



Fonte: APA, 2013 e Carta de Ocupação do Solo, 2007

Segundo os dados disponibilizados pela APA, em 2011, a qualidade da água nas Bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana, tendo em conta as análises feitas nas estações de monitorização, estava maioritariamente classificada entre boa e razoável.

Figura 3. Bacia Hidrográfica do Tejo - qualidade por estações de análise, 2011



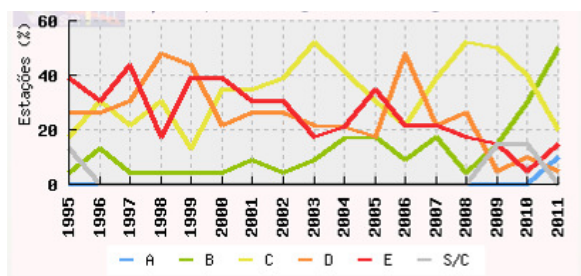
Fonte: APA

Figura 4. Bacia Hidrográfica do Guadiana - qualidade por estações de análise, 2011



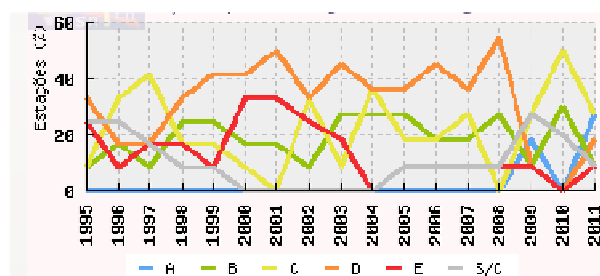
Fonte: APA

Figura 5. Evolução da qualidade da água - Bacia Hidrográfica do Tejo, 1995-2011



Fonte: APA

Figura 6. Evolução da qualidade da água - Bacia Hidrográfica do Guadiana, 1995-2011

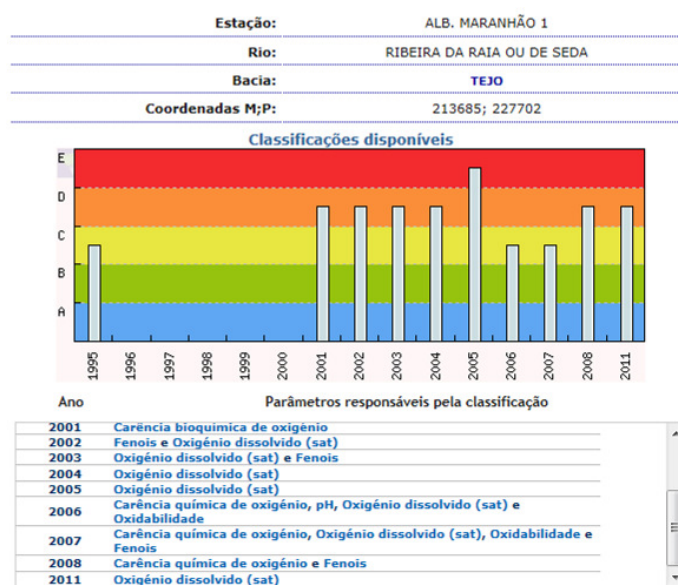


Fonte: APA

A variação dos resultados das análises no conjunto das estações das duas bacias hidrográficas evidencia que, sobretudo, a partir de 2009, se registou uma melhoria da qualidade dos recursos hídricos, com mais estações a apresentarem melhores índices de qualidade.

No concelho de Estremoz não existem estações de monitorização da qualidade da água superficial incluídas no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) pelo que se apresenta a análise a uma estação próxima do concelho, a Albufeira do Maranhão, cujo sistema envolve uma das principais Ribeiras do concelho, a Ribeira da Seda.

Figura 7. Evolução da qualidade da água na estação da Albufeira do Maranhão, 2011

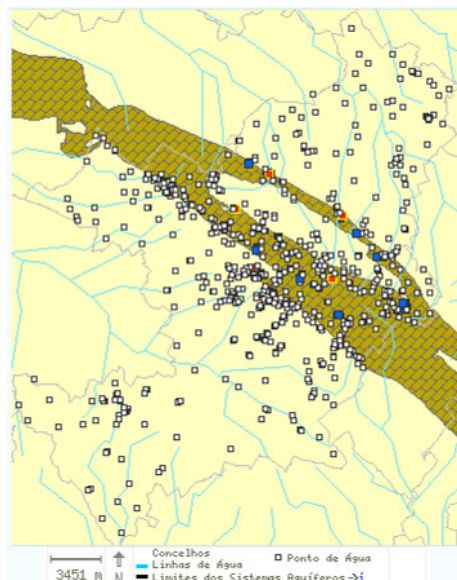


Fonte: APA

Entre 2001 e 2005, a água da Albufeira apresentava-se essencialmente de má qualidade, com vários parâmetros a contribuir para esta classificação, tendo, no entanto, entre 2006 e 2007, registado uma ligeira melhoria alcançando valores que permitiram considerá-la como razoável. Todavia, a partir de 2008 verificou-se novamente uma deterioração da qualidade.

Relativamente às águas subterrâneas e tendo em conta a sua importância no abastecimento à população, é essencial proceder-se à monitorização constante dos níveis de quantidade e qualidade.

Figura 8. Pontos de Captação de água subterrânea no Concelho de Estremoz, 2013

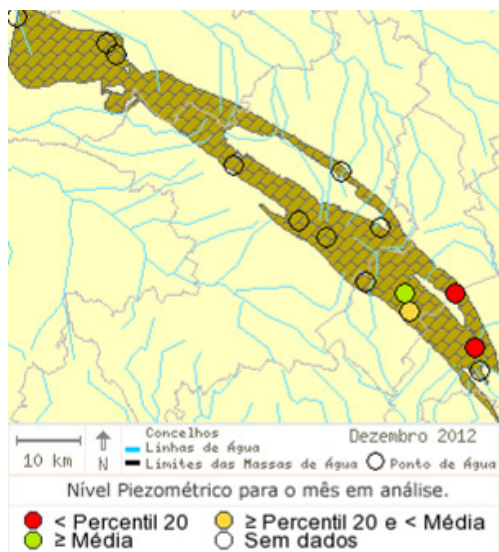


Fonte: APA

Em todo o território concelhio é possível encontrar inúmeros pontos de captação de água, no entanto, os mais importantes, que alimentam a rede pública, estão localizados no sistema aquífero Estremoz-Cano.

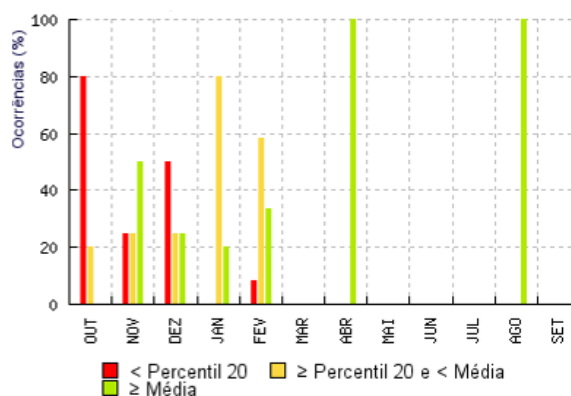
No ano hidrológico de 2012/2013, o nível pizométrico do aquífero, que identifica a quantidade de água disponível, apresentou variações ao longo dos meses.

Figura 9. Nível pizométrico do sistema aquífero Estremoz-Cano, 2012



Fonte: APA

Figura 10. Situação do nível pizométrico do sistema aquífero Estremoz-Cano no ano hidrológico 2012/13



Fonte: APA

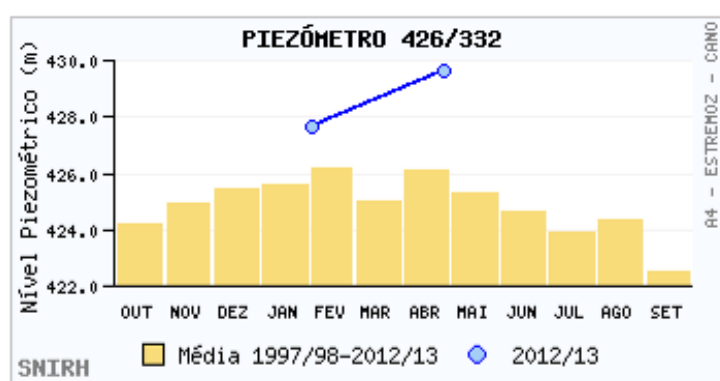
A recarga do sistema é feita, sobretudo, através da precipitação e do escoamento superficial de algumas linhas de água. Num clima como o de Portugal, com um regime de precipitação irregular e com variações temporais e espaciais, é, entre os meses de outubro e março, que as chuvas ocorrem com mais intensidade. Deste modo, ao longo do ano podem registar-se flutuações do nível de quantidade da água disponível relacionadas, essencialmente, com as variações da queda de precipitação.

No entanto, a ação antrópica contribui para uma diminuição do nível piezométrico do aquífero, resultado do volume de extração, que aumenta de modo a dar resposta às necessidades de consumo, principalmente do setor agrícola, na época em que é necessário efectuar regas. Em Estremoz, a extração de mármore assume uma importância fundamental na base económica concelhia, assumindo portanto um carácter bastante intensivo, o que representa importantes impactos negativos nos níveis freáticos.

Tendo por base a informação do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos da APA, que disponibiliza informação que permite avaliar a quantidade e a qualidade das águas subterrâneas, verifica-se que no concelho de Estremoz existem vários pontos de captação com informação e incorporados na rede de quantidade e qualidade do sistema de monitorização.

Para o ponto de captação seleccionado pertencente à rede de quantidade, verifica-se que no ano hidrológico de 2012-2013 o nível piezométrico aumentou significativamente entre os meses de fevereiro e maio. Atentando nos valores médios mensais registados entre 1997/1998 e 2012/2013, o período em que este ponto de captação apresenta os níveis mais baixos corresponde à estação mais seca, de julho a outubro.

Figura 11. Variação média do nível piezométrico de um ponto de captação no Sistema Aquífero Estremoz-Cano ao longo do ano



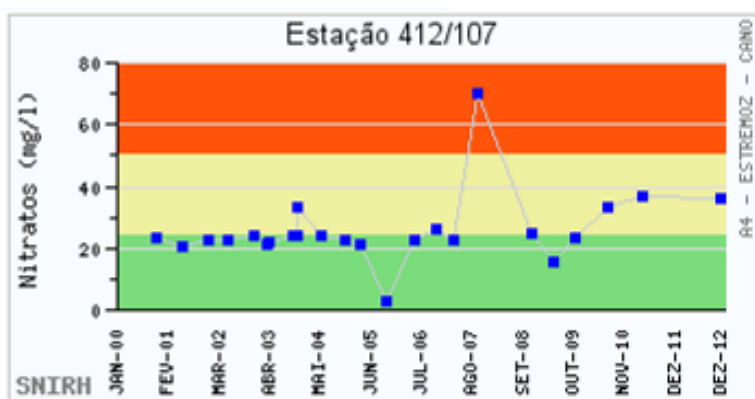
Fonte: APA

Relativamente à qualidade das águas subterrâneas, e analisando a presença de nitratos num ponto de captação no aquífero Estremoz-Cano, verifica-se que, de um modo geral, os níveis registados estiveram dentro dos valores aceitáveis definidos por lei,¹ tendo, no

¹ A classificação da qualidade da água subterrânea é efectuada de acordo com o Anexo I do DL 236/98 de 1 de Agosto, sendo que em relação à qualidade da água para consumo humanos o parâmetro nitrato deve apresentar valores entre um VMA (valor máximo admissível) de 50mg/l e um VMR (valor máximo recomendado) de 25mg/l.

entanto, atingido um valor bastante elevado entre 2007 e 2008. Nos últimos anos, os valores têm estabilizado dentro do considerado admissível.

Figura 12. Variação do parâmetro nitratos um ponto de captação no Sistema Aquífero Estremoz-Cano entre 2000 e 2012



Fonte: APA

O abastecimento de água ao concelho de Estremoz é efectuado através de sete sistemas que garantem distribuição de água a todas as freguesias do concelho e servem quase a totalidade da população. De modo a garantir a qualidade da água para consumo humano, a Câmara Municipal de Estremoz, realiza análises regulares à água disponibilizada na rede e os valores paramétricos têm-se apresentado dentro dos níveis recomendados por lei.

Sendo a cobertura do concelho praticamente total e a qualidade devidamente monitorizada, os problemas da rede estão relacionados essencialmente com a sua antiguidade e o mau estado de conservação, originando frequentemente rupturas, que consequentemente provocam falhas no abastecimento.

Apesar da importância da monitorização da qualidade da água, importa perceber quais são as principais fontes de poluição e onde se localizam, de modo a definir uma estratégia de intervenção que controle e minimize os seus efeitos.

No concelho de Estremoz, tanto as águas superficiais como as subterrâneas estão sujeitas a pressões significativas que resultam da descarga de efluentes domésticos urbanos, agrícolas e industriais.

Identificam-se diversas fontes potenciais de poluição das linhas de água, designadamente de origem industrial (associadas à inexistência ou mau funcionamento de tratamentos de fim-de-linha), nomeadamente as ligadas à exploração intensiva e extensiva de animais, à produção de vinho e de azeite e à fabricação de artigos de mármore. Também a Mina da Mostardeira representa uma fonte de poluição de linhas de água superficiais e subterrâneas. A mina laborou na exploração de cobre durante cerca de 20 anos, no entanto, e apesar de a exploração já ter cessado, as linhas de água a jusante da mina apresentam uma concentração elevada de elementos poluentes.

O concelho de Estremoz é servido por três Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) por lagunagem localizadas nas freguesias de Arcos e de São Lourenço de Mamporcão, por duas ETAR compactas nos lugares de Espinheiro e Venda da Porca e por

quatro fossas sépticas localizadas em Évoramonte, Santa Vitória do Ameixial, São Bento do Ameixial e São Bento do Cortiço. Assim, em 2009, de acordo com o INE, cerca de 74% da população estava servida por um sistema de tratamento de águas residuais. O sistema, além de não abranger toda a população, um problema que resulta, sobretudo, da dificuldade de conceber uma rede para um povoamento disperso, apresenta ainda algumas falhas, tendo-se registado descargas de águas residuais não tratadas ou sem tratamento secundário, resultantes da maioria dos subsistemas de drenagem do concelho. No caso dos efluentes tratados pelas ETAR existentes verifica-se que os mesmos apresentam alguns desvios aos parâmetros definidos por legislação própria para descargas em zonas sensíveis.

De acordo com os indicadores apresentados pode-se concluir que um dos aspectos que mais suscita preocupação em relação ao FCD Água prende-se, essencialmente, com a qualidade da água, sobretudo a subterrânea de onde provém toda a água do abastecimento público. Estas águas apresentam grande vulnerabilidade e são facilmente afectadas pelas actividades sócioeconómicas, sendo a sua recuperação muito lenta e difícil. Segundo a Carta de Condicionantes da Rede Ecológica Nacional, a maior área urbana (Estremoz), está localizada em área de máxima infiltração (corresponde ao Aquífero Estremoz-Cano em território concelhio) pelo que o risco de infiltração de poluentes decorrentes das actividades económicas é acrescido.

5.2.1.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

As tendências evolução futuras num cenário de alterações climáticas apontam para um aumento significativo da temperatura média e uma redução da precipitação em todas as regiões de Portugal Continental durante a Primavera, Verão e Outono. Os modelos de análise prevêem as maiores reduções de precipitação nas regiões do sul, no entanto, ao longo do inverno, é possível que ocorram mais períodos de forte precipitação. Com efeito, é previsível a ocorrência de mais fenómenos extremos, de seca e de cheias. Perante estes cenários, a quantidade e a qualidade de água disponível subterrânea e superficial, sofrerá importantes oscilações podendo pôr em risco pessoas e bens.

O concelho está dotado de razoáveis níveis de atendimento em relação ao abastecimento de água, registando-se, no entanto, consideráveis perdas no sistema relacionadas essencialmente com a antiguidade e mau estado dos materiais das infraestruturas.

Os recursos hídricos apresentam níveis consideráveis de contaminação que podem, em parte, resultar das deficiências no tratamento das águas residuais. A rede de drenagem e tratamento de águas residuais, além de não abranger uma parte significativa da população, apresenta falhas que se traduzem em descargas de efluentes sem tratamento. De referir ainda outras fontes de poluição como a agricultura, a exploração intensiva de animais e a extração e fabricação de artigos de mármore que podem contribuir para a degradação, não apenas da qualidade da água, mas de todo o ecossistema.

Assim, perante a situação atual, a evolução do FCD "Água", sem a Revisão do PDM, sofrerá o agravamento de alguns problemas relacionados, sobretudo, com as redes de infraestruturas de água e de saneamento, a qualidade da água e uma menor proteção das áreas de recarga de aquíferos (podendo comprometer a qualidade de alguns recursos hídricos subterrâneos). A atual revisão ao pretender melhorar e alargar as redes de infraestruturas permitirá uma maior equidade na distribuição do serviço e uma gestão

mais eficaz do recurso água, por outro lado, deverá concorrer para a salvaguarda das áreas de proteção e recarga dos aquíferos, através do estabelecimento de usos do solo que potenciem essa integração/articulação. Ao estabelecer áreas de proteção em torno dos principais furos de captação de água subterrânea que alimenta a rede pública e das principais albufeiras contribuirá para a melhoria da qualidade da água (salvaguarda das áreas de proteção e recarga de aquíferos).

5.2.1.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No quadro seguinte é apresentada uma avaliação de impactes que se traduzem num conjunto de oportunidades e riscos para os vetores de intervenção definidos no âmbito da revisão do PDM e que podem interagir com o FCD "Água".

No âmbito do FCD "Água" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 6. Avaliação de Impactes relativa ao FCD "Água"

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Infraestruturas básicas - (de abastecimento de água) garantir alternativa ao abastecimento atual (exclusivamente subterrâneo)	Concelho	- Diversificar a fonte do abastecimento, reduzindo a dependência relativamente à água subterrânea; - Reduzir o volume de extração de água do aquífero, diminuindo a pressão e permitindo níveis de recarga mais elevados e prolongados no tempo.	
Infraestruturas básicas - (de abastecimento de água) - reduzir perdas na rede	Concelho	- Reduzir os índices de consumo; - Reduzir os gastos; - Preservar e aumentar a eficiência de gestão de um recurso fundamental.	
Infraestruturas básicas - (de saneamento básico e tratamento de águas residuais) garantir o serviço a todo o concelho.	Concelho	- Reduzir ou eliminar os focos de poluição provenientes das descargas de efluentes; - Melhorar a qualidade da água superficial e subterrânea; - Melhorar as condições dos ecossistemas associados.	
Valorização do mundo rural - na vertente económica e social distinguindo-se as áreas da agricultura, vinho, carne, turismo, gastronomia, percursos, paisagem, artesanato	Espaço Rural	O crescimento de algumas destas actividades pode acelerar a necessidade de investir na melhoria das infraestruturas de tratamento de resíduos;	Algumas destas actividades são também identificadas como potenciais fontes de poluição dos recursos hídricos. O seu crescimento pode

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
		As actividades que envolvem o contacto com a natureza podem contribuir para uma crescente sensibilização das populações para a necessidade de preservar o recurso água.	- implicar um aumento de elementos de contaminação; - O crescimento de algumas destas actividades pode implicar um maior consumo do elemento água
Afirmação da cidade - no contexto nacional regional e municipal, estrutura ecológica urbana	Cidade	- Conferir aos recursos naturais capacidade de autorregulação, autorregeneração e autodepuração; - Permitir a preservação da permeabilidade do solo.	

5.2.1.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Água" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Reforçar a rede de abastecimento de água, de modo a garantir que toda a população do concelho seja servida;
- Efectuar as obras de manutenção ou mesmo de substituição dos materiais que compõem a rede de abastecimento de água de modo a minimizar as perdas no sistema;
- Potenciar a Barragem de Veiros na sua valência de regadio e enquanto reserva estratégica para o abastecimento à população;
- Definir as áreas de proteção em torno dos principais furos de captação de água subterrânea que alimenta a rede pública;
- Reforçar a capacidade do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais de modo a abranger a totalidade do concelho;
- Melhorar o sistema de tratamento de águas residuais, de forma a que as descargas apresentem valores nulos de possíveis poluentes e que seja possível a reutilização da água;
- Controlar as fontes de poluição relacionadas com as actividades económicas com vista à minimização de libertação de elementos de contaminação;
- Aproveitar a formalização da Estrutura Ecológica Nacional para requalificar linhas de água;
- Promover campanhas de informação e sensibilização junto da população para a necessidade de proteger, preservar e reduzir consumos deste recurso.

5.2.2 AR

O ar é um recurso indispensável à vida e a sua qualidade assume a maior relevância na saúde humana e no ambiente.

A melhoria da qualidade do ar tem sido um dos focos da política ambiental da União Europeia. Nas últimas décadas, têm sido definidas várias estratégias e implementados inúmeros planos e programas que visam a preservação e proteção do ambiente associado ao crescimento económico e desenvolvimento social. De modo a acompanhar a estratégia definida pela União Europeia e a combater a poluição atmosférica, Portugal, tem promovido vários planos e programas que visam reduzir as emissões e assim garantir a qualidade do ar dentro dos níveis recomendados.

5.2.2.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD "Ar" tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- Reduzir as emissões de poluentes para a atmosfera de modo a garantir a qualidade do ar;
- Aumentar a capacidade dos sumidouros de carbono.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 7. Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD Ar

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Índice de qualidade do ar	Classificação / µg/m ³	Valores médios de concentração (média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área) dos seguintes poluentes: dióxido de azoto (NO ₂); dióxido de enxofre (SO ₂); ozono (O ₃); monóxido de carbono; óxidos de azoto (NO _x); benzeno (C ₆ H ₆); monóxido de carbono (CO); partículas inaláveis (PM ₁₀).	Agência Portuguesa do Ambiente (QualAr - base de dados on-line sobre a qualidade do ar)
Emissões de óxidos de enxofre (SO _x)	ton/km ²	Emissões provenientes principalmente de fontes pontuais do setor da indústria e produção de energia	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Emissões de óxidos de azoto (NO _x)	ton/km ²	Ocorrem sobretudo nas principais áreas urbanas e resultam principalmente do transporte rodoviário. Observam-se também emissões relativamente elevadas em concelhos onde se localizam fontes	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

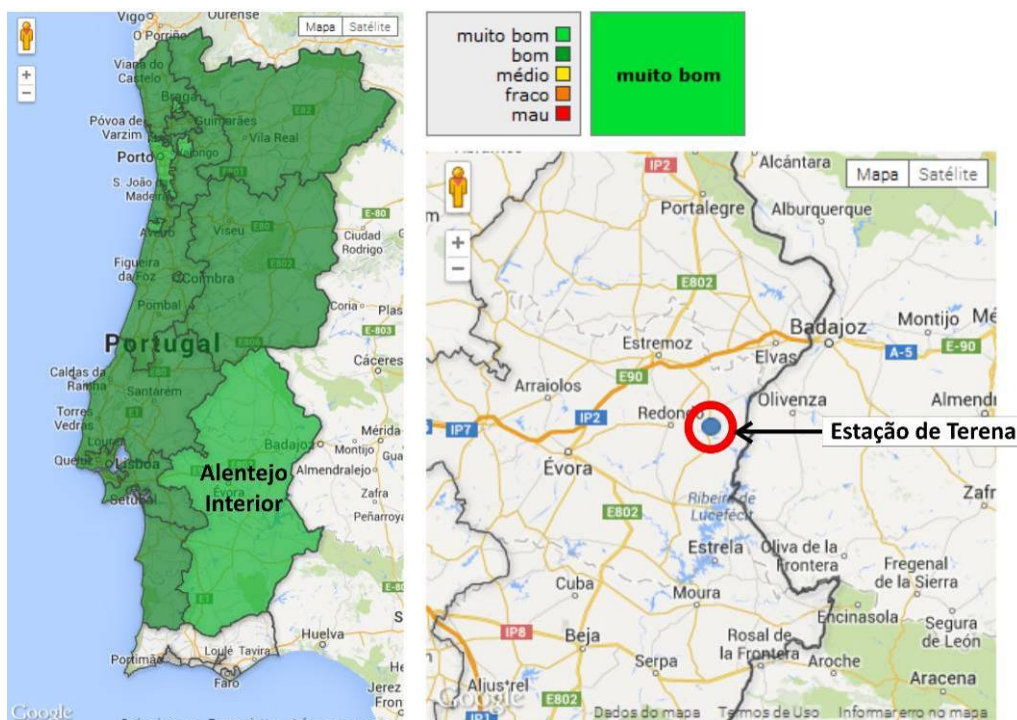
Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
		pontuais associadas à combustão industrial e produção de energia e onde ocorreram fogos	
Emissões de compostos orgânicos voláteis (NMVOC)	ton/km ²	Resultam principalmente da utilização de solventes, transportes rodoviários e processos industriais, principalmente de produtos químicos e refinação de produtos petrolíferos	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Emissões de amónia (NH ₃)	ton/km ²	Relacionadas essencialmente com as actividades de pecuária e agricultura	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Emissões de partículas (PM ₁₀)	ton/km ²	Resultam principalmente das actividades industriais	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Emissões de dióxido de carbono (CO ₂)	ton/km ²	Relacionadas essencialmente com os setores dos transportes rodo/ferroviários, da produção de energia e da combustão industrial	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Emissões de metano (CH ₄)	ton/km ²	Resultam principalmente da deposição de resíduos no solo das águas residuais e da pecuária	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

5.2.2.2. Situação Actual

Em Portugal, tem-se registado, nos últimos anos, uma melhoria da qualidade do ar. De um modo geral, as emissões de poluentes atmosféricos têm vindo progressivamente a ser reduzidas. Em 2009, segundo o Relatório de Emissões de Poluentes Atmosféricos da APA, todos os elementos analisados estavam abaixo dos limites definidos pela União Europeia na Directiva "Tectos de Emissão Nacionais". Estas reduções são o reflexo dos efeitos positivos da progressiva adopção de medidas de intervenção, que incluem a definição de políticas, a investigação e a implementação de sistemas de monitorização, e cuja finalidade é proteger a saúde humana e a qualidade dos ecossistemas dos efeitos da poluição atmosférica.

De acordo com a APA, no concelho de Estremoz não existe nenhuma estação de monitorização da qualidade do ar integrada na rede (QualAr - rede de monitorização da qualidade do ar que centraliza todos os dados de qualidade do ar medidos em várias estações espalhadas pelo território nacional). A mais próxima, e a única existente para todo o Alentejo Interior, é a estação de Terena, localizada no concelho do Alandroal. Assim, a análise realizada é suportada nesta estação, embora se deva ter em conta que está localizada a uma distância considerável de Estremoz e cobre uma área com características distintas em termos de fontes poluidoras e ocupação do solo, e que por isso os dados podem estar um pouco desfasados da realidade concelhia.

Figura 13. Índice da Qualidade do Ar no Alentejo Interior, 2013



Relativamente aos poluentes atmosféricos, segundo os relatórios das emissões de poluentes atmosféricos da APA, o concelho de Estremoz registou, entre 2005 e 2009, uma diminuição de emissões.

Figura 14. Emissões de Poluentes Atmosféricos considerando as Fontes Naturais, no Concelho de Estremoz, 2005 e 2009

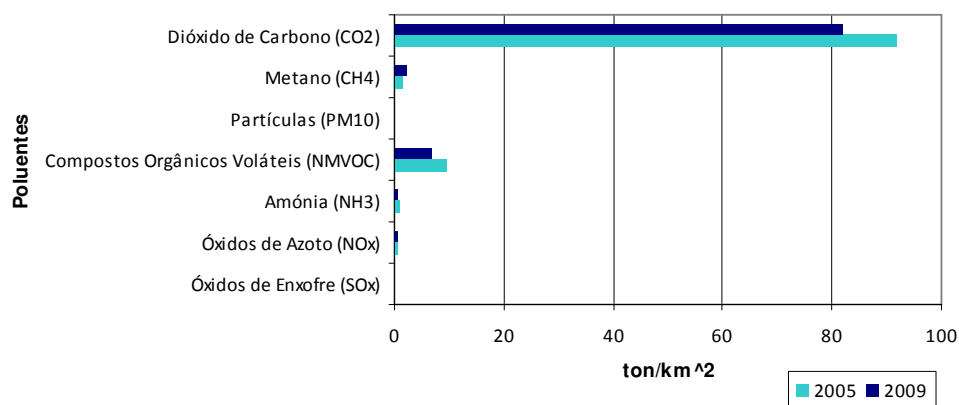
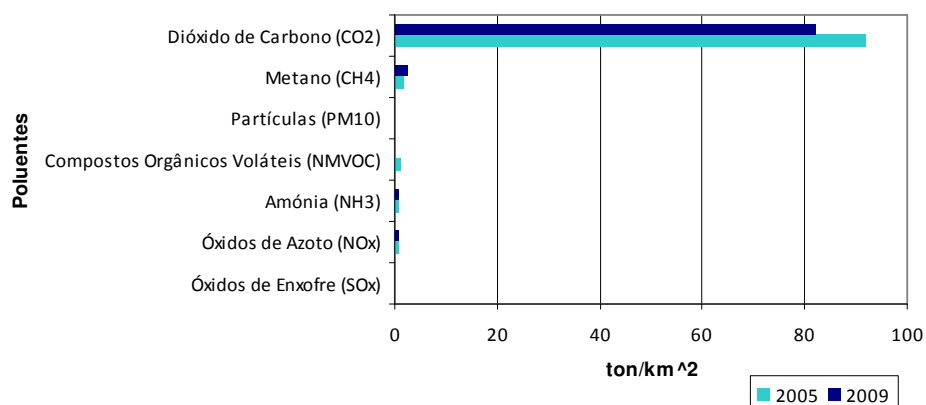


Figura 15. Emissões de Poluentes Atmosféricos excluindo as Fontes Naturais, no Concelho de Estremoz, 2005 e 2009

Fonte: APA

As emissões não sofrem variações de relevo quando analisadas em função das fontes naturais, com praticamente todas as emissões a registar diferenças pouco significativas com ou sem emissões naturais. Apenas nas emissões de compostos orgânicos voláteis o valor é superior quando consideradas as fontes naturais, uma vez que estas emissões são, sobretudo, provenientes do coberto vegetal e de fogos florestais. Deste modo, pode-se concluir que a maioria das emissões de óxidos de enxofre, de óxidos de azoto, de amónia, de partículas, de metano e de dióxido de carbono têm origem nas actividades humanas.

Quadro 8. Emissões de Poluentes Atmosféricos por Sector no Concelho de Estremoz, 2009

Unidades: ton/km²

Sector	Óxidos de Enxofre (SOx)	Óxidos de Azoto (NOx)	Amónia (NH3)	Compostos orgânicos Voláteis (NMVOC)	Partículas (PM10)	Metano (CH4)	Dióxido de Carbono (CO2)
Combustão na Indústria	0,004	0,030	0,000	0,002	0,004	0,001	3,317
Pequenas Fontes de Combustão	0,012	0,044	0,000	0,060	0,061	0,044	12,143
Processos Industriais	0,000	0,000	0,000	0,029	0,102	0,000	0,061
Emissões Fugitivas	0,000	0,000	0,000	0,007	0,000	0,024	0,087
Uso de Solventes	0,000	0,000	0,000	0,139	0,000	0,000	0,435
Transportes Rodovias/Ferrovias	0,002	0,401	0,005	0,049	0,020	0,004	62,700
Fontes Móveis (Fora de Estrada)	0,000	0,061	0,000	0,009	0,006	0,000	3,257
Deposição de Resíduos no Solo	0,000	0,000	0,007	0,014	0,000	0,736	0,000
Águas Residuais	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,313	0,000
Incineração de Resíduos	0,000	0,003	0,000	0,014	0,007	0,000	0,002
Pecuária	0,000	0,000	0,230	0,000	0,000	0,812	0,000
Agricultura	0,000	0,000	0,407	0,000	0,000	0,407	0,000
Resíduos Agrícolas	0,005	0,032	0,041	0,065	0,062	0,015	0,000
Total	0,024	0,578	0,690	6,977	0,262	2,356	82,002

Fonte: APA

Em 2009, no concelho de Estremoz, o poluente com mais incidência na atmosfera era o dióxido de carbono com origem, sobretudo, no setor dos transportes rodo/ferroviário, mas com emissões também significativas resultantes de pequenas fontes de combustão.

A notoriedade dos transportes rodoviários como principal fonte emissora de gases poluentes, assenta essencialmente na movimentação de veículos automóveis particulares. Com um serviço de transportes públicos com fraca cobertura territorial e frequência reduzida, as deslocações fazem-se, sobretudo, em transporte privado.

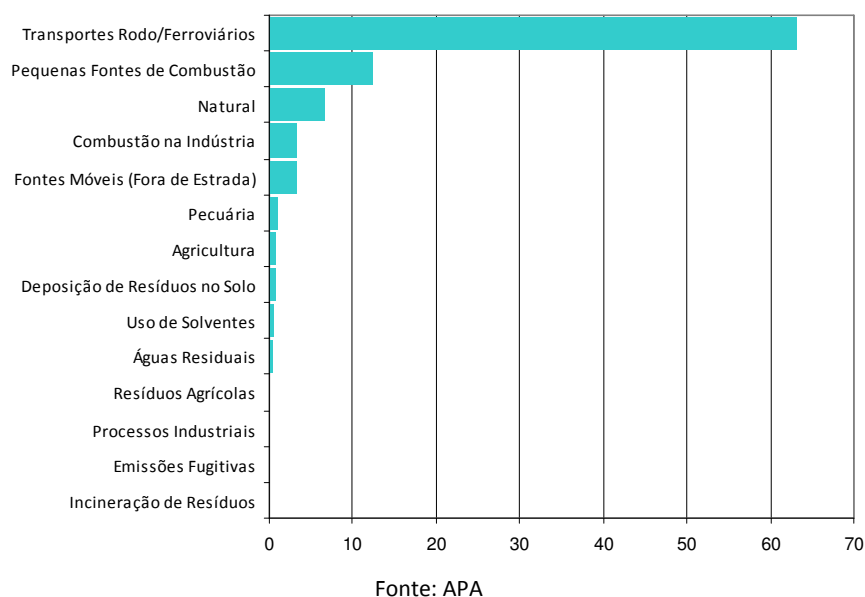
No concelho existem algumas indústrias cujos processos de laboração podem produzir emissões poluentes, no entanto, os níveis apresentados não são significativos ao ponto de constituírem um problema. As emissões com origem em pequenas fontes de combustão e combustão na indústria podem estar associadas a alguns fornos de carvão tradicionais dispersos pelo território e associados à agricultura e à manutenção e cultura de áreas de montado.

Igualmente relacionado com as actividades humanas, o segundo poluente com mais emissões registadas foi o metano, com origem na deposição de resíduos no solo e nas actividades agrícolas e pecuárias.

Contudo, as actividades agrícolas e pecuárias não se revelam fontes significativas de emissões de poluentes atmosféricos. Embora estejam na origem da emissão de amónia e metano, estes não apresentam valores preocupantes. No entanto, se juntarmos as emissões provenientes de fontes móveis (fora de estrada), que correspondem essencialmente à movimentação de máquinas agrícolas, a contribuição em termos de emissões do setor agrícola aumenta consideravelmente.

Relacionado principalmente com fontes de origem natural foi registada a presença de compostos orgânicos voláteis.

Figura 16. Emissões de Poluentes Atmosféricos por Sector no Concelho de Estremoz, 2009



Deste modo conclui-se que o aspecto que mais suscita preocupação em relação ao FCD "Ar" prende-se, essencialmente, com a emissão de dióxido de carbono. Estas emissões estão relacionadas com a forte dependência por parte da população do transporte privado. No entanto, este não é um fenómeno exclusivo do concelho de Estremoz, estando aqui reflectida a realidade nacional. De referir, no entanto, que o valor das emissões diminuiu entre 2005 e 2009, refletindo as inovações tecnológicas incorporadas pela indústria automóvel, que permitem aos veículos reduzir as emissões de CO₂.

5.2.2.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

Considerando a situação atual do FCD "Ar" no concelho de Estremoz, caracterizada pela ausência de problemas significativos em matéria de qualidade do ar, a eventual evolução sem a revisão do Plano, não leva a prever alterações significativas. No entanto, a atual revisão do PDM, contribuirá para melhorar o cenário de evolução, intervindo no sentido de reduzir e controlar emissões e na mitigação dos seus efeitos. Algumas medidas previstas, como sendo a construção de ciclovias, ao colocar à disposição da população alternativas para o uso de meios de transporte ambientalmente mais sustentáveis, poderá desta forma contribuir para uma redução de emissão de gases com origem no tráfego rodoviário. De igual modo, a redução dos perímetros urbanos convertendo o solo para áreas agrícolas e florestais contribuirá para aumentar o coberto florestal e deste modo aumentar as áreas de sumidouros de dióxido de carbono.

5.2.2.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No quadro seguinte é apresentada uma avaliação de impactes que se traduzem num conjunto de oportunidades e riscos para os vetores de intervenção definidos no âmbito da revisão do PDM e que podem interagir com o FCD "Ar".

No âmbito do FCD "Ar" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 9. Avaliação de Impactes relativa ao FCD "Ar"

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Mobilidade/ Motorização - construção de variantes externas à cidade	Cidade	Melhorar as condições de circulação que se pode traduzir numa redução dos tempos de percurso e consequentemente numa redução de emissões de gases poluentes.	A melhoria das vias existentes e a criação de novas infraestruturas viárias pode contribuir para um crescimento da circulação automóvel com o consequente aumento da emissão de gases poluentes.
Mobilidade/ Monitorização - ecopistas/ciclovias	Concelho	A criação destas infraestruturas pode incentivar a população ao uso de modos de transporte alternativos e amigos do ambiente sobretudo se o seu percurso permitir uma utilização nas	

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
		deslocações diárias.	
Valorização do mundo rural - na vertente económica e social distinguindo-se as áreas da agricultura, vinho, carne, percursos e paisagem	Espaço Rural	- A valorização destas actividades pode servir para introduzir um novo conceito de exploração com um carácter mais ambientalmente sustentável (ex. introdução de uma maior biodiversidade de plantas que ajudem a capturar o dióxido de carbono); - As actividades que envolvem o contacto com a natureza podem contribuir para uma crescente sensibilização das populações para a necessidade de preservar o ambiente	A intensificação destas actividades, se não for devidamente controlada, pode contribuir para um aumento de emissões poluentes.
Afirmação da cidade (no contexto nacional regional e municipal) estrutura ecológica urbana	Cidade	Proporcionar uma melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos contribuindo para a diminuição da concentração da poluição atmosférica.	
Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial - elaboração de vários Planos de Urbanização e Planos de Intervenção em Espaço Rural	Cidade de Estremoz, Mártires, São Bento do Cortiço, Glória, Ameixial e Glória Sul	Caso represente uma redução dos perímetros urbanos e se o uso do solo for convertido para agricultura ou floresta pode aumentar as áreas de sumidouros de carbono	Pode significar uma diminuição da área florestal, ou seja uma redução das áreas com potencial de sumidouros de carbono.
Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial - Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial de Veiros e do Campo da Batalha do Ameixial	ZPE de Veiros e ZPE do Campo da Batalha do Ameixial	A preservação e gestão dos espaços de protecção contribuem para a manutenção das suas potencialidades naturais, podendo, entre várias outras coisas, constituir espaços de sequestro de carbono.	

5.2.2.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Ar" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Incentivar a população ao uso de modos de transporte alternativos e amigos do ambiente através da criação de uma rede de ciclovias cujo percurso se adapte às necessidades da população nas suas deslocações diárias;
- Desenvolver uma rede de transportes públicos assente em veículos eléctricos e que responda às necessidades das populações, cobrindo grande parte do território;
- Incentivar produtores agrícolas e pecuários a utilizar pastagens biodiversas com capacidade capturar dióxido de carbono;

- Controlar e monitorizar as fontes de poluição relacionadas com as actividades económicas com vista à minimização de libertação de elementos de contaminação;
- Aumentar as áreas verdes em contexto urbano.

5.2.3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

No âmbito da análise e avaliação do FCD "Ordenamento do Território" será objecto de análise o uso do solo enquanto suporte das atividades e funções que estruturam o desenvolvimento concelhio, nas suas múltiplas dimensões. Paralelamente serão analisados os instrumentos de gestão territorial que permitirão concretizar algumas das principais opções e orientações decorrentes do processo de Revisão do PDM e responder às novas exigências ao nível do ordenamento do território. As acessibilidades e infra-estruturas são também objecto de análise, pela sua capacidade vertebradora do território e pela sua relevância para a coesão territorial, social e económica, com impactes diretos e indiretos na qualidade de vida daqueles que vivem, trabalham ou visitam o concelho de Estremoz.

5.2.3.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD " Ordenamento do Território " tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- A consolidação das áreas urbanas e a contenção da urbanização e edificação difusa;
- O planeamento de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de atividades empresariais;
- O ordenamento do espaço rural;
- A salvaguarda e valorização das áreas da Estrutura Ecológica Municipal;
- O reforço das infra-estruturas de suporte à integração e coesão territorial (água, saneamento e energia);
- A melhoria das acessibilidades e da mobilidade (movimentos pendulares);
- O ajustamento da rede viária às necessidades das actividades económicas.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 10. Indicadores do Factor Crítico “Ordenamento do Território”

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Variação das áreas de RAN	(%)	Atenuar a necessidade de excluir áreas de REN e desafectar áreas de RAN	Câmara Municipal de Estremoz - Planta de Condicionantes
Variação das áreas de REN	(%)		Câmara Municipal de Estremoz - Planta de Condicionantes
Variação da área classificada em solo rural	%	Avaliação dos impactes sobre o solo	Câmara Municipal de Estremoz – Planta de Ordenamento
Variação das áreas de Estrutura Ecológica Municipal	(%)		Câmara Municipal de Estremoz - Planta de Ordenamento
Variação de espaços urbanos/industriais/turísticos	(%)		Câmara Municipal de Estremoz - Planta de Ordenamento
Processos de operações urbanísticas por UOPG	N.º; Ha		Câmara Municipal de Estremoz
Expansão urbana	%	Solo urbanizável relativamente ao solo urbanizado em $PDM^2 * 100$	Câmara Municipal de Estremoz - Planta de Ordenamento
Evolução da estrutura do povoamento	%	População residente nos lugares com mais de 100 habitantes, em 2011/ População residente nos lugares com mais de 100 habitantes, em 2001 * 100	Instituto Nacional de Estatística (INE) - Censos
Variação de áreas com regadio	(%)	Áreas com regadio	Câmara Municipal de Estremoz
Movimentos pendulares	N.º	N.º de entradas/saídas do concelho para trabalho ou estudo	Câmara Municipal de Estremoz, Instituto Nacional de Estatística (INE) Censos
Rede viária municipal qualificada	m ²		Câmara Municipal de Estremoz
Rede viária construída por tipologia de hierarquia viária	metros lineares		Câmara Municipal de Estremoz /Estradas de Portugal
Planeamento do solo urbano	N.º	N.º de PP e PU aprovados	Câmara Municipal de Estremoz
Planeamento do solo rural	N.º	N.º de PIER aprovados	Câmara Municipal de Estremoz
Evolução do perímetro urbano	Ha	Área	Câmara Municipal de Estremoz - Planta de Ordenamento
Variação áreas sujeitas a planos de urbanização	% e ha	Área	Câmara Municipal de Estremoz

² Não devem ser incluídas as áreas das zonas industriais e das estruturas ecológicas em solo urbano.

5.2.3.2. Situação Actual

Atualmente, o modelo estratégico de ordenamento consubstancia-se em diversas dimensões espaciais, sendo o uso do solo definido e delimitado em classes de espaço, em sede de PDM. O modelo de ordenamento em vigor, privilegiou a expansão do espaço urbano do centro para a periferia e com défices de planeamento, com impactes nos custos da infra-estruturação e, sobretudo, potenciador de um crescente esvaziamento demográfico do centro histórico e consequente abandono e degradação do parque edificado desta área central e nevrálgica do território concelhio.

O PDM de Estremoz em curso privilegiou a expansão das áreas urbanas existentes e o aumento dos perímetros urbanos, com a expansão de alguns aglomerados rurais de forma desmesurada, sem uma procura que o justificasse. Os espaços para localização de actividades económicas devido, fundamentalmente, à sua localização, apresentavam um reduzido relacionamento com as novas dinâmicas urbanas, com impactes diretos nas relações e movimentos pendulares.

O solo rural, para além de um acentuado processo de dispersão que sofreu, registou o desenvolvimento de algumas fileiras agrícolas estratégicas como a vinha e o vinho, o olival e o azeite, os produtos de qualidade da pecuária extensiva e outros produtos de qualidade diferenciada.

Como principais aspetos positivos no domínio do "ordenamento do território", destaca-se a localização privilegiada à escala regional e nacional, conferida pelo quadro de acessibilidade ao concelho (Auto-estrada A6 -Lisboa-Caia, eixo de penetração no Alentejo e Itinerário Principal IP2 - Portelo-Faro).

Na rede urbana emerge a cidade de Estremoz enquanto pólo de atração com funções de nível regional, mas também os centros urbanos de Arcos e Veiros apresentam um grande potencial de desenvolvimento, bem como outros aglomerados com forte identidade rural, muitos deles com potencial para a instalação de residências secundárias (a rede de aglomerados da periferia da cidade apresenta condições para ser reforçada com funções complementares e de apoio à cidade).

Relativamente aos pontos fracos que podem ser apontados ao nível do "ordenamento do território" emerge a excessiva relevância da cidade de Estremoz na estrutura urbana concelhia e o seu crescimento unidireccional, com fortes impactes na infra-estruturação e na coesão territorial.

A degradação do parque habitacional e um grande peso dos alojamentos devolutos, originando uma desvitalização dos centros históricos de Estremoz e Veiros marcam pela negativa a imagem urbana concelhia.

O desenvolvimento urbanístico de certos aglomerados revela-se desordenado (Glória; Evoramonte; S. Bento do Cortiço; Frandina-Casas Novas) e muitas vezes com implicações na paisagem e coesão urbana e social (S. Bento do Ameixial; Fonte do Imperador; S. Bento do Cortiço).

No que concerne à rede de acessibilidades e transportes concelhia, esta inclui acessos rodoviários e ferroviários. Por via rodoviária, os principais acessos são a A6 e o IP2, mas também as Estradas Nacionais EN4, EN18 e EN245 e a Estrada Regional ER381. Com a desativação do Ramal de Vila Viçosa (Estremoz a Borba e a Vila Viçosa) e da Linha de Évora

entre Estremoz e Portalegre, o transporte por ferrovia cinge-se somente ao transporte de mercadorias entre Estremoz e Évora (cimentos, adubos, pedras ornamentais e cereais).

No que respeita às acessibilidades, a Declaração de Impacte Ambiental desfavorável ao projeto “IP2 Variante a Estremoz e Reformulação do Nó com a EN4”, atrasa a concretização de um projeto de elevada importância para o concelho. Identificam-se ainda necessidades de reparação ou melhoramento de várias ligações viárias (caminhos rurais, vias no interior dos aglomerados) - sendo que dos 283km de vias de comunicação, cerca de 44km necessitam de melhoramentos (15% das vias).

Verifica-se uma forte dependência do transporte privado nas deslocações intra e inter-concelhias devido à insuficiente frequência e cobertura do transporte público de passageiros, o que é justificado pela insuficiente massa crítica populacional desses aglomerados e a dispersão do povoamento. A este facto associa-se o crescimento do parque automóvel concelhio, apesar da diminuição populacional. O aumento da taxa de motorização do concelho para 536 veículos por cada 1000 habitantes, em 2006, situando-se Estremoz acima da taxa de motorização nacional (480 veículos por 1000 habitantes).

Ao nível da infra-estruturação do território, nomeadamente no que se refere às redes de água e saneamento, persistem algumas debilidades e carências, continuando a constituir uma prioridade para o concelho o reforço e reabilitação das redes. A rede de distribuição de energia será melhorada com a execução do projeto da Subestação de Estremoz 400 (150) / 60 kV e da Linha de Muito Alta Tensão Falagueira-São Lourenço de Mamporção a 400 kV. Este investimento beneficiará amplamente todo o território, em particular a indústria dos mármore.

Nas infra-estruturas básicas de água, pautadas por interrupções do fornecimento frequentes, elevados índices de perda/fuga, bem como pelo facto da rede ser antiga e necessitar de manutenção/reabilitação. Também nas infra-estruturas do sistema de saneamento básico, são evidentes as debilidades ainda existentes, uma vez que somente 63% da população é servida por redes de drenagem de água. As infra-estruturas de tratamento não são satisfatórias e existem freguesias desprovidas de uma rede de águas residuais domésticas. As redes existentes apresentam necessidade de reabilitação/manutenção. Atualmente, para fazer face a algumas destas problemáticas, a autarquia definiu um conjunto de intervenções a executar no curto prazo, como sejam a construção de ETAR em diversos aglomerados (Veiros, S. Domingos de Ana Loura) e ampliação da ETAR de Arcos.

5.2.3.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

O concelho de Estremoz apresenta espaços urbanos centrais em processo de despovoamento com risco de degradação, abandono e perda de centralidade urbana, emergindo a necessidade de uma estratégia de planeamento que responda a estes fenómenos.

Embora as tendências de evolução sem revisão do PDM não apontem para transformações profundas na ocupação e uso do solo, este instrumento configura-se decisivo para salvaguardar o solo e controlar a expansão urbana desordenada. Efetivamente, a não aprovação ou implementação da atual revisão do PDM implicará um agravamento dos problemas associados à dispersão do povoamento, do esvaziamento populacional e da

degradação do parque edificado nos centros históricos. As opções de planeamento urbano e as normas de edificação em espaço rural apresentadas no Regulamento contribuirão para estancar a degradação habitacional e perda de população para a periferia, conferindo a este território uma melhor imagem e padrões de vida mais qualificados.

O processo de Revisão do PDM, para intervencionar no solo urbano (Planos de Urbanização) e rural (Plano de Intervenção em Espaço Rural), preconiza diversos instrumentos de gestão, fundamentais para esta nova abordagem estratégica, que em caso de não aprovação/implementação irão manter e acentuar algumas das fragilidades apontadas (por exemplo, Plano de Urbanização Cidade de Estremoz incluindo a Área de Edificação em Solo Rural Periurbano (AESRP) Frandina/Casas Novas/Mamporção).

Releve-se ainda que, com cariz mais abrangente, propõe-se a elaboração de um plano para o mundo rural, que embora sem enquadramento legal deverá ser equacionado pelas várias entidades: Plano de Gestão para o Mundo Rural, dada a sua relevância para a afirmação deste espaço estratégico concelhio.

5.2.3.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No âmbito do FCD "Ordenamento do Território" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 11. Avaliação de Impactes relativa ao FCD "Ordenamento do Território"

Vetor de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Valorização do Mundo Rural: Plano de Gestão do Mundo Rural	Espaço Rural	- Valorizar e potenciar o aproveitamento económico de alguns recursos naturais; - Condicionar a edificação em espaço rural e potenciar as suas principais funções/vocações.	
Afirmação da Cidade: definição da cidade ecológica	Cidade	- Proteger e valorizar os ecossistemas naturais; - Melhorar o ambiente urbano e potenciar a fruição e lazer dos espaços verdes urbanos	
Afirmação da Cidade: definição da cidade de serviços	Cidade	- Diversificar e robustecer a base económica local; - Criação de emprego qualificado e captação e fixação de população jovem qualificada	
Afirmação da Cidade: definição da cidade património	Cidade	- Preservar e reabilitar os elementos patrimoniais de excelência e notoriedade; - Desenvolver produtos turísticos integrados, com uma marca patrimonial distintiva; - Promover e vivificar um património classificado com projeção nacional e internacional.	
Infra-estruturas básicas	Concelho	Reforçar e reabilitar as redes existentes;	

		▪ Melhorar a qualidade de vida de munícipes e visitantes; ▪ Promover a coesão e integração territorial.	
Mobilidade/motorização	Concelho de Estremoz	▪ Melhorar as condições de mobilidade intra-concelhia; ▪ Diminuir os tempos de percurso associados aos movimentos pendulares.	▪ Provável agravamento dos impactes ambientais associados ao aumento do tráfego, nomeadamente, aumento da emissão de gases com efeito de estufa e ruído.
Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial	Concelho de Estremoz	▪ Estancar o processo de dispersão do povoamento; ▪ Regenerar e atrair e fixar pessoas e atividades nos centros históricos; ▪ Requalificar o espaço público;	

5.2.3.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Ordenamento do Território" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Preservar a funcionalidade ecológica do solo e o seu papel de suporte para a população e *habitats*;
- Promover a recuperação paisagística e a valorização das zonas de inertes, quando terminado o período útil de extração;
- Proteger e valorizar os recursos paisagísticos e ambientais em relação às pressões urbanísticas;
- Promover, em termos gerais, a contenção da construção em solo rural mas não inviabilizando a possibilidade de rentabilizar/potenciar as suas principais vocações/funções;
- Promover a compactação e resolver os problemas de desconexão urbanística em espaço urbano;
- Estimular as actividades agrícolas e florestais e outros usos compatíveis com a preservação e valorização da paisagem e dos recursos naturais;
- Restringir a localização industrial a locais sujeitos a PP (Zona Industrial de Arcos, Zona Industrial de Estremoz - planeamento de acessos, concentração de fontes de poluição) e progressiva deslocalização das unidades industriais que ainda permanecem inseridas na malha urbana;
- Criar um sistema de monitorização ambiental para os espaços industriais nas suas múltiplas vertentes (ruído, RSU, emissões, etc.);
- Assegurar a melhoria no serviço de abastecimento de água e no sistema de drenagem e tratamento de águas residuais, nomeadamente a conclusão, remodelação ou criação de infra-estruturas;
- Realizar campanhas de monitorização da qualidade do solo e/ou elaboração de uma carta de locais potencialmente contaminados, incluindo-se aqui os depósitos

não controlados de resíduos, sucatas, descargas contínuas de águas residuais, entre outros (identificação cartográfica -tendo por base um levantamento no terreno dos locais);

- Inventariar os locais com elevada susceptibilidade à desertificação, de forma a mitigar impactes negativos daí decorrentes;
- Realizar levantamentos cadastrais continuados;
- Acautelar as implicações nos ecossistemas dos novos traçados viários e das infra-estruturas e equipamentos na envolvente.

5.2.4. BIODIVERSIDADE

O desenvolvimento territorial deverá sempre assegurar, e nunca comprometer ou limitar, a conservação dos *habitats* naturais e das espécies presentes. A destruição do património natural, ou a sua deterioração, poderá ser um importante entrave à sustentabilidade territorial e hipotecar o futuro das gerações vindouras.

No âmbito do Factor Crítico de Decisão "Biodiversidade" serão analisados os elementos da Estrutura Ecológica Municipal que abrange o "conjunto das áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, tem por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos"³.

Em solo rural incluem-se as áreas afectas à Rede Fundamental de Conservação da Natureza, as áreas naturais sujeitas a riscos e vulnerabilidades, outras áreas de solo que sejam seleccionadas e delimitadas em função do interesse municipal (razões de enquadramento, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural). Em solo urbano incluem-se os espaços verdes de utilização colectiva e outros espaços, de natureza pública ou privada, que sejam necessários ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano.

5.2.4.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD " Biodiversidade " tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- Consolidar a Estrutura Ecológica Municipal;
- Salvaguardar os ecossistemas;
- Conservação das espécies, mormente das aves estepárias;
- Manutenção dos sistemas cerealíferos e pastagens extensivas de que dependem as aves estepárias;
- Garantir a conectividade entre áreas classificadas e a conservação de espécies e *habitats*.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

³ Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio.

Quadro 12. Indicadores do Factor Crítico “Biodiversidade”

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Conservação dos <i>habitats</i> naturais	Diminuiu, estabilizou, aumentou	Área de Habitat em t (ano de observação) / Área de Habitat em 2013 *100	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
Evolução da cobertura florestal com espécies autóctones	%	Área atual da floresta com espécies autóctones em t (ano de observação) / Área atual da floresta com espécies autóctones em 2013 *100	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
Área da Estrutura Ecológica Municipal	Ha	Valor Ecológico do Território	Câmara Municipal de Estremoz
Fauna: N.º de espécies ameaçadas/ N.º de espécies protegidas	N.º	Caracterização das espécies existentes; Extensão do seccionamento de ecossistemas e <i>habitats</i> . Evitar perdas irreversíveis	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Flora: N.º de espécies ameaçadas/ N.º de espécies protegidas	N.º	Caracterização das espécies existentes; Extensão do seccionamento de ecossistemas e <i>habitats</i> . Evitar perdas irreversíveis	
Áreas classificadas Rede Natura 2000	Ha e %	Análise das áreas classificadas no âmbito de: Rede Natura 2000; Estrutura Ecológica Municipal	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Planos de gestão para áreas classificadas.	Sim/não	Promover a valorização e assegurar a conservação das espécies em áreas classificadas	Câmara Municipal de Estremoz

5.2.4.2. Situação Actual

No concelho de Estremoz estão identificadas as seguintes áreas de interesse para a biodiversidade:

- Zona de Protecção Especial de Veiros: classificada sobretudo pelo seu valor para a conservação da Abetarda (*Otis tarda*) e Sisão (*Tetrax tetrax*);
- S. Bento de Ana Loura: zona de conectividade para as aves estepárias e zona de registo histórico de reprodução de Abetarda;
- Ribeira de Ana Loura: ribeiro que apresenta em grande parte da sua extensão uma galeria ripícola bem conservada;
- Área adjacente à ZPE de Veiros: onde se regista a reprodução de aves agrícolas incluindo o Sisão e a Abetarda;
- Montados: importância de salvaguardar os montados que subsistem na Serra d'Ossa, dada a conversão significativa de parte da região para a floresta de produção.

Tendo presente a importância, riqueza e diversidade destas áreas, as mesmas estão integradas na Estrutura Ecológica Municipal (EEM). A salvaguarda destas áreas permite o equilíbrio ecológico, a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos do concelho.

A EEM subdivide-se em áreas nucleares, áreas de conectividade ecológica e espaços consolidados e programados:

- As áreas nucleares, constituem áreas sob proteção legal e integram a Zona de Proteção Especial (ZPE) de Veiros, as áreas abrangidas pela REN e as áreas abrangidas pela RAN.
- As áreas de conectividade ecológica, correspondem a corredores de ligação entre áreas classificadas e incluem as linhas de água, as ribeiras, os povoamentos de montado de sobre e/ou azinho, as áreas de matas e matos mediterrânicos, as Albufeiras e charcas, as árvores e arvoredos de interesse público, os elementos do património paisagístico (Serra de Ossa, galerias ripícolas, espaço cultural, quintas).
- Os espaços consolidados e programados, integrando os espaços verdes, incluindo os de recreio, os espaços verdes de proteção e conservação e os alinhamentos arbóreos.

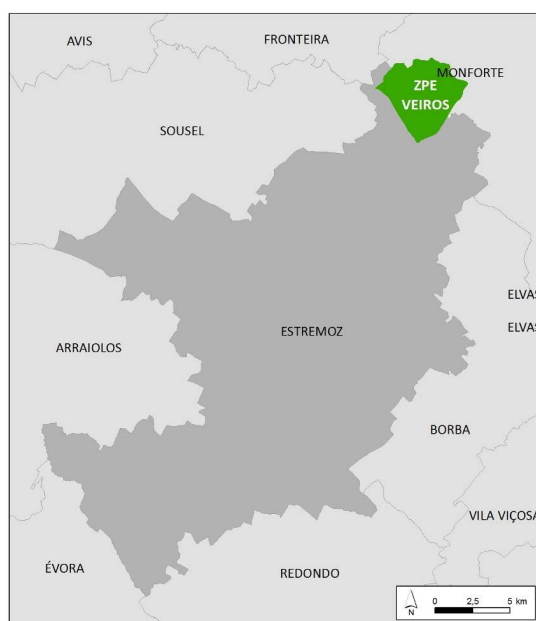
De forma mais detalhada, refere-se seguidamente a importância das duas primeiras áreas pela sua importância acrescida para a gestão da biodiversidade concelhia.

Áreas Nucleares:

A Zona de Protecção Especial de Veiros (PTZPE0052), da Rede Natura 2000, enquadrada pelo Decreto regulamentar n.º6/2008, de 26 de Fevereiro, ocupa 1.959,40ha dos concelhos de Monforte e Estremoz. O concelho de Estremoz compreende 50,83% da ZPE (995,98ha), o que corresponde a 1,94% do território do concelho.

Trata-se de uma área onde predominam as pastagens extensivas, para pecuária de bovinos e ovinos, e o cultivo de cereais em regime extensivo e semi-intensivo. Encontram-se ainda pequenos olivais tradicionais e áreas de montado de azinho disperso, com cereal ou pastagens no sob-coberto. A sua classificação deve-se primordialmente à sua importância para a conservação das aves estepárias, destacando-se a reprodução de abetarda (*Otis tarda*) e a nidificação de sisão (*Tetrax tetrax*).

Figura 17. Localização da ZPE de Veiros no concelho de Estremoz



No que trata à Área Importante para Aves (*Important Bird Areas*) de Vila Fernando/ Veiros, esta IBA, que se divide entre Elvas e Estremoz está incluída no Sítio de Importância Comunitária Caia (PTCON0030). O seu interesse ornitológico resulta de ser uma área muito importante para a conservação avifauna estepária (com estatuto de conservação desfavorável), conservação da Abetarda *Otis tarda*. Possui mais de 1% da população nidificante de Águia-caçadeira *Circus pygargus*. Está ainda referenciado o Cortiçol-de-barriga-preta *Pterocles orientalis*.

Áreas de conectividade ecológica

O Arvoredo de Interesse Público - Outeiro de S. Brissos, Herdade da Granja, enquadrado pelo D.R. nº 135 II Série de 12/06/2000, este olival tradicional (*Olea europaea* L. var. *europaea*) ocupa um cabeço calcário, em torno da Capela de S. Brissos (Séc. XVII), com árvores centenárias sendo algumas milenares. O terreno, de barro vermelho, calcário e rochoso, não apresenta sinais de erosão.

O Montado da Serra d'Ossa, constitui um sistema de elevado interesse ecológico, ocupando o montado de Sobro e Azinho uma área considerável da Serra d'Ossa, para além do eucaliptal que reveste quase toda a totalidade da Serra. A importância da sua conservação advém de ser um sistema sustentável de uso do solo. Este sistema agro-silvo-pastoril tem elevado valor em termos de diversidade biológica, paisagem e do ponto de vista da produção (animal, vegetal e florestal).

Nestes ecossistemas florestais dominados pelo sobreiro e pela azinheira, o controlo da vegetação sub-arbustiva faz-se através da manutenção de cultivo extensivo e pastoreio. Os montados de sobro são um dos *habitats* mais ricos em biodiversidade da Europa (no nosso país sustentam mais de 160 espécies de aves, maioritariamente nidificantes).

Relativamente às linhas de água (Galerias ripícolas) / Zonas de conectividade para aves estepárias, no concelho existem três linhas de água com grande importância ecológica e paisagística devido à existência de galerias ripícolas, são a Ribeira de Ana Loura, a Ribeira da Pardiela, a Ribeira de Alcaraviça. S. Bento de Ana Loura constitui, igualmente uma zona de conectividade para espécies ameaçadas de aves estepárias.

5.2.4.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

A não aprovação ou implementação da atual revisão do PDM poderá comprometer a salvaguarda de alguns elementos das estruturas/ecossistemas ecológicos, dificultando a conservação dos *habitats* naturais e das espécies presentes, na ausência de normativos que proibam determinadas práticas e atividades nas áreas que estruturam e integram esses elementos.

As normas para a preservação destas Estruturas são definidas no novo Regulamento (Rede Ecológica Municipal), e dão ênfase à conciliação das actividades económicas e sociais com a conservação da natureza e valorização do mundo rural. Recorde-se que os objetivos estratégicos do PDM recomendam um compromisso permanente entre valores naturais e culturais, aliando a produção agrícola à manutenção e salvaguarda da paisagem e dos ecossistemas e à sustentabilidade dos recursos, no Mundo Rural.

A evolução das componentes associadas ao FCD "Biodiversidade", sem a aprovação da revisão do PDM de Estremoz, poderá apresentar-se tendencialmente negativa, uma vez

que este institui uma série de medidas que procuram assegurar a preservação e salvaguarda dos elementos estruturantes dos ecossistemas ecológicos municipais.

Para as áreas nucleares da EEM define-se a aplicação de diversas ações, nomeadamente, do Plano setorial da Rede Natura 2000 à ZPE de Veiros, a constituição de espaços privilegiados para investigação e recreio e lazer; e a recuperação de infra-estruturas já existentes para criação de equipamentos de utilização colectiva, nomeadamente, de apoio ao ecoturismo sem desvirtuar a paisagem ou a arquitectura típica local.

Nas áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos da EEM identificam-se também várias ações, tais como a definição da interdição à abertura de novas vias de acesso, a interdição à introdução de espécies não indígenas, o condicionamento à alteração do regime de uso do solo ou as actividades ou práticas que alterem as características dos ecossistemas que se pretendem salvaguardar. Relativamente, às actividades agrícolas, pastoris, florestais e silvo-pastoris podem desenvolver-se de forma extensiva, evitando a destruição das estruturas de compartimentação ou outras que assegurem a continuidade dos processos ecológicos.

Nos espaços da estrutura ecológica urbana da EEM define-se a interdição da execução de edificações, com exceção de equipamentos de apoio a actividades desportivas ao ar livre, redes de percursos pedonais e ciclovias, parques infantis, equipamentos de recreio, lazer e quiosques de restauração e bebidas, a implantar nos espaços devidamente enquadrados em projeto de arquitetura paisagista. Define-se ainda a interdição à destruição de solo vivo e do coberto vegetal, bem como o abate de árvores vivas, a interdição a alterações topográficas que comprometam a coerência e equilíbrio morfológico dos espaços conjuntos, a interdição à deposição de resíduos e a interdição ao lançamento de efluentes em meio natural sem tratamento prévio.

Para os espaços naturais, o Regulamento do PDM considera as áreas com maior valor natural as áreas abrangidas pela ZPE de Veiros (PTZPE0052). A delimitação destes espaços *non aedificandi* têm como objetivos a proteção do meio ambiente e da paisagem, assim como os seus valores da fauna e da flora, contra as formas de degradação dos recursos naturais que ponham em causa a manutenção do equilíbrio ecológico, a promoção da biodiversidade e dos recursos naturais, assim como a proteção do solo contra a erosão e a regulação do ciclo hidrológico.

Em síntese, o PDM em revisão irá potenciar a proteção às áreas mais ricas em termos de biodiversidade e áreas adjacentes, bem como irá promover a consolidação da estrutura ecológica municipal e urbana. Estas questões são cruciais para o desenvolvimento sustentável do concelho e dificilmente concretizáveis sem a devida regulamentação.

5.2.4.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No âmbito do FCD "Biodiversidade" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 13. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Biodiversidade"

Vetores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Valorização do Mundo Rural - Criação do Plano de Gestão para o Mundo Rural	Espaço rural	- Visão global sobre o mundo rural, com efeitos positivos na conservação dos ecossistemas; - Preservar o equilíbrio ecológico; - Melhorar a conciliação entre os valores ecológicos e as atividades humanas.	
Instrumentos de Gestão Territorial - Criação do Plano de Gestão da ZPE de Veiros	Espaço rural	- Preservar o equilíbrio ecológico; - Proteger e conservar as aves estepárias e potencial aproveitamento e criação de condições para desenvolver novos segmentos de procura turística (birdwatching).	
Mobilidade/motorização - Ligação A6-IP2; circular/variante a Estremoz; ligação à UNOR (Unidade de Ordenamento de Estremoz - PROZOM); Ecopistas /ciclovias	Concelho		Perigosidade para os ecossistemas, decorrentes da sua execução e da poluição (ar, ruído) associada ao tráfego
Afirmação da Cidade - Parque periurbano	Cidade	- Efeitos positivos na imagem paisagística da cidade e na fruição do espaço público; - Alargar a Estrutura Ecologia Urbana, que assumirá uma enorme relevância uma vez que representa uma rede necessária ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano; - Ligações funcionais com as áreas rurais envolventes.	
Valorização do mundo rural	Espaço rural	Impactes positivos ao nível do desenvolvimento económico do concelho, nomeadamente das actividades turísticas relacionadas com a natureza.	Construção de infra-estruturas e edifícios que podem constituir um impacto negativo sobre a paisagem, se não forem devidamente harmonizados e integrados e onde relevem preocupações de proteção e sustentabilidade ambiental.
Afirmação da Cidade - Integração da coroa periurbana	Espaço urbano	Conter o alargamento de zonas edificadas na coroa periurbana, em espaços com potencial interesse para garantir a continuidade entre corredores ecológicos prioritários.	
Valorização do Mundo Rural - Desafectação da REN e da RAN	Espaço rural		Reduzir a área de montado e intervenção em ecossistemas de grande valor.

5.2.4.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Biodiversidade" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Promover na ZPE de Veiros uma gestão de pastagens e de gado compatível com a conservação destas aves e a manutenção da cerealicultura extensiva assente numa rotação cultural. Importa garantir a manutenção dos sistemas cerealíferos e pastagens extensivas, de que dependem as aves estepárias que estão na origem da classificação da ZPE de Veiros e evitar a conversão da agricultura cerealífera de sequeiro em regadio, o aumento do encabeçamento e a construção de cercas para parqueamento do gado;
- Evitar as alterações de uso do solo para acautelar a perda de conectividade desta ZPE com as restantes ZPE estepárias do Nordeste Alentejano, nomeadamente, com a ZPE de Monforte, Vila Fernando, S. Vicente, Torre da Bolsa e Campo Maior e ainda com a IBA de Alter do Chão;
- Manter o estado de conservação favorável das espécies que estão na origem da classificação da ZPE e assegurar a conectividade entre áreas classificadas e a conservação das espécies e *habitats* constantes nos anexos das Directivas Comunitárias Aves e *Habitats*⁴;
- Assegurar o bom estado de conservação das manchas de montado de sobre e azinho, particularmente as menos densas, e dos olivais tradicionais. Nesse sentido, a viabilização e disponibilização de mecanismos que promovam um desenvolvimento rural assente em práticas agrícolas e florestais, assegurando a conservação dos valores da ZPE e a competitividade económica e social das actividades que a sustentam constitui um passo importante na garantia da concretização destes objetivos;
- Evitar a fragmentação de galerias ripícolas apresentadas por algumas linhas de água;
- Equacionar nos novos troços rodoviários as suas implicações nos ecossistemas, concretamente na ZPE de Veiros e restantes áreas da Estrutura Ecológica Municipal (ligação A6-IP2; circular/variante; ligação à UNOR; ecopistas/ciclovias).
- Assegurar o bom estado de conservação dos olivais tradicionais.

⁴ Transposta para o Direito Interno pelo DL 140/99, com a redação que lhe é conferida pelo DL 49/2005.

5.2.6. PAISAGEM

A “Paisagem” no concelho de Estremoz integra a notável Paisagem Alentejana, de onde emergem pitorescas e cénicas imagens de planícies, montados e olivais, conhecida e reconhecida pela sua qualidade e diversidade, assume-se como um elemento simbólico e identitário, factor diferenciador à escala nacional. Podendo as opções consagradas em sede de Revisão do PDM, enquanto instrumento de gestão e planeamento territorial, influenciar significativamente a estrutura paisagística e o seu potencial de valorização, a sua integração enquanto factor crítico assume uma especial pertinência e relevância.

No âmbito do FCD "Paisagem" será analisada a componente natural do concelho de Estremoz, as manchas de montado e olival e os corredores ribeirinhos, mas também a componente urbana, conferida sobretudo pela cidade de Estremoz, sem esquecer a típica e singular paisagem associada à exploração das pedreiras.

5.2.6.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD "Paisagem" tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- Conservação e recuperação da paisagem rural: manutenção da agricultura e silvicultura tradicionais; impedir a fragmentação de ecossistemas e *habitats* através da manutenção de contínuos naturais;
- Conservação e recuperação da paisagem urbana: promover a imagem da cidade de Estremoz e da qualidade urbana (património histórico e ambiental).

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 14. Indicadores do Factor Crítico “Paisagem”

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Normas de edificação em solo rural e urbano	(sim/não)	Existência de normas de edificação em solo rural e urbano que contemplem a preservação dos recursos e a contenção da expansão de zonas edificadas nestas áreas	PDM Estremoz - Regulamento
Normas de requalificação e valorização paisagística	(sim/não)	Existência de normas de requalificação e valorização paisagística	PDM Estremoz - Regulamento
Ordenamento das áreas de exploração de inertes	ha	Total de área recuperada de exploração de inertes, reconversão de usos do solo	PDM Estremoz – Planta de Ordenamento
Índice de urbanização do solo	%	Total da área incluída nos Perímetros urbanos do PDM revisto relativamente ao Total da área incluída nos perímetros urbanos do PDM em vigor *100	PDM Estremoz – Planta de Ordenamento
Reabilitação em solo rural	N.º	Licenças para reabilitação de edifícios em solo rural	Câmara Municipal de Estremoz

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Reabilitação do Edificado em solo rural	%	Edifícios reabilitados em solo rural / Total de edifícios reabilitados *100	Câmara Municipal de Estremoz
Reabilitação do património edificado	N.º	N.º de edifícios classificados recuperados	Câmara Municipal de Estremoz
Dinâmica da expansão urbana	%	Variação do índice de expansão urbana no PDM relativamente ao PDM revisto	Câmara Municipal de Estremoz

5.2.6.2. Situação Actual

No concelho de Estremoz identificam-se quatro Unidades de Paisagem⁵, designadamente, a Peneplanície do Alto Alentejo, o Maciço Calcário Estremoz – Borba – Vila Viçosa, a Serra d'Ossa, os Montados e Campos Abertos do Alentejo Central. Contudo, a singularidade da paisagem concelhia advém, sobretudo de duas delas, o Maciço Calcário e a Serra d'Ossa.

A Peneplanície do Alto Alentejo (norte do concelho) caracteriza-se por uma planície ondular, dominada pelos montados de azinho, por vezes, descontinuado por um mosaico agrícola (mais diversificado junto aos aglomerados). Identificam-se como suas principais forças os vales da Ribeira de Ana Loura e Ribeira de Alcaraviça, que se destacam da paisagem envolvente como “elementos singulares”, pelo seu encaixe na paisagem mas também pela presença, nalguns troços, de uma galeria rípicola bem constituída; o vale da Ribeira de Alcaraviça que se evidencia pelo seu “percurso” bastante meandrizante e, por fim o aglomerado de Veiros, com uma estrutura urbana ortogonal a partir do Castelo.

O Maciço Calcário Estremoz – Borba – Vila Viçosa (centro do concelho) individualiza-se devido às características do subsolo, distinguindo-se por um relevo suave, solos férteis e fundos, castanhos-escuros avermelhados, ocupados por olivais, vinhas e sistemas arvenses de sequeiro. A sub-unidade Mármore e Colinas de Estremoz, identificada no âmbito do Plano Diretor Municipal, é uma zona de cabeceira com orientação Noroeste/Sudeste que atravessa o concelho na zona central, incluindo a elevação onde se fixou a cidade de Estremoz. O relevo é constituído por sistemas colinares que alternam paralelamente entre si com zonas baixas aplanadas. Estas morfologias estarão associadas ao desenvolvimento da zona de mármore e franjas de ligação/separação com outros substratos geológicos. No uso do solo prevalecem o olival e a vinha, predominantemente associados ao património construído.

Esta unidade de paisagem apresenta como principais potencialidades a sudeste, zona norte da bacia de Têra (Montinho-Cerejal), onde o conjunto do vale e encosta resultam numa paisagem de elevado interesse. No extremo nordeste, na freguesia de Santa Vitória do Ameixial, releva-se a existência de pequenas colinas com valor paisagístico, mas também valor histórico, por aí ter ocorrido a Batalha do Ameixial (1663). Na zona central ergue-se a povoação de Estremoz, relevando-se a paisagem resultante da sua estrutura urbana e alguns elementos patrimoniais de referência e excelência como a Torre de Menagem.

Importa, no entanto, salientar o forte impacto paisagístico das pedreiras para extração de mármore nesta unidade de paisagem. Esta atividade gera uma elevada destruição do solo

⁵ CANCELA D'ABREU, Alexandre; PINTO-CORREIA, Teresa e OLIVEIRA, Rosário, 2004. “Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens em Portugal Continental”. Lisboa. Estudo co-financiado pelo Programa Operacional Interreg IIC / Sudoeste Europeu.

e da vegetação, bem como enormes cavidades a céu aberto rodeadas por amontoados de blocos com grandes dimensões e outros desperdícios da exploração, a que acresce o impacto negativo na paisagem resultante da presença marcante de "engenhos" ligados ao trabalho de extração e corte de blocos.

A designação da unidade Serra D' Ossa, limitada a norte pela Ribeira de Têra e a Sul pelo festo principal (que divide as bacias do Tejo e do Guadiana), advém da importância deste elemento na zona sul do concelho. Como principais potencialidades desta unidade de paisagem identificam-se o Alto de São Gens, com 650 metros de altitude, situado no limite entre os Concelhos de Estremoz e o Redondo, em segundo, destaca-se Evoramonte, principal centro urbano da Serra d' Ossa, onde o conjunto do castelo e a muralha, em excelente estado de conservação, revelam um significativo valor cultural em termos de património construído e dos acontecimentos históricos aí ocorridos. Por fim, o Montado de Sobro e Azinho que ocupa uma área considerável nesta unidade.

Esta unidade de paisagem apresenta como principais fraquezas a prática da monocultura de eucaliptal, dando origem a uma perda da qualidade do solo e dos recursos hídricos e da presença da auto-estrada A6, que ao envolver importantes escavações alterou significativamente a paisagem serrana.

A unidade Montados e Campos Abertos do Alentejo Central é limitada a norte pelo festo principal que atravessa o concelho. Como principais potencialidades desta unidade de paisagem, destaca-se o relevo ondulado quase que meandrante, associado ao montado denso e ao olival, resultando numa paisagem singular. De igual modo, destaca-se a ribeira da Pardiela (afluente do Degebe) com importância ecológica e paisagística, pelo seu relativo encaixe no relevo, presença de vegetação arbórea com exemplares contrastantes relativamente às envolventes e pelas galerias ripícolas (com destaque para os freixos). Por fim, de destacar os aglomerados de Veiros, Estremoz e Évoramonte com génese e estrutura urbana organizada.

As fraquezas desta unidade de paisagem decorrem, sobretudo, dos aglomerados (com excepção de Veiros, Estremoz e Evoramonte) possuírem uma estrutura desordenada, não existindo desenho urbano (na povoação de Arcos, embora com uma estrutura linear pobre ao longo das vias de acesso, reconhece-se uma centralidade no Rossio ou Largo em frente à Igreja). Acresce salientar ainda a existência de edifícios /património degradados, alguns com interesse patrimonial, como é o caso do Castelo de Veiros.

Pelo concelho proliferam elementos singulares como os "castelos" (Veiros, Estremoz e Evoramonte), as "igrejas, capelas e ermidas" (Igreja de S. Romão, Capela de S. Gens ou a Ermida de Santa Margarida), ou os "montes e demais património rural", que compõem o património paisagístico cultural concelhio.

5.2.6.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

A não aprovação ou implementação da atual revisão do PDM, poderá implicar um agravamento dos problemas associados à degradação das estruturas paisagísticas que ainda mantém um bom estado de conservação e aproveitamento. As medidas de proteção, valorização e normas de edificação apresentadas no Regulamento, contribuirão para estancar a degradação e perda de importantes valores e elementos naturais e

culturais, com consequente desaparecimento de componentes fundamentais da identidade paisagística do município de Estremoz.

Destaque-se que os objetivos estratégicos do PDM recomendam um compromisso permanente entre valores naturais e culturais, aliando a produção agrícola à manutenção e salvaguarda da paisagem e dos ecossistemas e à sustentabilidade dos recursos, no Mundo Rural.

A cidade de Estremoz (cidade ecológica/ cidade serviços/cidade património) é um dos vetores-chave da estratégia do PDM. Este aglomerado urbano possui uma importante riqueza patrimonial que realça uma imagem e uma paisagem urbana singulares, diferenciadoras e identitárias para os munícipes e visitantes.

Releve-se, ainda, que está prevista a restrição de actividades de exploração de recursos minerais em áreas de especial sensibilidade paisagística. Segundo o Regulamento do PDM, a exploração de recursos geológicos poderá ser feita apenas na UOPG 4 (correspondente à UNOR 1 definida no PROZOM) e deverá assegurar a recuperação paisagística, após o término dessa atividade. Assim, impõe-se a obrigatoriedade da progressiva recuperação da zona afetada pela respetiva extração incluindo, nomeadamente, a sua recuperação paisagística global, contemplando, também, a valorização patrimonial das próprias cavidades, numa perspetiva pedagógica e cultural.

5.2.6.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No âmbito do FCD "Paisagem" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 15. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Paisagem"

Vetores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Mobilidade/motorização - Ligação A6-IP2; circular/variante a Estremoz; ligação à UNOR (Unidade de Ordenamento de Estremoz - PROZOM); Ecopistas /ciclovias	Concelho	- Reforçar a centralidade de Estremoz; - Diminuir os tempos de percurso; - Aumentar as alternativas do trajecto; - Diminuir os congestionamentos; - Dinamizar a economia devido à qualidade e optimização das acessibilidades rodoviárias.	Modificações na paisagem, ao envolver importantes escavações e novas infraestruturas, impossibilitando o melhor aproveitamento e fruição de estruturas paisagísticas contínuas
Afirmação da Cidade - Parque periurbano	Cidade	- Efeitos positivos na imagem paisagística da cidade; - Alargar a Estrutura Ecologia Urbana, que assumirá uma enorme relevância uma vez que representa uma rede necessária ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano; - Ligações funcionais com as áreas rurais envolventes.	
Valorização do mundo	Espaço	Impactes positivos ao nível do	Construir de infra-estruturas e

Vetores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
rural	rural	desenvolvimento económico do concelho, nomeadamente das actividades turísticas relacionadas com a natureza; ▪ Impactes positivos ao nível da biodiversidade.	edifícios que podem constituir um impacto negativo sobre a paisagem, se não forem devidamente harmonizados e integrados e onde relevem preocupações de proteção e sustentabilidade ambiental.
Afirmação da Cidade - Integração da coroa periurbana	Espaço urbano	▪ Efeitos positivos na qualificação da rede urbana, com potenciais impactes positivos ao nível da procura turística e da qualidade de vida; ▪ Mitigação dos efeitos de degradação paisagística, pela contenção da edificação periurbana e adopção de regras de conformação do edificado; ▪ Contenção do alargamento de zonas edificadas na coroa periurbana e incentivo à reabilitação do edificado já existente, em detrimento de novas construções.	

5.2.6.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Paisagem" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Integrar e recuperar a paisagem das zonas de pedreiras, consideradas no PDM como "disfunções ambientais e/ou paisagísticas", assim como dos elementos associados a esta actividade. A sua importância económica não poderá substituir-se ao impacto que causam na paisagem.
- Elaborar regulamentação específica para as pedreiras (requisitos ambientais e paisagísticos em função das especificidades paisagísticas desses territórios – para além dos consagrados nas DIA) para os espaços com particular sensibilidade paisagística, que não devem ser intervencionados no âmbito das explorações, ou que estejam localizados na envolvente.
- Promover acções de sensibilização dos proprietários que visem a adopção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, com uma preocupação eminentemente de preservação e valorização paisagística com vista a preservar a multifuncionalidade da paisagem da Serra d'Ossa e assegurar a sua proteção face a incêndios, pragas, fenómenos erosivos e desequilíbrio do ciclo hidrológico.

5.2.6. PATRIMÓNIO CULTURAL

O património cultural tem ganho uma crescente relevância, que reflete por um lado, a maior valorização que a sociedade faz do património e da cultura, mas por outro lado, a maior aposta do setor público na proteção, salvaguarda e qualificação dos recursos patrimoniais, importantes elementos de desenvolvimento sustentável do território e de dinamização do turismo e da economia. Nos últimos anos, esta preocupação e aposta pública gerou a realização de diversas intervenções de preservação e reabilitação do património edificado classificado e a refuncionalização de espaços para novos usos culturais.

O FCD Património Cultural integra todos os valores arquitectónicos e arqueológicos do concelho de Estremoz, cuja salvaguarda e valorização permite a conservação da identidade concelhia e o seu desenvolvimento sustentável. A salvaguarda e valorização patrimonial, nas suas múltiplas dimensões potencia o bem-estar social e económico, contribui, de forma relevante, para o desenvolvimento regional e local e para a qualidade ambiental e paisagística.

5.2.6.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD "Património Cultural" tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- Proteger, valorizar e qualificar o património classificado (arquitectónico e arqueológico), com ênfase para os monumentos nacionais e imóveis de interesse público;
- Proteger e valorizar o património imaterial.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 16. Indicadores do Factor Crítico "Património Cultural"

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Património arquitectónico classificado (nº de bens imóveis de interesse público, de interesse municipal e de monumentos nacionais)	N.º	Preservação dos edifícios históricos e dos sítios arqueológicos; Promoção da reabilitação e dinamização de edifícios históricos.	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)
Património arquitectónico em vias de classificação (nº bens imóveis)	N.º		Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)
Património arqueológico classificado (nº de bens imóveis de interesse público, de interesse municipal e de	N.º		Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
monumentos nacionais)			
Normas de proteção e valorização do património arquitectónico	Sim/Não		Câmara Municipal de Estremoz (PDM)
Imóveis degradados e reconvertidos existentes nos centros históricos	N.º	Contributo para a preservação do património construído e qualificação dos espaços nobres da cidade	Câmara Municipal de Estremoz

5.2.6.2. Situação Actual

O Património Cultural, nas suas diversas dimensões, assume um papel central no quadro do processo de revisão do PDM de Estremoz, dada a multiplicidade e riqueza de elementos patrimoniais presentes no município.

As diferentes componentes patrimoniais do concelho (arquitectónicas, arqueológicas, urbanísticas, paisagísticas, naturais e imateriais) foram inventariadas de modo a integrar a Carta de Património Municipal. Aqui se inclui o património classificado e não classificado. A grande variedade de elementos construídos abrange arquitectura civil, militar ou religiosa, numa listagem que inclui cerca de uma centena de elementos de património arquitectónico.

Quadro 17. Monumentos Nacionais no concelho de Estremoz

Designação	Categoria / Tipologia
Claustro da Misericórdia de Estremoz	Arquitectura Religiosa / Claustro
Igreja de São Francisco, compreendendo o túmulo de Esteves da Gata (século XV)	Arquitectura Religiosa / Igreja
<i>Villa</i> Lusitano-Romana de Santa Vitória do Ameixial	Arqueologia / Villa
Castelo de Estremoz, composto pela muralha e respectivos baluartes da primeira linha de fortificações do século XIII, pelas portas e baluartes da segunda linha de fortificações do século XVII e pela Torre das Couraças	Arquitectura Militar / Castelo
Capela de Nossa Senhora dos Mártires	Arquitectura Religiosa / Capela
Capela de D. Fradique de Portugal	Arquitectura Religiosa / Capela
Antiga Casa da Câmara	Arquitectura Civil / Casa
Pelourinho de Estremoz	Arquitectura Civil / Pelourinho
Padrão do Ameixial	Arquitectura Civil / Padrão
Castelo de Evoramonte	Arquitectura Militar / Castelo
Terreiro da Batalha do Ameixial	-----

Fonte: IGESPAR

Em Estremoz há registo de cerca de 160 elementos de património arqueológico, entre os quais um sítio classificados como Monumento Nacional (MN), a “*Villa* lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial” (Decreto nº 735/74, DG 297 de 21 de Dezembro)⁶. O Património Imóvel classificado ou em via de classificação pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) compreende 25 elementos, 11 dos quais Monumentos Nacionais e dois deles em vias de classificação como Imóveis de Interesse Público, o Palácio dos Henriques (Palácio Tocha) e a Igreja de São Pedro (Evoramonte).

⁶ Portal do Arqueólogo - IGESPAR

O património imaterial conserva uma forte presença no imaginário do concelho, particularmente sustentado no Mundo Rural. A rede de artesãos do concelho (barrística de Estremoz), assume um especial significado local.

Destacam-se ainda as estruturas defensivas de Evoramonte, Estremoz e Veiros, como elementos distintivos na paisagem concelhia e peças fortes e estruturantes do território no âmbito do Espaço Cultural.

Em termos de património urbanístico concelhio, que integra os conjuntos edificados, espaços abertos e malhas urbanas com interesse histórico, cultural, arquitectónico e paisagístico com importância para a imagem e história da urbe, podem ser referenciados 11 elementos:

- Centro histórico de Evoramonte
- Centro histórico de Veiros
- Aglomerado da Senhora dos Mártires
- Bairro Operário
- Rossio Marquês de Pombal
- Conjunto Urbano da Antiga Igreja de Santo André
- Largo adjacente à Cerca Conventual de Santo António dos Capuchos
- Largo do Pelourinho
- Conjunto da Escola Industrial
- Bairro da Mata e Mata Municipal
- Cidade-património

Concomitantemente, a musealização do espólio cultural apresenta também elevado interesse para o desenvolvimento do concelho (atualmente a rede museológica é constituída por 8 museus).

Em suma, o concelho de Estremoz é detentor de um leque diversificado de valores patrimoniais, imateriais, paisagísticos e urbanísticos, muitos dos quais elementos classificados.

Observa-se uma crescente visibilidade e interesse pelo património local, inclusive pelo património imaterial, constituindo ambos vértices importantes da identidade concelhia e assumindo-se como factores de diferenciação. O património pode e deve assumir-se como um factor de desenvolvimento socioeconómico, em particular, através de uma estreita articulação com o fomento de indústrias criativas, de eventos e de segmentos/nichos de turismo. Do ponto de vista da actividade económica, a reabilitação patrimonial poderá constituir uma oportunidade de criação de unidades de alojamento turístico.

5.2.6.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

A não aprovação ou implementação da atual revisão do PDM, poderá implicar um agravamento dos problemas associados à degradação do património cultural e do edificado e ao despovoamento dos núcleos históricos. As medidas de proteção, valorização apresentadas no Regulamento, contribuirão para potenciar e atribuir um novo papel na matriz económica local aos valores e elementos culturais.

Assim, o PDM de Estremoz, no Regulamento, designa as áreas com relevância para a identificação do património histórico, arquitectónico, arqueológico e paisagístico como Espaço Cultural. Nestas áreas o regime de uso do solo é determinado pelos valores a proteger, valorizar e conservar, compreendendo as paisagens envolventes de ocupações humanas de características cénicas, históricas e culturais, nomeadamente:

- Envolvente sul e poente à cidade de Estremoz, de proteção e valorização do universo global das fortificações de Estremoz;
- Envolvente sul a Veiros de proteção e valorização das estruturas fortificadas;
- Antiga estrada de São Bento de Ana Loura a Veiros (inclui antigas escolas e cemitério);
- Campo da Batalha do Ameixial;
- *Villa* romana de Santa Vitória do Ameixial;
- Área envolvente a Evoramonte de proteção e valorização das estruturas fortificadas no seu todo.

Pretende-se, deste modo, contribuir para a proteção da paisagem e dos elementos culturais concelhios, de forma a possibilitar a "leitura e a capacidade evocativa destes lugares, relevando também os seus valores culturais."

Por outro lado, a degradação do centro histórico coloca em perigo o valor histórico, arquitectónico e cultural deste tecido urbano.

5.2.6.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No âmbito do FCD "Património Cultural" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 18. Avaliação de Impactes relativa ao FCD "Património Cultural"

Vetor de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Valorização do Mundo Rural-- Criação do Plano de Gestão para o Mundo Rural	Espaço rural	▪ Visão global sobre o mundo rural, com efeitos positivos na preservação do património material e imaterial; ▪ Reinserção social das comunidades rurais através da retomada de manifestações como a convivência e a interação com os valores patrimoniais; ▪ Criar condicionantes legais, de carácter restritivo e/ou programático relativamente à ocupação e uso do solo, na envolvente dos valores patrimoniais classificados.	▪ A implantação de empreendimentos turísticos isolados pode comprometer a salvaguarda e a valorização das características arquitetónicas e paisagísticas do contexto onde se inserem.
Instrumentos de Gestão Territorial: Planos de	Espaço rural	▪ Reforçar e recuperar a identidade urbana, histórica, arquitetónica e	▪ A reabilitação urbana poderá compreender efeitos negativos

Vetor de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Urbanização (Edificação em Solo rural peri-urbano)		- urbanística da cidade apoiada no conceito de “Cidade Património”; - Protecção e valorização dos valores patrimoniais presentes na cidade; - Articular de forma equilibrada a transição para o “Espaço Cultural”; - Valorizar e integrar a oferta cultural da cidade e melhor aproveitamento dos equipamentos existentes; - Recuperar e reabilitar as formas e estruturas urbanas, que marcam a identidade concelhia; - Criar condicionantes legais, de carácter restritivo e/ou programático relativamente à ocupação e uso do solo, na envolvente dos valores patrimoniais classificados.	- caso os acessos e o estacionamento não sejam devidamente estudados, originando ruído e poluição; - A utilização dos elementos patrimoniais para fins turísticos, pode criar alguma massificação turística, o que pode representar uma ameaça para as identidades locais; - A ausência de mecanismos e procedimentos expeditos para o depósito dos resíduos de construções e demolições resultantes da demolição de edifícios degradados poderá criar efeitos graves no município.
Instrumentos de Gestão Territorial: Planos de Intervenção em Espaço Rural (Edificação dispersa em solo rural)	Espaço rural	- Estruturar e ordenar as áreas abrangidas, bem como definir regras complementares que permitam equacionar soluções integradas; - Fomentar a salvaguarda dos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais em meio rural, incluindo os culturais.	- A utilização dos elementos patrimoniais para fins turísticos, pode criar alguma massificação turística, o que pode representar uma ameaça para as identidades locais; - A implantação de empreendimentos turísticos isolados pode comprometer a salvaguarda e a valorização das características arquitetónicas e paisagísticas do contexto onde se inserem.
Valorização do mundo rural	Espaço rural	Impactes positivos ao nível do desenvolvimento económico do concelho, nomeadamente das actividades turísticas relacionadas com o aproveitamento do património cultural.	- Construir infra-estruturas e edifícios que podem constituir um impacto negativo sobre o património, se não forem devidamente harmonizados e integrados e onde relevem preocupações de proteção e sustentabilidade; - A implantação de empreendimentos turísticos isolados pode comprometer a salvaguarda e a valorização das características arquitetónicas e paisagísticas do contexto onde se inserem.
Afirmação da cidade	Cidade	- Efeitos positivos na qualificação da rede urbana, com potenciais impactes positivos ao nível do património e da procura turística; - Mitigação dos efeitos de degradação paisagística e do património construído; - Incentivo à reabilitação do edificado já existente, em	

Vetor de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
		detrimento de novas construções; ■ Criar condicionantes legais, de carácter restritivo e/ou programático relativamente à ocupação e uso do solo, na envolvente dos valores patrimoniais classificados.	

5.2.6.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Património Cultural" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Estabelecer medidas preventivas e de salvaguarda/conservação, no âmbito da execução de obras públicas e/ou privadas que possam provocar impactes sobre património cultural (arqueológico e arquitectónico) no regulamento do PDM;
- Promover as intervenções preconizadas no Centro Histórico no âmbito da ACCRU e em sede de PDM, de reconversão e recuperação urbanística do centro histórico da cidade;
- Prosseguir a inventariação do património imaterial do concelho;
- Compatibilizar a proteção e valorização do património rural, natural e cultural com a actividade económica local, nomeadamente a afirmação de produtos turísticos diferenciados; criação de circuitos e rotas turísticas; Divulgação e promoção do património classificado;
- Alargar e dinamizar a rede museológica municipal, como forma de preservação da "memória" do concelho;
- Criar rotas pedonais para conhecimento do património cultural do concelho;
- Estimular e apoiar as actividades relacionadas com o turismo cultural.

O PROTA refere diversos entraves à preservação do património cultural regional, com repercussões directas ao nível concelhio:

- A inexistência de uma abordagem estratégica das políticas de salvaguarda do território, incluindo as intervenções nos centros históricos;
- A escassez de redes ligadas à preservação/exploração/divulgação do património;
- O não levantamento exaustivo dos bens perecíveis;
- Reduzido conhecimento da evolução dos principais núcleos urbanos, com vista à sua identificação, reconhecimento e valorização;
- O estado de degradação de vários 'monumentos'.

- Carência de políticas estruturadas para a gestão urbana, articulando factores de desenvolvimento com a salvaguarda dos valores patrimoniais (estrutura ecológica urbana, paisagem, os elementos estruturantes do território em geral).
- Inexistência de uma rede museológica que possa assegurar uma melhor gestão dos diversos espólios e da investigação, assim como maior visibilidade expositiva, novos públicos e notoriedade.

As recomendações tentam dar uma resposta efetiva a estas preocupações, sempre que possível.

5.2.7. RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Desde sempre as sociedades estiveram sujeitas a riscos naturais, resultando, essencialmente, de eventos climáticos e geológicos intensos. A evolução das sociedades tem, no entanto, transformado as formas de ocupação do solo, convertendo-as em estruturas cada vez mais complexas, artificializadas e intensas e, conseqüentemente, mais sujeitas a riscos, sejam eles relacionados com fenómenos de origem natural ou antrópica. No entanto, nos últimos anos, fruto da evolução tecnológica, do desenvolvimento industrial e da utilização cada vez mais intensiva de substâncias perigosas, as sociedades passaram então a confrontar-se com os riscos tecnológicos. Ambas as situações (riscos naturais e tecnológicos) são acontecimentos súbitos e não planeados, alguns de difícil previsibilidade, causadores de danos graves na sociedade e no ambiente.

No entanto, aos riscos acima referidos, que resultam sobretudo de eventos súbitos, acrescem os riscos decorrentes de fenómenos de evolução mais lenta no tempo, mas que podem igualmente ter consequências catastróficas nas sociedades e no ambiente em geral, como é o caso das alterações climáticas. Estas estão na base de profundas transformações que se têm vindo a registar ao longo dos últimos anos, encontrando-se Portugal inserido numa região em que os cenários de evolução futura apontam para em risco de desertificação, em estreita articulação com o despovoamento.

A vulnerabilidade das sociedades modernas perante os riscos reflecte a impreparação para enfrentar os vários fenómenos. A prevenção é, portanto, reconhecidamente uma necessidade para fazer face a eventuais riscos naturais e tecnológicos que possam ocorrer.

5.2.7.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD "Riscos Naturais e Tecnológicos" tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica. Assim, a avaliação do presente FCD tem como principais objetivos:

- Prevenir os riscos e a ocorrência de acidentes graves relacionados com as actividades humanas;
- Atenuar os riscos e limitar os seus efeitos, sobretudo, os decorrentes de eventos naturais, como as cheias e os deslizamentos;
- Proteger as pessoas, os outros seres vivos, os bens e valores patrimoniais, culturais e ambientais;
- Combater a desertificação, nomeadamente a degradação do solo, resultante de factores naturais e actividades humanas, associada ao despovoamento.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 19- Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Superfície florestal ardida	(%)	Percentagem de terrenos arditos dedicados à actividade florestal.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Evolução da área florestal ardida	(ha)	Área de terrenos arditos afectos à actividade florestal	Autoridade Florestal Nacional
Áreas urbanizáveis em locais com risco de erosão	(%)	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de erosão	Câmara Municipal de Estremoz
Áreas urbanizáveis em locais com risco de cheias	(%)	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias	Câmara Municipal de Estremoz
Índice de susceptibilidade à desertificação	(%)	Conjuga três índices: - Índice climático relação entre a precipitação anual média e a evapotranspiração potencial anual média); - Índice de perda de solo (combina a erosividade da precipitação, o tipo de solo, o coberto vegetal e o declive das encostas; - Índice de seca (número de anos (em percentagem) em que o valor da precipitação anual é inferior ao limiar representado pelo quantil 0,01 da distribuição).	Comissão Nacional de Coordenação do PANCD, CCDR, MADRP
Variação da população	(%)	Evolução da população residente num determinado local (População residente (no ano mais recente) - População residente (no ano anterior)/ População residente (no ano anterior)]*100)	Instituto Nacional de Estatística (INE)

5.2.7.2. Situação Actual

Atendendo à situação geográfica do concelho de Estremoz, às características geológicas, às condições climáticas e às actividades socioeconómicas relacionadas, sobretudo, com a actividade industrial, os transportes e a exploração dos recursos naturais, podem surgir acontecimentos, que para além de prejudicarem o ambiente, podem produzir efeitos graves em pessoas e bens.

De acordo com o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Estremoz (PMEPCE), dos vários tipos de riscos naturais e tecnológicos⁷ considerados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, são entendidos como os mais pertinentes no concelho os seguintes:

⁷ Segundo a Autoridade Nacional de Protecção Civil são classificados como riscos naturais os sismos, as cheias, as secas, os incêndios florestais, as precipitações intensas, as trovoadas, as ondas de calor, as vagas de frio, os nevões, os ciclones, os tornados, os acidentes geomorfológicos e a segurança das barragens. Dentro dos riscos tecnológicos são consideradas os seguintes elementos com possibilidade de causar acidentes graves: as substâncias perigosas em indústrias e armazenagens, o transporte de mercadorias perigosas, gasodutos e oleodutos, emergência radiológicas, ameaças terroristas nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas.

➤ **Riscos Naturais:**

- Sismo;
- Deslizamento de vertentes;
- Temporal/ciclone e tornado;
- Cheias;
- Seca
- Incêndio florestal.

➤ **Riscos Tecnológicos:**

- Incêndio urbano;
- Acidente industrial;
- Acidentes rodoviários ou com transporte de mercadorias perigosas;
- Rotura de barragem ou albufeira;
- Poluição do ar;
- Terrorismo;
- Acidente aéreo.

A identificação e a avaliação dos riscos segundo critérios de gravidade/perigosidade e probabilidade, bem como o conhecimento das vulnerabilidades, permitem a elaboração de medidas de prevenção e correcção que minimizem as consequências de um evento grave. Para cada tipo de risco, com diferentes probabilidades de ocorrência, o concelho apresenta diferentes vulnerabilidades.

Riscos Naturais

Os sismos são fenómenos naturais, impossíveis de prever, e podem provocar danos consideráveis nas estruturas urbanas e nas populações. O nível de destruição depende de factores como a magnitude do sismo, distância ao epicentro, condições locais (tipos de solos, topografia, etc.) e tipo de edifícios (tipologia construtiva, época de construção, estado de conservação, etc.).

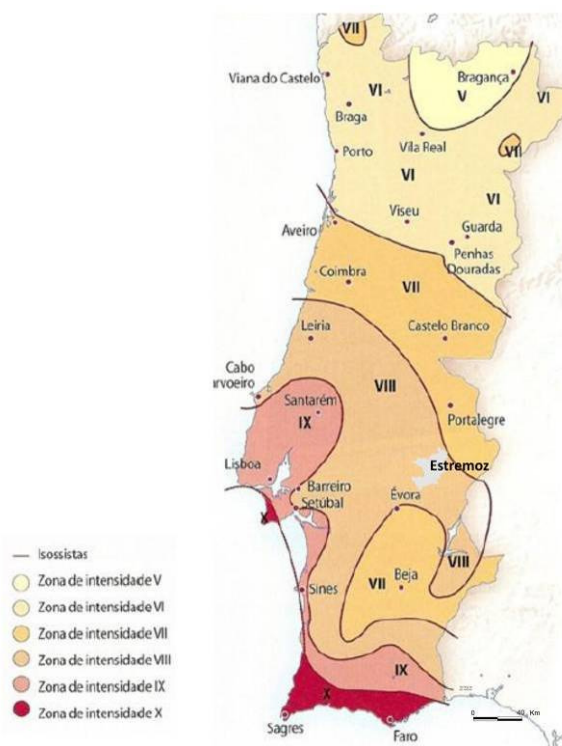
Quadro 20. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Sismo

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Concelho	Risco de Grau Pequeno - cidade e freguesias
Probabilidade	Baixo	Concelho	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Grande	Centro Histórico de Estremoz e infra-estruturas (redes de cabos condutores e de tubos, pavimentos)	
	Média	Outras áreas urbanas	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

Segundo a Carta de Isossistas de Intensidade Máximas do I.P.M.A., o concelho de Estremoz está localizado numa Zona de Intensidade VII da Escala de Mercalli, a que corresponde um grau designado de “Muito Forte”. Os efeitos poderão provocar estragos limitados em edifícios de boa construção, sendo mais importantes e generalizados nas construções mais frágeis. A proximidade às falhas sísmicas do Alandroal e da Messejana contribui para aumentar as probabilidades de ocorrência de um sismo plausível de afetar o concelho.

Figura 18. Carta de Isossistas de Intensidade Máxima



Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera

O Centro Histórico de Estremoz surge como a área mais vulnerável devido à presença de um edificado antigo, com materiais pouco resistentes a abalos sísmicos e a uma maior concentração de população. As áreas urbanas de construção mais recente e as construções isoladas em áreas rurais apresentam menos vulnerabilidades.

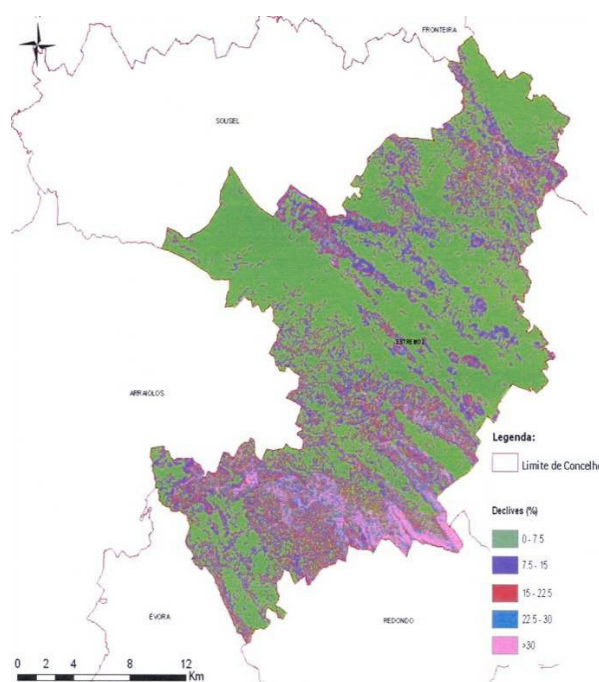
Os deslizamentos de vertentes são acontecimentos que, na maioria das vezes, conjugam factores de origem humana com factores de origem natural relacionados, essencialmente, com a estrutura geológica e com eventos climáticos. O tipo de ocupação do solo associado a níveis de precipitação intensa tem influenciado a sua ocorrência. Estes podem provocar danos consideráveis com perda de vidas humanas e destruição do parque habitacional e infraestruturas essenciais.

Quadro 21. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz – Deslizamento de Vertentes

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Baixo	Concelho	Risco de Grau Pequeno – concelho no inverno
Probabilidade	Médio	Concelho – no inverno	
	Baixo	Concelho – no outono	Risco de Grau Mínimo – concelho no outono
		Avaliação	Local no Concelho de Estremoz
Vulnerabilidade		Pequena	Freguesias de Evoramonte e Glória
		Mínima	Restantes freguesias

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

É um fenómeno que pode ocorrer em todo o território nacional, sobretudo nos meses de inverno. No entanto, no concelho de Estremoz, pelas suas características geológicas e declives pouco acentuados na generalidade do território, as probabilidades de ocorrer um fenómeno deste tipo são reduzidas. A área mais vulnerável, pelo facto de apresentar maiores declives, corresponde à Serra d' Ossa, no sul do concelho, nas freguesias de Evoramonte e Glória.

Figura 19. Mapa de Declives no Concelho de Estremoz

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

Os temporais/ciclones ou tornados são situações meteorológicas que pela sua violência e agressividade podem provocar danos humanos irreparáveis e avultados prejuízos materiais. São fenómenos que podem ser previstos com alguma antecipação, o que permite, de algum modo, estabelecer medidas preventivas.

Quadro 22. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Temporal/Ciclone ou Tornado

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Concelho	Risco de Grau Médio - Concelho nos meses de junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro Risco de Grau Pequeno - Concelho restantes meses do ano
Probabilidade	Médio	Concelho nos meses de junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro	
	Baixo	Concelho restantes meses do ano	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Média	Cidade	
	Pequena	Zona Serrana	
	Mínima	Restante concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

Das ocorrências inventariadas, verifica-se que a Região do Alentejo é por vezes assolada por fenómenos desta natureza, principalmente durante a primavera e outono. São eventos intensos e de curta duração no tempo que podem provocar grandes inundações.

A cidade de Estremoz apresenta a maior vulnerabilidade a este risco, devido à maior concentração da população, maior impermeabilização do solo e à presença de mais infraestruturas, que em caso de serem afetadas provocam o maior transtorno.

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, provocados por precipitações moderadas e prolongadas ou por precipitações repentinas e de elevada intensidade, que podem resultar em elevados prejuízos. Os seus efeitos são acentuados quando se constrói e se impermeabilizam os solos em áreas desaconselhadas.

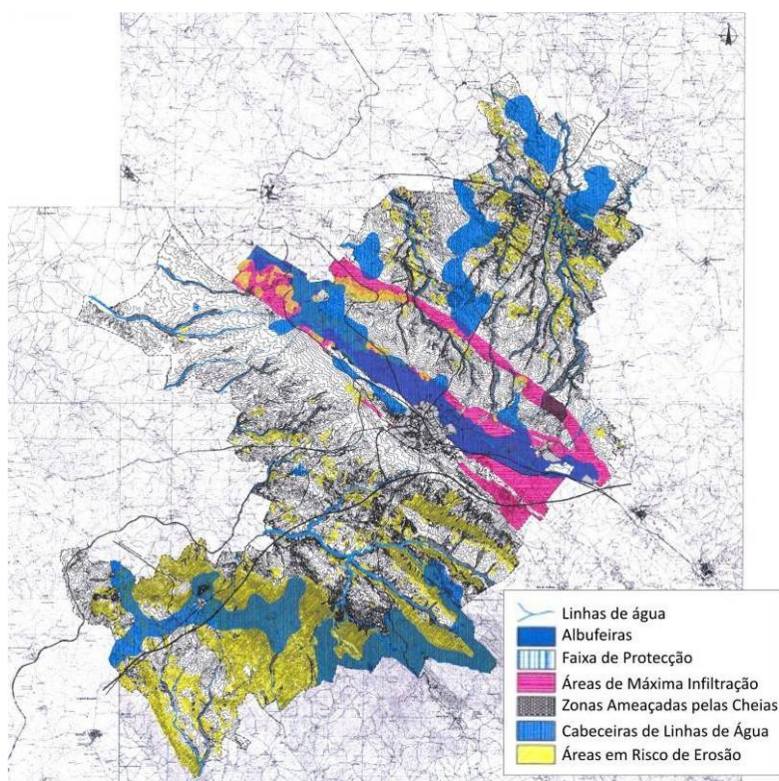
Quadro 23. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Cheias

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Concelho	Risco de Grau Pequeno - Concelho nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro Risco de Grau Mínimo - Concelho restantes meses do ano
Probabilidade	Pequeno	Concelho nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro	
	Mínimo	Concelho restantes meses do ano	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Mínima	Concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

As condições climáticas e os regimes pluviométricos que se verificam, associadas às características morfológicas, geológicas e hídricas podem dar origem a ocorrências de cheias principalmente entre os meses de setembro e dezembro. No entanto, no concelho, e tendo por base os antecedentes históricos, os fenómenos desta natureza não ocorrem com regularidade nem causam danos de maior.

Segundo a Carta da Reserva Ecológica Nacional do Concelho, as zonas ameaçadas pelas cheias estão praticamente circunscritas aos leitos de cheia das linhas de água, não afectando nenhum aglomerado populacional.

Figura 20. Reserva Ecológica Nacional Concelho de Estremoz

Fonte: Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz

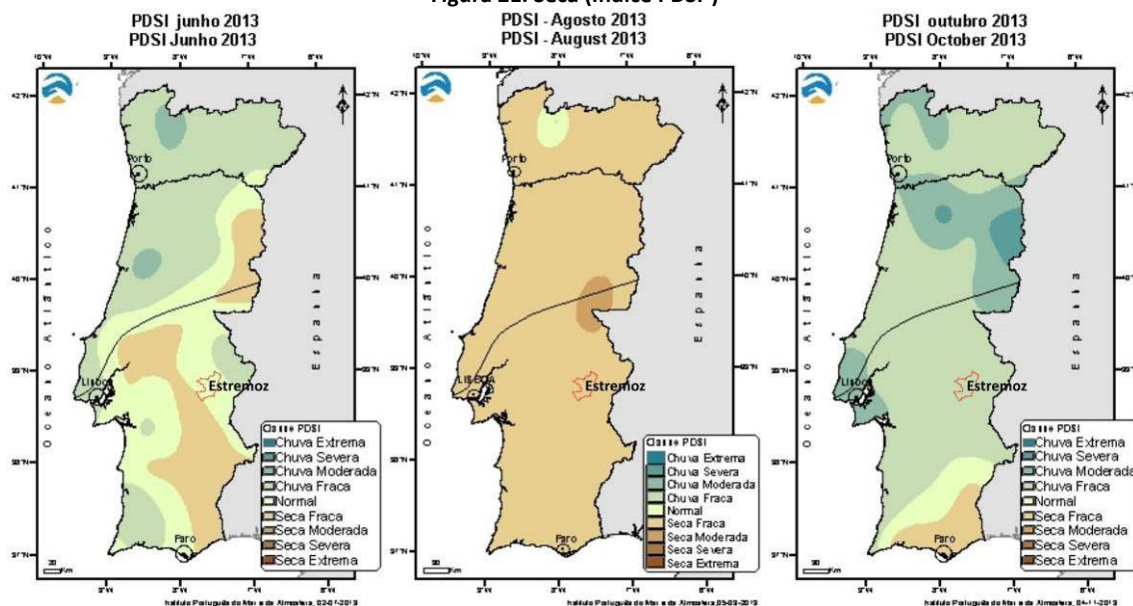
A seca é normalmente entendida como uma condição transitória decorrente da escassez de água por via da reduzida precipitação, em períodos mais ou menos longos, com consequências significativas nos ecossistemas e nas actividades sócio-económicas.

Quadro 24. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Seca

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Concelho	Risco de Grau Médio - Concelho
Probabilidade	Médio	Concelho	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Pequena	Concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

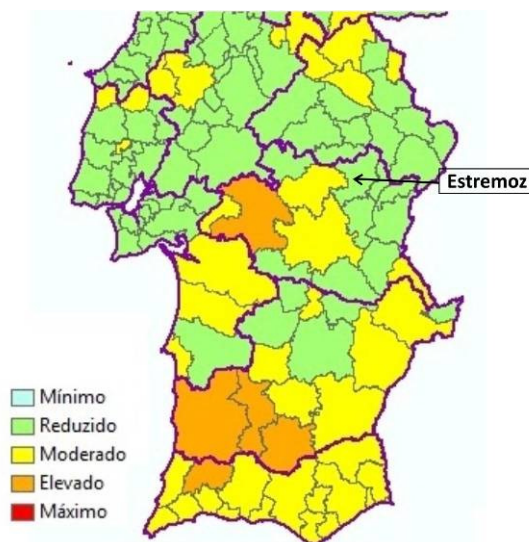
A reduzida precipitação ao longo de anos sucessivos, associada à falta de infraestruturas de armazenamento e de regularização hídrica, bem como ao aumento do consumo doméstico, agrícola e industrial, contribuem para tornar o território mais vulnerável à formação de condições de seca.

Figura 21. Seca (Índice PDSI⁸)

Fonte: Instituto Português do Mar e da Atmosfera

O concelho de Estremoz está inserido numa região sensível, com a situação de carência de água a agravar-se nos meses em que ocorre menos precipitação. No entanto, pelas características do concelho, a vulnerabilidade é pequena, apresentando em 2012, segundo a Autoridade Nacional de Protecção Civil, um risco reduzido de seca hidrológica.

Figura 22. Risco de Seca Hidrológica



Fonte: Autoridade Nacional de Protecção Civil

⁸ Este índice baseia-se no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo e permite detetar a ocorrência de períodos de seca classificando-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).

Um incêndio florestal pode provocar danos significativos com perda de bens e pessoas, com interferência nas actividades económicas, directa ou indirectamente envolvidas, e com alterações no ambiente, em geral. Um incêndio para além da emissão de gases e partículas resultante da combustão do material lenhoso, deixa a área ardida mais sujeita a deslizamentos de vertente e o solo mais vulnerável à erosão.

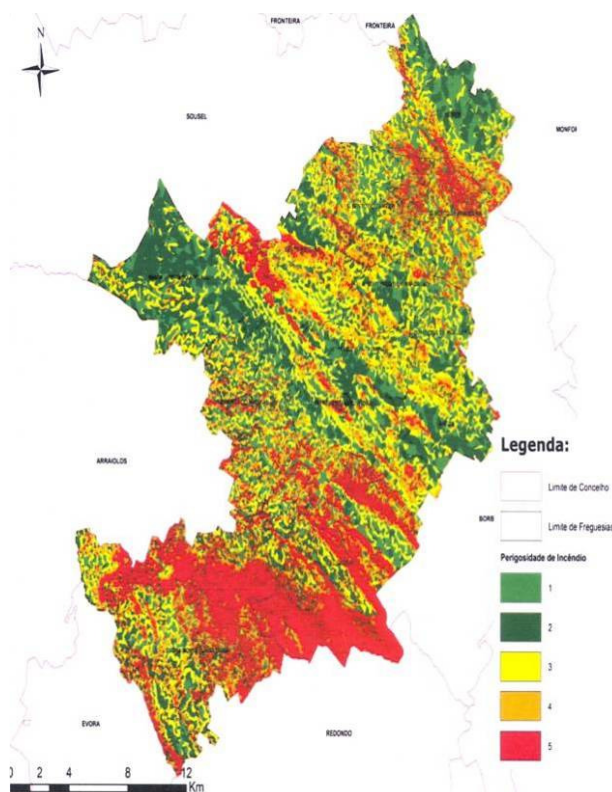
Quadro 25. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Incêndio Florestal

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Concelho	Risco de Grau Médio - freguesias de Evoramonte, Glória e Santa Vitória do Ameixial Risco de Grau Pequeno - restante concelho
Probabilidade	Médio	Freguesias de Evoramonte, Glória e Santa Vitória do Ameixial	
	Baixo	Restante concelho	
		Avaliação	Local no Concelho de Estremoz
Vulnerabilidade		Pequena	Concelho

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

A floresta assume uma grande importância no concelho, não só pela extensa área que ocupa (44% da área do concelho está ocupada por floresta), como também pela sua importância enquanto actividade económica e enquanto elemento de equilíbrio ambiental.

Figura 23. Perigosidade de Incêndio Florestal no Concelho de Estremoz



Fonte: Plano Municipal da Floresta Contra Incêndio, 2012

A probabilidade de ocorrer um incêndio aumenta nos meses de verão, entre junho e setembro, e a perigosidade é muito elevada na Serra de Ossa. No entanto, face à estrutura de bombeiros existente no concelho, o PMEPC considera que a vulnerabilidade é pequena.

Riscos Tecnológicos

Um incêndio urbano pode ter consequências devastadoras, podendo provocar um elevado grau de destruição e causar baixas humanas. São particularmente graves quando ocorrem em edifícios altos, em edifícios que se desenvolvem na horizontal e em edifícios integrados em zonas históricas.

Quadro 26. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Incêndio Urbano

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Alto	Cidade de Estremoz	Risco de Grau Grande - na Zona Histórica da Cidade de Estremoz Risco de Grau Pequeno - outros locais, onde se exercem actividades a fogo
	Médio	Restantes zonas urbanas	
Probabilidade	Médio	Nos locais com cozinhas de restaurantes antigos, fornos a lenha, oficinas com trabalhos a fogo e habitações precárias (barracas);	
	Baixo	Restantes Locais	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Máxima	Centro Histórico do Concelho de Estremoz	
	Mínima	No restante concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

O centro histórico de Estremoz, pelo facto de concentrar um maior número de actividade onde se exercem actividades com fogo, nomeadamente restaurantes, fornos de lenha, oficinas, etc., é o local do concelho que apresenta um maior grau de risco face aos incêndios urbanos.

É também o centro histórico que apresenta uma maior vulnerabilidade devido sobretudo à existência de edifícios com materiais pouco resistentes ao fogo, bem como de casas abandonadas e geminadas que facilitam a propagação do fogo. Os arruamentos estreitos aí constantes, a ausência de bocas de incêndio e o estacionamento de viaturas, poderão dificultar o combate ao fogo.

O acidente industrial pode envolver incêndio, explosão e emissão de substâncias com efeitos variáveis em função do tipo de substâncias e materiais envolvidos e passíveis de causar danos na população, no ambiente e no património edificado envolvente.

Quadro 27. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Acidente Industrial

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Zona Industrial Ligeira (Estremoz)	Risco de Grau Médio - Zona Industrial Ligeira (Estremoz)
Probabilidade	Médio	Zona Industrial Ligeira (Estremoz)	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Média	Proximidades da Zona Industrial Ligeira	
	Pequena	Restantes áreas	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

No concelho de Estremoz há duas zonas industriais em actividade, a Ligeira (em Estremoz) e a de Veiros e outra em fase de projeto (em Arcos). Pelo tipo de indústria existente, com destaque para a metalo-mecânica, a agroindústria, a química e a construção civil, há alguns factores que podem potenciar acidentes industriais. A Zona Industrial Ligeira, atendendo à sua localização, situada nas imediações da cidade de Estremoz, é a que suscita mais preocupação.

Os acidentes rodoviários ou com transporte de mercadorias perigosas são uma preocupação crescente, em virtude do célere crescimento do parque automóvel e o consequente aumento da circulação de pessoas e bens que, aliado ao desenvolvimento da actividade industrial e à cada vez maior necessidade de transportar materiais perigosos, faz aumentar a probabilidade de ocorrerem de acidentes rodoviários com consequências graves.

Quadro 28. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Acidentes rodoviários ou com transporte de mercadorias perigosas

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Alto	Rede viária do Concelho	Risco de Grau Grande - nas estradas A6, EN4, IP2, EN245, EN18
Probabilidade	Médio	Nas estradas: A6, EN4, IP2, EN245, EN18	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Máxima	Concelho (sobretudo a idade de Estremoz, freguesia de Evoramonte e de Veiros)	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

Diariamente, no concelho de Estremoz, a circulação pela rede viária envolve dezenas de viaturas ligeiras e pesadas, dentro e fora de núcleos populacionais, o que faz aumentar o risco de acidentes.

O concelho é ainda atravessado por importantes vias de ligação ao Norte Alentejo e a Espanha (EN4, A6, IP2 ou EN18), que fazem parte dos principais trajectos de circulação de mercadorias provenientes, sobretudo, de Sines e algumas delas com elevado grau de perigosidade carecendo de especial atenção. Assim, os aglomerados localizados nas imediações dos troços rodoviários considerados mais problemáticos, constituem as zonas de maior vulnerabilidade aos acidentes com cargas perigosas.

A rotura de barragem ou albufeira é uma fonte de perigo seja uma ruptura total ou parcial, sobretudo, para os aglomerados populacionais localizados a jusante. O esvaziamento da

albufeira num curto espaço de tempo pode dar origem a uma cheia rápida e de grande intensidade, provocando danos de elevadas proporções.

Quadro 29. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Rotura de Barragem ou Albufeira

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Médio	Concelho	Risco de Grau Pequeno - Concelho
Probabilidade	Baixo	Concelho	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Pequena	Concelho	
	Mínima	Concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

No concelho de Estremoz as estruturas de armazenamento de água existentes envolvem pequenos volumes e não existem áreas urbanas ou empreendimentos turísticos a jusante, na zona de inundação da cheia gerada. No entanto, com a recente construção da Barragem de Veiros e, sobretudo, quando estiver em pleno funcionamento, leva ao aumento da vulnerabilidade das áreas localizadas a jusante.

A poluição atmosférica afecta não só a saúde humana mas todo o sistema ambiental, com interferências na qualidade de vida da população e na capacidade de desenvolvimento de animais e plantas. As actividades humanas são as maiores responsáveis pela emissão de gases para a atmosfera afectando os locais próximos da fonte, mas também locais a grande distância pela facilidade com são transportados na circulação atmosférica.

Quadro 30. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Poluição do Ar

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Baixo	Concelho	Risco de Grau Mínimo - Concelho
Probabilidade	Baixo	Concelho	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Pequena	Concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

No concelho a principal fonte de emissão de gases é o tráfego rodoviário mas que, no entanto, tem vindo a registar uma diminuição de emissões (sobretudo dióxido de carbono - ver FCD Ar). As unidades industriais e agro-pecuárias existentes não apresentam níveis de emissões significativos capazes de interferir com a qualidade do ar. Essencialmente, a maior vulnerabilidade do concelho face a um evento desta natureza pode estar relacionado com a normal circulação atmosférica gerando o transporte de poluição proveniente de outros locais.

Os actos terroristas são acontecimentos violentos destinados a provocar danos consideráveis nas estruturas políticas, económicas, sociais e militares semeando a incerteza, a insegurança e o medo. Nos últimos anos, a actividade terrorista, a nível internacional, aumentou, provocando danos com forte impacto em alguns países da Europa e da América.

Quadro 31. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Terrorismo

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Alto	Concelho	Risco de Grau Médio - Concelho
Probabilidade	Pequeno	Nos locais com cozinhas de restaurantes antigos, fornos a lenha, oficinas com trabalhos a fogo e habitações precárias (barracas);	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Média	Freguesias de Estremoz - Santa Maria e Santo André	
	Pequena	Freguesias de Evoramonte e Glória	
	Mínima	Restantes freguesias	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

No concelho não foram identificados alvos relevantes que possam suscitar interesse para levar a cabo um acto terrorista. No entanto, na eventualidade de ocorrer um acto do género, e atendendo às características socioeconómicas e demográficas, as freguesias mais vulneráveis são as de Estremoz - Santa Maria e Santo André.

A ocorrência de um acidente aéreo pode ter consequências graves envolvendo, não só os ocupantes do aparelho, mas também pessoas e bens ambientais e patrimoniais no solo.

Quadro 32. Avaliação dos graus de risco e vulnerabilidade no Concelho de Estremoz - Acidente Aéreo

Factores de Risco	Grau	Local no Concelho de Estremoz	Grau de Risco
Gravidade	Baixo	Concelho	Risco de Grau Médio - Concelho
Probabilidade	Médio	Concelho	
	Avaliação	Local no Concelho de Estremoz	
Vulnerabilidade	Pequena	Concelho	

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

No concelho de Estremoz a existência do Heliporto Municipal leva a que seja equacionada a ocorrência de um acidente. No entanto, a utilização é essencialmente sazonal, com o meio aéreo presente apenas na época de combate a incêndios, como tal a probabilidade de se verificar um acidente é reduzida e temporalmente circunscrita.

Quadro 33. Matriz de avaliação dos graus de risco e das vulnerabilidades do concelho de Estremoz face aos tipos de risco

Tipo de Risco		Graus de Risco					Vulnerabilidade				
		MX	GR	MD	PQ	MN	MX	GR	MD	PQ	MN
De origem natural	Sismo				X			X	X		X
	Temporal/ciclone			X	X				X	X	X
	Cheias				X	X					X
	Seca			X						X	
	Incêndio florestal			X	X				X		
	Deslizamento de vertentes				X	X				X	X
Provocados pelo homem ou	Incêndio urbano		X		X		X				X
	Acidentes rodoviários ou com transporte de mercadorias		X				X				

Tipo de Risco		Graus de Risco					Vulnerabilidade				
		MX	GR	MD	PQ	MN	MX	GR	MD	PQ	MN
tecnológicos	perigosas										
	Rotura de barragem ou albufeira				X					X	X
	Poluição do ar					X				X	
	Terrorismo				X				X	X	X
	Acidente industrial			X					X	X	
	Acidente aéreo			X						X	

MX - Máximo; GR - Grande; MD - Médio; PQ - Pequeno; MN - Mínimo

Fonte: Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, 2012

É possível, portanto, concluir que os riscos mais elevados decorrem da ação do homem/tecnológicos, nomeadamente os incêndios urbanos e os acidentes rodoviários ou com transportes de mercadorias perigosas, ambos com um grande grau de risco. Seguidamente, com um grau de risco médio, aparecem os acidentes industriais e os acidentes aéreos.

Em relação aos riscos de origem natural, os que apresentam maior grau de risco, embora classificados com risco médio, são os temporais/ciclones, a seca e os incêndios florestais, não se registando nenhum com grau de risco máximo ou grande.

O concelho apresenta-se mais vulnerável face a riscos de origem antrópica, nomeadamente, aos incêndios urbanos e aos acidentes rodoviários ou com transporte de mercadorias perigosas, ambos com uma vulnerabilidade máxima. Perante situações de terrorismo e incêndios florestais e industriais, a vulnerabilidade de Estremoz é média. Em relação a riscos associados à rotura de barragens ou albufeiras e poluição do ar, o concelho, apresenta uma vulnerabilidade bastante reduzida.

Quando analisada a vulnerabilidade do concelho, na eventualidade de ocorrer um fenómeno de origem natural, o sismo surge como o evento com maior probabilidade de suscitar problemas. Perante uma situação de temporal/ciclone o concelho apresenta uma vulnerabilidade média, sendo que em relação aos outros tipos de risco como cheia, seca, incêndio florestal e deslizamento de vertentes a vulnerabilidade é pequena ou mínima.

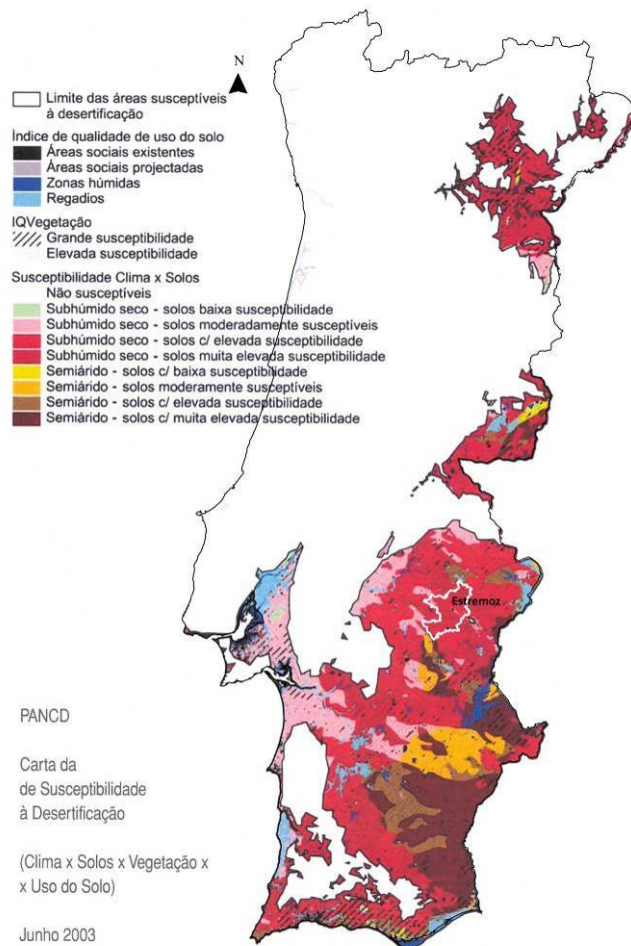
Alterações climáticas

Decorrente de um processo mais lento relacionado com as variações climáticas e as atividades humanas, o risco de desertificação no Norte Mediterrânico, onde Portugal se inclui, é uma realidade. Segundo a Convenção da Nações Unidas de Combate à Desertificação os principais factores de base deste processo são as condições climáticas com secas periódicas e grande variabilidade pluviométrica, os solos pobres e erosionáveis, os declives acentuados, a perda de coberto vegetal em resultado de incêndios florestais, o abandono da terra associado à crise na agricultura tradicional, a gestão pouco sustentável dos recursos hídricos e a concentração da população e das actividades económicas no litoral.

O concelho de Estremoz, à semelhança do que se tem verificado em todo o interior do país, tem conhecido um acelerado processo de despovoamento, gerando assim um abandono das terras. A este processo juntam-se fenómenos de erosão hídrica e eólica, episódios de precipitação intensa em curtos intervalos de tempo e práticas agrícolas inadequadas, que deixam o território mais susceptível à desertificação.

De acordo com o Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação que identifica as áreas mais propícias à desertificação refere como áreas mais susceptíveis ao processo de desertificação algumas zonas no interior do Alentejo e no norte do país.

Figura 24. Carta de Susceptibilidade à Desertificação



Fonte: Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação, 2012

A confrontação do índice de susceptibilidade com indicadores da população reforça a vulnerabilidade do interior do país, entre 2001 e 2011. Há, portanto, nestas áreas uma maior vulnerabilidade natural ao processo de desertificação acompanhada de um fenómeno de despovoamento.

O Concelho de Estremoz, segundo a carta de susceptibilidade à desertificação, está inserido numa área de bastante vulnerabilidade, caracterizada por um clima subhúmido seco com solos de elevada e muito elevada susceptibilidade à desertificação. As condições naturais de partida são pouco favoráveis e podem ser agravadas pelo facto de nos últimos anos o concelho ter vindo a perder população.

5.2.7.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

Perante situações de risco, estejam elas relacionadas com eventos súbitos ou com fenómenos de evolução progressiva, a prevenção e a capacidade de responder rápida e eficazmente são essenciais de modo a minimizar as consequências.

A vulnerabilidade de pessoas e bens a riscos naturais e tecnológicos está fortemente associada a problemas de planeamento e ordenamento do território. Uma gestão territorial equilibrada e coerente pode contribuir para reduzir a vulnerabilidade e minimizar os efeitos perante uma situação de risco.

No concelho de Estremoz, os maiores riscos e vulnerabilidades estão, predominantemente relacionados com as actividades humanas, pelo que sendo impossível prever a ocorrência exacta de um evento, importa, sobretudo, perceber onde pode surgir e como se pode intervir para minimizar os efeitos. Em relação aos riscos de origem natural, o risco de sismo e o risco de desertificação são os que se apresentam como mais preocupantes.

Assim, considerando a situação atual e a eventual evolução sem a revisão do Plano, a tendência, de um modo geral, é para não se verificarem alterações significativas. No entanto, a revisão do PDM pode contribuir para melhorar algumas situações no sentido de facilitar as operações de socorro e minimizar os efeitos de um risco. Com intervenções de reabilitação de edifícios antigos ou em mau estado de conservação e intervenções na circulação viária e ordenamento do estacionamento, sobretudo no Centro Histórico de Estremoz, é possível reduzir a vulnerabilidade do edificado a um sismo ou incêndio e facilitar o socorro.

No que trata ao risco de desertificação, a situação pode mesmo agravar-se sem a revisão do PDM. O modelo estratégico de desenvolvimento definido na atual revisão do Plano, nomeadamente, as intervenções preconizadas para o meio rural, pode contribuir para dinamizar as actividades relacionadas com o Mundo Rural e, deste modo, contribuir para fixar a população e inverter o processo de erosão e desertificação.

5.2.7.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No quadro seguinte é apresentada uma avaliação de impactes que se traduzem num conjunto de oportunidades e riscos para os vetores de intervenção definidos no âmbito da revisão do PDM e que podem interagir com o FCD Riscos Naturais e Tecnológicos.

No âmbito do FCD "Riscos Naturais e Tecnológicos" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 34. Avaliação de Impactes relativa ao FCD "Riscos Naturais e Tecnológicos"

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Afirmação da cidade - (no contexto nacional regional e municipal) - reconstrução da cidade sobre a cidade; habitação.	Cidade	- A recuperação dos edifícios minimiza o risco de derrocada em caso de sismo; - A intervenção pode envolver técnicas de construção anti-sísmica; - As intervenções de melhoria do	-Incapacidade financeira por parte da Câmara Municipal em executar um programa de reabilitação contribuindo para agravar o estado de má conservação do edificado; - Incapacidade e indisponibilidade

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
		parque habitacional reduzem o risco de incêndio urbano.	dos proprietários privados para reabilitar os seus imóveis.
Afirmação da cidade - (no contexto nacional regional e municipal) negócios, comércio, serviços.	Cidade	▪ Criação de bolsas de estacionamento de modo a melhorar a circulação e acesso a áreas críticas por parte das equipas de socorro.	
Mobilidade/Monitorização - construção de variantes externas à cidade	Concelho	▪ A construção de uma via de circulação externa à cidade de Estremoz pode contribuir para reduzir o trânsito no centro facilitando as operações de socorro; ▪ A construção de uma via de circulação externa à cidade de Estremoz pode contribuir para desviar o tráfego de pesados diminuindo o risco de acidente com materiais perigosos na cidade.	▪ Aumento da circulação de veículos ligeiros e pesados nas vias municipais como forma de evitar o pagamento de portagens nas autoestradas pode aumentar a probabilidade de acidentes.
Infraestruturas básicas - melhoria da rede de abastecimento de água e garantir alternativa ao abastecimento atual (exclusivamente subterrâneo)	Concelho	▪ A reabilitação da rede com materiais mais resistentes pode contribuir para minimizar os efeitos de um sismo na rede de abastecimento de água à população.	▪ A Barragem de Veiros (construída recentemente e sobretudo com fins hidroagrícolas) pode contribuir para aumentar a vulnerabilidade das áreas a jusante em caso de acidente e rotura.
Valorização do mundo rural - (na vertente económica e social) - nomeadamente a agricultura e paisagem	Espaço Rural	▪ -O desenvolvimento de actividades relacionadas com o mundo rural pode contribuir para fixar e atrair população evitando o despovoamento e o abandono da terra contribuindo para combater o processo de desertificação; ▪ A agricultura assente num modelo de desenvolvimento tradicional e envolvendo práticas adequadas ao tipo de solo pode contribuir para combater a erosão dos solos e consequentemente o processo de desertificação; ▪ A opção de manter as espécies autóctones pode contribuir para combater a erosão dos solos; ▪ -A aposta num coberto vegetal mais diverso pode contribuir para diminuir o risco de incêndio.	▪ Intervenções e práticas agrícolas desadequadas às condições edafo-climáticas podem agravar o fenómeno de desertificação; ▪ A florestação ou reflorestação com espécies de crescimento rápido e inadequadas às características do solo pode contribuir para agravar o processo de desertificação; ▪ Espaços onde predomine a monocultura de pinheiro e eucalipto são mais susceptíveis a risco de incêndio.

5.2.7.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Riscos Naturais e Tecnológicos" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Reabilitar o edificado, sobretudo do centro histórico de Estremoz, de modo a reduzir as vulnerabilidades decorrentes de um sismo ou incêndio urbano;
- Melhorar as condições de circulação e estruturar o estacionamento, principalmente na cidade de Estremoz, de modo a facilitar as operações de socorro;
- Realizar simulacros relacionados, principalmente, com acidentes envolvendo o transporte de mercadorias perigosas, de modo a perceber falhas e tornar célere o socorro;
- Melhorar a rede de infraestruturas de abastecimento de água, tornando-a mais resistente em caso de sismo;
- Apostar num modelo de desenvolvimento rural assente em práticas sustentáveis e adequadas às características do território, de modo a combater o processo de desertificação.

5.2.8. DESENVOLVIMENTO HUMANO

O conceito de desenvolvimento humano deve ser entendido como o processo que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, visando o aumento do seu potencial e a promoção de níveis mais elevados de qualidade de vida e de liberdade individual. Como tal, trata-se de um conceito bastante abrangente, integrando dimensões como a demografia, a saúde humana, o conhecimento, o rendimento, a inclusão e a coesão social e a própria qualidade de vida.

5.2.8.1. Objectivos e Indicadores

Os objetivos identificados para o FCD " Desenvolvimento Humano " tiveram por base os objetivos específicos dos vários instrumentos de política, nacionais e internacionais, que compõem o quadro de referência estratégico da presente avaliação ambiental estratégica.

Muito embora o desenvolvimento humano seja uma temática presente nos diversos documentos de referência analisados, este é avaliado sob múltiplas perspectivas, contribuindo para uma análise ampla e profunda. Assim, a avaliação do FCD desenvolvimento humano tem como principais objetivos aferir os seguintes aspectos:

- Promover a fixação de população;
- Promover o emprego sustentável à escala local, contribuindo para a atração e fixação de população, , em particular, de jovens em idade ativa;
- Aumentar os níveis de saúde da população;
- Reduzir o abandono e o insucesso escolar;
- Aumentar os níveis de qualificação e formação dos residentes;
- Promover a inclusão social nas suas múltiplas vertentes;
- Aumentar o rendimento dos indivíduos;
- Assegurar níveis elevados de coesão social e territorial.

De modo a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos para o presente FCD foram definidos vários indicadores de sustentabilidade, que possibilitam quantificar e posteriormente monitorizar o estado de sustentabilidade do FCD, e que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 35. Quadro de Indicadores de Sustentabilidade para o FCD Desenvolvimento Humano

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
População residente, por sexo e grupo etário	N.º	Número de indivíduos residentes num determinado local e num determinado momento de referência, segundo o sexo e o intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Índice Sintético de Fecundidade	N.º	Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade)	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Índice de envelhecimento	N.º	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente	Instituto Nacional de Estatística (INE)

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
		como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).	
Esperança de vida à nascença da população residente	N.º	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	%	Relação entre o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, cinco anos civis, e o número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	‰	Relação entre o número de óbitos por doenças do aparelho circulatório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, e a população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Taxa de mortalidade por tumores malignos	‰	Relação entre o número de óbitos por tumores malignos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, e a população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória	‰	Relação entre o número de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (doença, constante de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito), e a população residente anual estimada para o meio do ano (habitualmente expressa em número de casos por 1000 habitantes)	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Taxa bruta de pré-escolarização	%	Relação entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e a população residente com idade entre 3 a 5 anos.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Taxa de abandono precoce de educação e de formação	%	Relação entre a população residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal) no período de referência, e a população residente com idade entre 18 e 24 anos.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
População segundo níveis de escolaridade	N.º	População residente segundo o nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Desemprego registado	N.º	Número de indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei), inscritas nos	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
		Centros de Emprego para obter um emprego por conta de outrem, que não têm um emprego e estão imediatamente disponíveis para trabalhar. Pode ser o primeiro emprego (nunca trabalharam) ou novo emprego (já trabalharam).	
Estrangeiros residentes	N.º	Número de indivíduos de nacionalidade não portuguesa que sejam considerados residentes em Portugal no momento da observação.	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Portal de Estatística (SEFSTAT)
Beneficiários/as do rendimento social de inserção	N.º	Número de indivíduos inscritos como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, nomeadamente a uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação dos suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Pensionistas da Segurança Social	N.º	Número de indivíduos titulares de um prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte. A prestação é paga através de um conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Ganho médio mensal	€	Valor médio do montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Proporção de edifícios muito degradados	%	Relação entre o número de edifícios muito degradados e o número total de edifícios.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Proporção de alojamentos sobrelotados	%	Relação entre o número de alojamentos sobrelotados (número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento - com uma divisão em falta ou com duas divisões em falta ou com três ou mais divisões em falta), e o número total de alojamentos familiares de residência habitual.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Proporção de edifícios com necessidade de reparação	%	Relação entre o número de edifícios com necessidade de reparação (verificação da necessidade de intervenção nas seguintes componentes de um edifício: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores), e o número total de edifícios.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Lugares disponíveis em creche	N.º	Número de lugares existentes em equipamentos de creche não ocupados e, por isso, disponíveis para responder à procura nesta resposta específica orientada para crianças.	Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

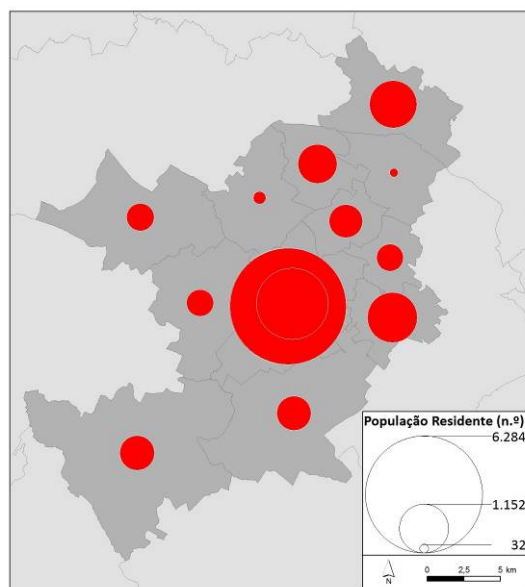
Indicador	Unidade	Descrição	Fonte
Lugares disponíveis em estrutura residencial para idosos (lar de idosos e residência)	N.º	Número de lugares existentes em equipamentos de estrutura residencial para idosos (lar de idosos e residência) não ocupados e, por isso, disponíveis para responder à procura nesta resposta específica orientada para a população idosa.	Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
Lugares disponíveis em apoio domiciliário integrado para pessoas em situação de dependência	N.º	Número de lugares existentes em equipamentos de apoio domiciliário integrado para pessoas não ocupados e, por isso, disponíveis para responder à procura nesta resposta específica orientada para pessoas em situação de dependência.	Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

5.2.8.2. Situação Actual

Na última década o concelho de Estremoz perdeu a sua capacidade de atração populacional, tendo registado uma variação populacional negativa de 8,6%, enquanto no período intercensitário entre 1991 e 2001 havia crescido 1,4%. Tratou-se de uma variação populacional em concordância com a tendência regional, embora registando um decréscimo superior ao verificado na NUT II Alentejo (-2,5%) e na NUT III Alentejo Central (3,9%). Alargando a análise ao período 1991-2011, constata-se que o concelho de Estremoz viu a sua população diminuir 7,4%, embora as duas últimas décadas registando comportamentos heterogéneos (entre 1991 e 2001 a população cresceu 1,4%, enquanto que entre 2001 e 2011 se registou uma inversão da tendência de crescimento, sendo a variação negativa registada bastante acentuada, -8,6%).

A distribuição espacial da população registou transformações relevantes na última década, verificando-se uma perda populacional em praticamente todo o concelho de Estremoz, excepção feita a uma das freguesias urbanas (Santa Maria cresceu 4,2%). Porém, esse decréscimo populacional conheceu oscilações importantes entre as freguesias do concelho, com a freguesia de São Bento do Cortiço a apresentar a menor perda populacional (-2,4%) e as freguesias de Santo Estêvão e São Bento de Ana Loura a registar as situações mais críticas em termos de perda de residentes (-34% e -30%).

Actualmente, as freguesias urbanas concentram a maioria dos residentes (61%, em 2011), enquanto pelas onze freguesias rurais se distribui a restante população do concelho (39%). Neste contexto, Arcos e Veiros constituem as freguesias rurais mais dinâmicas em termos demográficos, com quantitativos populacionais superiores a 1.000 habitantes (1.152 e 1.036 habitantes, respectivamente). No extremo oposto, encontram-se as freguesias de São Bento de Ana Loura e de Santo Estêvão, nas quais os residentes não chegam se quer à centena (32 e 74, respectivamente).

Figura 25. População residente por freguesias, no concelho de Estremoz (2011)

Fonte: INE, Censos 2011

A estrutura da população também registou transformações importantes, no decurso da última década. Quanto à atual estrutura etária do concelho de Estremoz, este tem uma distribuição que é representativa do envelhecimento da população (índice de 255,4 em 2012). Este indicador é não só indicativo da consolidação da tendência de envelhecimento da população residente no concelho, no decurso da última década (201,5, em 2002), como do facto desta realidade ser mais crítica no concelho de Estremoz do que na NUT II e na NUT III em que o concelho se insere (177,1 e 186,3, em 2012).

O envelhecimento demográfico observado no concelho decorre de um aumento da população com 65 ou mais anos de idade, embora se tenha tratado apenas de um ligeiro crescimento entre 2001 e 2011 (1,2%), mas sobretudo de um decréscimo muito significativo da população com idades até aos 14 anos, que diminuíram 21% neste período. De igual modo, assinala-se uma contração expressiva da população em idade ativa (com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade), que decresceu 10,2%.

Com efeito, em 2011, a maioria da população encontrava-se em idade ativa (59,8% tinha entre 15 e 64 anos de idade), a que se seguia a população idosa (28,5%), constituindo a população com idade até aos 14 anos de idade o menor segmento da população residente (11,6%). Esta situação indica uma saída de residentes jovens e em idade ativa durante a última década, fomentando um défice de substituição de gerações, que poderá impedir a reposição de mão-de-obra mais jovem.

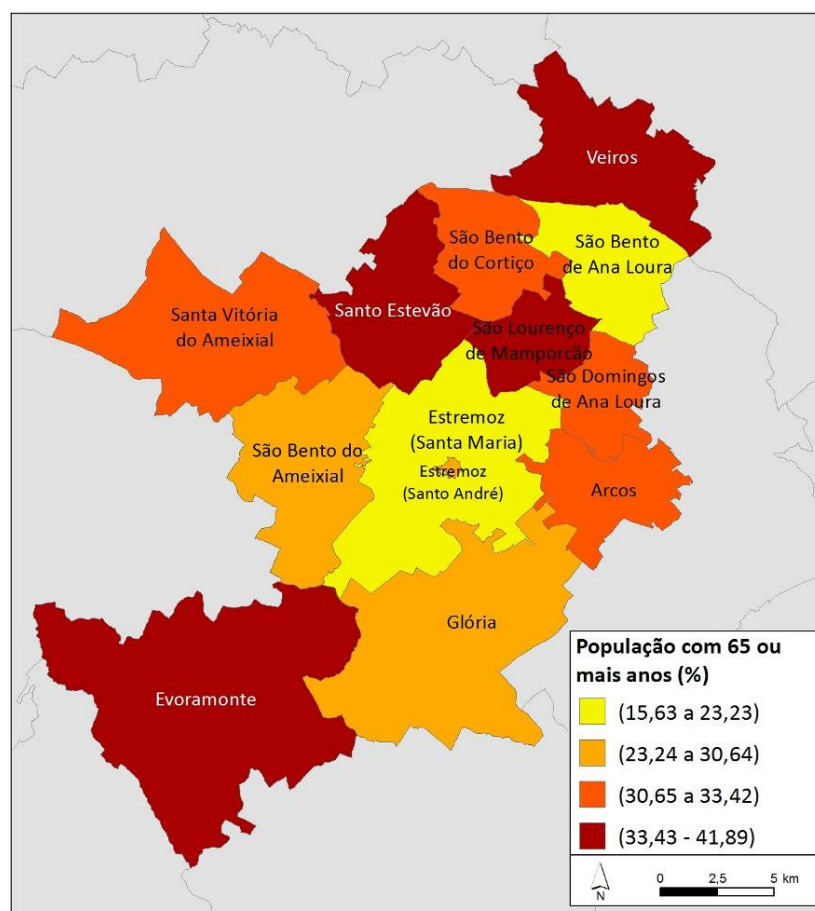
Neste panorama de acentuado envelhecimento da população residente, a natalidade assume considerável notoriedade. Muito embora o concelho de Estremoz tenha registado consideráveis oscilações na taxa de natalidade no decurso da última década, esta decresceu de 8‰, em 2002, para 6,5‰, em 2012.

A esta dinâmica natural amplamente negativa (em 2013, nasceram 91 crianças e registaram-se 231 óbitos), associa-se uma dinâmica migratória igualmente preocupante.

Em 2013, a taxa de crescimento migratório no concelho era de -0,46% (população estrangeira com estatuto legal de residente – 298 residentes; INE, 2013), o que configura um fenómeno de reduzida atração demografica.

A conjugação destas tendências demográficas, a par de outras, representa uma séria ameaça para territórios como Estremoz, colocando em causa o contínuo crescimento e desenvolvimento da sua sociedade.

Figura 26. População idosa por freguesias, no concelho de Estremoz (2011)



Fonte: INE, Censos 2011

De igual modo, também as estruturas familiares registaram importantes alterações nos últimos anos, no concelho de Estremoz. As transformações ocorridas fomentaram a introdução de mudanças e de maior diversidade nos núcleos tradicionais familiares.

Entre as principais dinâmicas concelhias de mudança nas famílias verificou-se um acréscimo de pessoas que vivem sós. As famílias clássicas unipessoais residentes no Concelho passaram de 20,3%, em 2001, para 24,5%, em 2011. As famílias unipessoais constituem, no entanto, uma situação que abrange múltiplas realidades, desde pessoas jovens em idade ativa que optam por viver sós, pessoas divorciadas se filhos, pessoas idosas que ficaram viúvas, entre outras. Neste contexto, as famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade representam a situação mais preocupante, face

a perda de autonomia e aumento da vulnerabilidade associada à idade. Em 2011, o concelho de Estremoz tinha 15,2% de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade, uma realidade que se apresenta superior à verificada na Região do Alentejo (13,46%) e à do país (10,06%).

A realidade média concelhia esconde, no entanto, importantes assimetrias internas, destacando-se as freguesias rurais de São Bento de Ana Loura e São Bento do Cortiço que registam a menor incidência destes fenómenos, consideravelmente inferiores ao padrão médio concelhio (15,4% e 16,7%, respectivamente) e, por outro lado, as freguesias de Évora Monte (Santa Maria) e a freguesia urbana de Estremoz (Santo André) que apresentam as maiores concentrações de famílias clássicas unipessoais (34,4% e 33%, respectivamente).

Nos últimos anos, o concelho de Estremoz, à semelhança do verificado na NUT II Alentejo e no país em geral, conheceu importantes progressos em matéria de educação e saúde, em resultado do investimento das políticas públicas nestes domínios, cujos efeitos se apresentam multidimensionais.

Os progressos registados em matéria de saúde são ilustrados pela evolução da taxa quinquenal de mortalidade infantil que desceu acentuadamente de 5 óbitos por 1000 nados-vivos no período 2001-2005 para 3,9 por 1000 nados-vivos no período 2008-2012.

Uma das dimensões mais relevantes no desenvolvimento humano constitui a valorização do capital humano, isto é, a promoção da sua qualificação, o estímulo à inovação e à educação, componentes essenciais à promoção da competitividade económica dos territórios. Não obstante, os progressos registados nos últimos anos no concelho de Estremoz, atualmente tendem a persistir importantes desafios nesta matéria. A prevalência de baixos níveis de escolarização entre a população residente compromete amplamente a competitividade e o crescimento económico do concelho (em 2011, 50% dos residentes tem como nível de escolaridade mais elevado completo o 1º ciclo do ensino básico (27%) ou nenhum nível de escolaridade (23%)). Cumulativamente, verifica-se que entre os restantes residentes 11% apresenta como nível de escolaridade mais elevado completo o 2º ciclo do ensino básico e 16% o 3º ciclo do ensino básico. Subsequentemente, apenas um pequeno segmento da população apresenta níveis mais elevados de escolaridade (14% o ensino secundário, 1% o ensino pós-secundário e 8% o ensino superior). A presença de residentes com níveis de escolaridade elevados, nomeadamente, com o ensino superior, no concelho de Estremoz assemelha-se à situação média da NUT II Alentejo (9%), uma realidade menos favorável do que a verificada ao nível nacional (12%).

Este padrão médio com predomínio de baixas qualificações encontra-se amplamente associado ao perfil do tecido produtivo do concelho, marcado por um peso significativo das empresas ligadas às actividades agrícolas, ao comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, não esquecendo a indústria extrativa ligada à extração de mármore para fins ornamentais. Trata-se, em geral, de um tecido produtivo pouco permeável e exigente em matéria de qualificação dos recursos humanos, incorporação de inovação e de elevados níveis de instrução, e por isso, favorável a baixos níveis de qualificação entre a população residente. Porém, a persistência deste cenário acarreta implicações consideráveis na capacidade atrativa de actividades mais competitivas, factor que compromete o crescimento

económico do concelho de Estremoz e subsequentemente com amplos impactes ao nível do seu desenvolvimento humano.

Estes indicadores são sintomáticos das fragilidades que tendem a se perpetuar na Região, comprometendo a participação dos recursos humanos no mercado de trabalho, de forma qualificada e competitiva, bem como a coesão social.

Contudo, importa salientar os progressos registados na área da educação e qualificação do capital humano no concelho, nos últimos anos. Destaque-se o aumento assinalável da taxa bruta de pré-escolarização que passou de 91,2% no período 2004/2005, para 95,5% no período 2010/2011. O concelho de Estremoz apresentando, no entanto, uma taxa bruta de pré-escolarização inferior à verificada na NUT II Alentejo (100,8%), esta é consideravelmente superior à nacional (87,4%).

Concomitantemente, observam-se progressos assinaláveis ao nível da taxa de retenção e desistência no ensino básico regular no concelho que decresceu de 13,3% no período 2004/2005, para 7,5% no período 2010/2011, igualando assim a taxa nacional em 2010/2011 e manifestando um melhor posicionamento face à Região Alentejo (8,5%).

Os impactos decorrentes da atual conjuntura recessiva nas vidas das famílias, empresas e entidades sociais têm desencadeado rápidas transformações que não podem ser negligenciados, na medida em que afectam amplamente a integração e a coesão social dos territórios. Assim, aos tradicionais grupos vulneráveis juntam-se novas franjas da população em situação de vulnerabilidade económica e social decorrente da atual conjuntura, com destaque para os desempregados.

No início de 2013, o número de desempregados havia aumentado 108% face ao mês homólogo (fevereiro) de 2004, tendo transitado de 435 indivíduos para 906 indivíduos. Este constituiu um aumento consideravelmente superior ao da Região Alentejo (32%) e ao do país (53%). A fragilidade económica que atravessa o país, a região e o concelho tem reflexos claros na capacidade empregadora regional e contribui para a precariedade de muitas famílias.

Porém, este aumento é, no entanto, acometido de uma mudança do perfil da população desempregada. Assim, verifica-se que a situação de desemprego embora continuando a atingir mais as mulheres (53%) do que os homens (47%), cresceu no caso dos indivíduos do sexo masculino (a proporção de homens em situação de desemprego cresceu de 44%, em fevereiro de 2004, para 47%, em fevereiro de 2013). Outra mudança notável no concelho consiste no aumento significativo das situações de desempregos entre os indivíduos com níveis de escolaridade superior (8% dos desempregados em fevereiro de 2004 tinham nível de escolaridade superior, sendo que em fevereiro de 2013, passou a ser de 10,2%). Embora esta seja a tendência verificada também na Região do Alentejo (5% dos desempregados em fevereiro de 2004 tinham nível de escolaridade superior, face a 6% em fevereiro de 2013), o concelho de Estremoz apresenta uma manifesta menor capacidade de integrar no mercado de trabalho recursos humanos altamente qualificados.

Outra das mudanças mais marcantes consistiu no aumento considerável de desempregados de longa duração, uma vez que em fevereiro de 2004, apenas 25% dos indivíduos em situação de desemprego se encontrava nesta situação há mais de um ano e em Fevereiro de 2013, esse valor passou a ser de 86%. Este indicador é sintomático da enorme dificuldade com que os desempregados do concelho se deparam na reinserção no mercado de trabalho, após enfrentarem uma situação de desemprego. Esta situação não

pode ser dissociada do facto de muito embora o número de desempregados ter registado um aumento muito expressivo, as ofertas de emprego no concelho de Estremoz permanecerem inalteradas (12 ofertas recebidas no centro de emprego). Esta situação apresenta-se como duplamente crítica, pois para além de constituírem um potencial humano não aproveitado pela economia que vai gradualmente perdendo terreno no mercado laboral, apresenta múltiplos efeitos colaterais na desvalorização social do ensino, da formação e da aprendizagem ao longo da vida.

Importa notar que o acréscimo dos indivíduos em situação de vulnerabilidade indica um crescimento da pobreza e das desigualdades sociais e representa também o comprometimento da utilização plena do potencial de mão-de-obra para enfrentar os desafios do envelhecimento da população e da intensificação da concorrência global na Região.

Embora a crise e o desemprego tenham afetado negativamente o poder de compra das famílias no país, que tem registado uma evolução negativa nas últimas décadas (de um poder de compra *per capita* de 96,5%, em 2000, passou-se para um poder de compra *per capita* de 95,9% em 2011), o concelho de Estremoz tem apresentado uma evolução mais favorável. Acompanhando a realidade média regional, o concelho de Estremoz e a NUT II Alentejo conheceram um ligeiro aumento do poder de compra *per capita*, no período decorrido entre 2000 e 2011, ainda que este seja substancialmente menor no concelho (no concelho passou de 0,104% para 0,121% e na Região transitou de 5,363% para 6,296%). Com efeito, em 2011, Estremoz constitui-se como um dos concelhos com poder de compra *per capita* mais elevado na NUT III Alentejo Central.

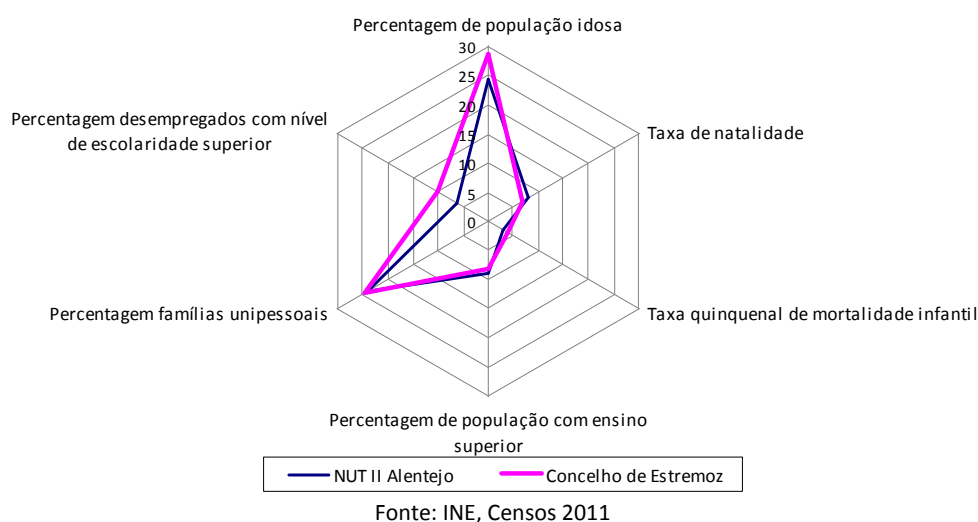
Outra dimensão de análise que importa considerar na avaliação do desenvolvimento humano consiste nas condições de habitabilidade, na medida em que estas influenciam amplamente a qualidade de vida dos indivíduos. Neste contexto, importa destacar o aumento da proporção de edifícios muito degradados entre 2001 e 2011 no concelho de Estremoz (passaram de 2,4% para 3,7%), uma tendência evolutiva inversa à observada na NUT II Alentejo (passou de 2,6% em 2001, para 2,0% em 2011) e no país (passou de 2,9% em 2001, para 1,67% em 2011). Esta evolução manifestando um agravamento das condições do edificado e subsequentemente das habitações, é sintomática de uma incapacidade de resposta das populações, em geral, na preservação e salvaguarda dos edifícios.

Esta é uma realidade particularmente mais significativa nas freguesias rurais atingindo valores consideravelmente elevados em São Bento de Ana Loura (33,96%) e Santo Estêvão (17,39%), enquanto nas freguesias urbanas a proporção de edifícios muito degradados é inferior à realidade média do concelho (2,14% em Estremoz (Santa Maria) e 3,30% em Estremoz (Santo André)).

Por fim, uma última componente que importa avaliar na análise do desenvolvimento humano consiste na oferta de equipamentos coletivos, designadamente, de âmbito social. Embora a actual crise económica e financeira tenha originado alterações nos padrões de oferta e de procura de respostas sociais, verifica-se que o concelho de Estremoz, em geral, apresenta uma boa dotação em matéria de equipamentos com respostas sociais orientadas para a infância e juventude, para a família e comunidade, e regista maiores carências nas respostas sociais orientadas para a população idosa.

Assim e tendo por base algumas das principais respostas sociais, verifica-se que no caso das crianças, 41% da oferta de lugares em creche, nos 4 equipamentos existentes, encontra-se disponível, bem como 6% dos lugares em centros de actividades de tempos livres. No caso do público-alvo famílias e comunidade, constata-se que existe um refeitório/cantina no concelho de Estremoz com capacidade para 65 utentes, embora o número total de utentes seja de 28, conducente a uma disponibilidade de 57% dos seus lugares.

Figura 27. Análise integrada do posicionamento do concelho de Estremoz face à NUT II Alentejo, no que trata a vários factores do desenvolvimento humano (2011)



Já no caso das principais respostas sociais orientadas para a população idosa, assiste-se, em geral, a uma diminuta disponibilidade, a uma ausência de lugares disponíveis ou mesmo a situações de sobrelotação dos equipamentos. Assim, no caso das estruturas residenciais os 9 equipamentos dispõem de 226, no entanto, estes dão resposta a 262 utentes. Já os centros de convívio têm a totalidade dos seus lugares ocupados (capacidade total é de 142 lugares e o número atual de utentes é de 142) e no caso do centro de dia, embora estejam disponíveis 14 lugares, estes constituem somente 9% da oferta existente.

Estas dicotomias na disponibilidade de lugares em equipamentos sociais apresenta uma estreita articulação com a situação demográfica observada no concelho de Estremoz, em que um decréscimo da natalidade e das crianças e jovens se repercute em menores necessidades em equipamentos orientados para este público, enquanto o aumento da esperança média de vida e o acentuado envelhecimento demográfico da população conduz a maiores necessidades em equipamentos com respostas sociais orientadas para a população idosa.

5.2.8.3. Tendências de Evolução sem a Revisão do PDM

A manutenção da situação atual de acelerado processo de envelhecimento demográfico, aumento dos indivíduos em situação de isolamento e perda de população, sobretudo,

jovem e em idade ativa, potencia um despovoamento generalizado a todo o concelho de Estremoz, embora particularmente acentuado no mundo rural.

Por outro lado, a conjugação do envelhecimento demográfico com a persistência de baixos níveis de escolaridade entre a população residente, não constitui um contexto favorável à competitividade económica do concelho de Estremoz, bem como na sua capacidade atrativa de investimento externo e de empresas inovadoras, competitivas e com elevados níveis de exigência na qualificação do potencial humano. Subsequentemente, tendem a persistir no território concelhio empresas com baixa capacidade de criar emprego qualificado e melhor remunerado, que por sua vez num ciclo vicioso gera desqualificação e desemprego entre o capital humano melhor qualificado. Entre os efeitos multiplicadores negativos que resultam deste contexto, destaca-se, sobretudo, a saída de população jovem e em idade fértil.

Por essa razão, a revisão atual do PDM de Estremoz propõe uma estratégia assente em múltiplos vetores de intervenção, que são não só sintomáticos de uma visão integrada para o território, como também o reconhecimento da importância de valorização de múltiplas dimensões do território como condição para o impulsionamento do seu crescimento económico e desenvolvimento humano. Assim a proposta de revisão do PDM de Estremoz confere particular atenção à valorização do mundo rural que *possui um conjunto de características singulares e únicas que desempenham um papel fundamental e que deverão ser equacionadas em conjunto, eventualmente através de um plano de gestão: o património, a paisagem, o turismo, a salvaguarda de produtos de reconhecido valor*. Esta estratégia constitui-se crucial, na medida em que assenta no reconhecimento do valor acrescentado do mundo rural e simultaneamente visa a promoção do seu maior potencial, factores que poderão contribuir para a permanência de população e eventual atração de investimentos e novos residentes. Neste contexto, importa também destacar a proposta do PDM de elaboração de um Plano de Gestão para o Mundo Rural.

A estratégia que sustenta a atual revisão do PDM de Estremoz integra ainda como vetor de intervenção a formação, nomeadamente, na óptica de valorização do pólo tecnológico – ciência viva, um Pólo da Universidade de Évora em Estremoz, situado no Convento das Maltesas, que constitui um Laboratório de Investigação de Rochas Ornamentais e Centro de Ciência Viva. Esta representa uma importante linha de ação, atendendo à relevância económica e social que a actividade de extração de mármore assume no concelho de Estremoz.

A atual revisão do PDM de Estremoz aposta também na afirmação da cidade de Estremoz, uma estratégia integrada assente em vários setores, tais como os negócios, a reconstrução da cidade, a recuperação da habitação, a valorização do comércio e dos serviços. Esta estratégia constitui-se crucial, uma vez que é nas freguesias urbanas que se concentra a maioria dos residentes no concelho e considerando as carências em termos de recuperação do edificado, bem como de valorização da actividade económica, essencial na fixação de população, em particular, jovem e capaz de proporcionar padrões mais elevados de qualidade de vida e de bem-estar.

O processo de revisão do PDM de Estremoz contempla também um vetor de intervenção centrado na cultura, de valorização de um grande museu aberto, integrando factores como a cidade, a paisagem, o artesanato, os museus e o design. O Regulamento do PDM prevê a requalificação das condições de habitabilidade em presença no espaço cultural que corresponde a áreas com relevância para a identificação do património histórico,

arquitectónico, arqueológico e paisagístico. Esta medida, constitui-se da maior notoriedade, face à degradação do parque edificado em locais da maior importância cultural e patrimonial do concelho, factores que concorrem para a sua desvalorização. Esta preocupação com o património arquitectónico poderá reforçar a atração turística do concelho, tirando partido do excelente posicionamento do concelho face a Lisboa e a Madrid e da sua proximidade a Évora. Tal facto contribuirá para efeitos multiplicadores na economia local e subsequentemente no desenvolvimento humano.

Por fim, a proposta apresentada integra como vetor de intervenção com relevância para o desenvolvimento humano, a valorização do espaço público. No Regulamento do PDM, para o espaço central (áreas consolidadas que se destinam a desempenhar funções de centralidade para o conjunto do aglomerado urbano, com concentração de atividades terciárias e funções residenciais) está prevista a dotação de equipamentos, factor que poderá contribuir para mitigar ou superar as necessidades em matéria de respostas sociais, sobretudo, orientadas para a população idosa. De notar que se encontram, por exemplo, previstos como objectos para a UOPG – Estremoz Expansão Nordeste, a reserva para equipamentos público de escala superior, de âmbito social.

5.2.8.4. Avaliação Estratégica de Impactes

No âmbito do FCD "Desenvolvimento Humano" é apresentada no quadro seguinte uma avaliação de impactes, que traduz um conjunto de oportunidades e riscos que se colocam aos vetores estratégicos mais relevantes para este FCD no concelho de Estremoz.

Quadro 36. Avaliação de Impactes relativa ao FDC "Desenvolvimento Humano"

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Valorização do mundo rural – reconhecimento do valor acrescentado do mundo rural e valorização das suas características singulares (o património, a paisagem, o turismo, a salvaguarda de produtos de reconhecido valor)	Espaço rural	- Promover o desenvolvimento policêntrico e a qualificação do território; - Contribuir para a manutenção de residentes nas freguesias rurais; - Promover a salvaguarda e valorização de produtos endógenos de reconhecido valor (mel, azeite, vinho, etc.); - Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal; - Potenciar a atração de investimento externo; - Promover a atração de novos residentes, sobretudo, população em idade ativa;	
Valorização do mundo rural – elaboração de um Plano de Gestão para o Mundo Rural	Espaço rural	- Promover a sustentabilidade do mundo rural; - Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;	
Formação – valorização do Pólo da Universidade de Évora em Estremoz (pólo tecnológico – ciência viva)	Concelho	- Valorizar socialmente a actividade de extração de mármore; - Reforçar a competitividade da fileira dos mármore, um importante recurso endógeno do concelho; - Aprofundar o conhecimento	Manter os impactes negativos da exploração de mármore sobre o ambiente, nomeadamente, ao nível da degradação paisagística, ruídos e vibração, dispersão de partículas/poeiras, poluição hídrica;

Vectores de Intervenção	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
		científico relativo à geologia regional e à exploração de rochas ornamentais; ■ Disseminar o conhecimento nesta área; ■ Promover a sustentabilidade da exploração dos mármore; ■ Mitigar os efeitos negativos decorrentes do esgotamento da viabilidade económica da exploração dos mármore; ■ Mitigar os riscos associados à extração, nomeadamente, acidente entre os trabalhadores.	■ Manter uma actividade económica muito exigente fisicamente e com elevados riscos de acidentes humanos.
Afirmar a cidade - estratégia integrada assente em vários setores, tais como os negócios, a reconstrução da cidade, a recuperação da habitação, a valorização do comércio e dos serviços	Cidade	■ Melhorar a qualidade de vida, de bem-estar da população e a coesão social; ■ Promover a qualificada organização territorial, essencial para a atração de população em idade ativa; ■ Promover a competitividade económica e a criação de emprego; ■ Potenciar a requalificação urbana; ■ Reforçar o posicionamento da cidade de Estremoz na rede urbana da NUT II Alentejo.	
Cultura - requalificação das condições de habitabilidade	Concelho	■ Melhorar a imagem do concelho; ■ Potenciar a requalificação urbana; ■ Melhorar a qualidade de vida, de bem-estar da população e a coesão social;	
Espaço público – valorizar, afirmar a singularidade e potenciar o valor sócio-cultural	Concelho	■ Mitigar ou superar as actuais necessidades em matéria de respostas sociais; ■ Aumentar a cobertura territorial dos equipamentos coletivos; ■ Rever a qualidade da oferta dos equipamentos coletivos; ■ Rever a oferta global de equipamentos coletivos, de forma a adequá-la às novas necessidades decorrentes da atual conjuntura; ■ Melhorar a qualidade de vida, de bem-estar da população e a coesão social; ■ Promover a qualificada organização territorial, essencial para a atração de população em idade ativa; ■ Reforçar o posicionamento da cidade de Estremoz na rede urbana da NUT II Alentejo.	■ Favorecer um padrão locativo dos equipamentos coletivos pautado pela concentração espacial, factor que apresenta impactes na coesão social e territorial. ■ Aumentar a oferta da rede de equipamentos coletivos sem os devidos estudos de viabilidade económica, com redundâncias na rede.

5.2.8.5. Recomendações

Tendo por base a avaliação estratégica de impactes no âmbito do FDC "Desenvolvimento Humano" apresentam-se de seguida algumas recomendações que podem ajudar a reduzir ou a superar os actuais riscos e a potenciar as oportunidades identificadas:

- Implementação de um Plano de Segurança e Saúde com a necessária monitorização em cada uma das pedreiras em laboração no concelho, com vista a assegurar a segurança e a saúde dos trabalhadores nas pedreiras;
- Adoptar, sempre que possível, técnicas de demolição/extração mais silenciosas na exploração de pedreiras, com vista a mitigar os impactes na saúde e qualidade de vida das populações;
- Promover um Plano de Monitorização dos Equipamentos Colectivos (de saúde, educação, ação social, desportivo e cultura), com vista a adequar a oferta da rede às actuais necessidades e padrões de vida das populações e racionalizar os custos de manutenção;
- Desenvolver medidas de combate ao abandono e insucesso escolar e à qualificação do capital humano no concelho, envolvendo os actores públicos, as empresas e o Terceiro Sector do Concelho, orientadas para os vários segmentos do potencial humano, com vista a promover a aprendizagem ao longo da vida, bem como a apoiar as famílias que com a descida das prestações sociais e o aumento do desemprego, se vêem privadas dos meios indispensáveis para sustentarem os seus filhos nas escolas ou que simplesmente não dispõem dos níveis de formação e de qualificação necessários para acompanharem/apoiarem os seus filhos;
- Adoptar uma estratégia municipal de reabilitação urbana, capaz de desenvolver uma estratégia integrada para a reabilitação do edificado e do espaço público, mobilizando os diversos actores locais e capaz de potenciar as diversas medidas e instrumentos existentes de apoio à reabilitação urbana.

(página intencionalmente em branco)

6. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

6. Seguimento e Monitorização

6.1. Enquadramento

O processo de seguimento e monitorização é de especial importância, na medida em que decorre ao longo do processo de implementação do Plano e contribui para assegurar o cumprimento e a integração das recomendações da AAE. É uma exigência legal, de acordo com o Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 junho "as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos".

Nenhum plano ou programa é estanque nem incide sobre um território fechado sobre si próprio e como tal é influenciado por forças motrizes externas de âmbito internacional, nacional, regional ou mesmo municipal. Um acompanhamento ao longo da implementação do Plano é, portanto, essencial, porque permite não só controlar e avaliar a execução do Plano e seus efeitos na sustentabilidade ambiental, mas também avaliar as consequências decorrentes de alterações na conjuntura global. Contribui assim para um processo de planeamento e ordenamento mais dinâmico e pro-activo onde facilmente se identificam os efeitos de determinada opção (positivas ou negativas) e ainda antes da sua implementação é possível introduzir medidas de correção.

Em suma o processo de seguimento e monitorização deve:

- Acompanhar a evolução da execução do Plano ao longo do tempo;
- Assegurar que as recomendações da AAE são devidamente consideradas no processo de implementação do Plano;
- Avaliar o grau de eficiência e eficácia das orientações definidas do âmbito da AAE para um processo de decisão ambientalmente sustentável;
- Identificar efeitos e riscos imprevistos que eventualmente surjam no decorrer de alterações circunstanciais e que impliquem a alteração de algumas considerações elaboradas em sede da AAE.

6.2. Modelo de Monitorização Territorial

O modelo de monitorização proposto assenta num conjunto de indicadores que permitem avaliar os impactes do modelo de desenvolvimento estratégico, definido no âmbito da Revisão do PDM do concelho de Estremoz, na sustentabilidade dos factores críticos de decisão.

Factor Crítico de Decisão	Objectivos	Indicadores	Frequência	Fonte de Informação
Água	- Assegurar o abastecimento de água potável a toda a população; - Melhorar a eficiência de utilização da água nos setores urbano, agrícola e industrial reduzindo os desperdícios e as perdas no sistema; - Garantir a qualidade da água; - Definir as áreas mais sujeitas a pressões e impactes das actividades humanas e das alterações climáticas; - Assegurar uma articulação eficiente e integrada entre os vários instrumentos de gestão e planeamento dos recursos hídricos; - Promover uma nova consciencialização de valorização do recurso água.	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Nível piezométrico (m)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Nível de nitratos (mg/l)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Qualidade da Água para Consumo Humano (vários índices)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Consumo de água por habitante(m³/hab.)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Ar	- Reduzir as emissões de poluentes para a atmosfera de modo a garantir a qualidade do ar; - Aumentar a capacidade dos sumidouros de carbono.	Índice de qualidade do ar (classificação/ µg/m3)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Óxidos de Enxofre (SOx) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Óxidos de Azoto (NOx) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Compostos orgânicos Voláteis (NMVOC) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Amónia (NH3) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Partículas (PM10) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Dióxido de Carbono (CO2) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
		Emissões de Metano (CH4) (ton/km²)	Anual	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Ordenamento do Território	- A consolidação das áreas urbanas e a contenção da urbanização e edificação difusas; - O planeamento de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a	Variação das áreas de RAN (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Variação das áreas de REN (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Variação da área classificada em solo rural (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Variação das áreas de	Anual	Câmara Municipal de Estremoz

Estrutura Ecológica

Factor Crítico de Decisão	Objectivos	Indicadores	Frequência	Fonte de Informação
	localização de atividades empresariais; O ordenamento do espaço rural; A salvaguarda e valorização das áreas da Estrutura Ecológica Municipal; O reforço das infra-estruturas de suporte à integração e coesão territoriais (água, saneamento, energia); A melhoria das acessibilidades e da mobilidade (movimentos pendulares); O ajustamento da rede viária às necessidades das actividades económicas.	Municipal (%)		
		Variação de espaços urbanos/industriais/turísticos (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Processos de operações urbanísticas por UOPG (N.º; Ha)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Expansão urbana (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Evolução da estrutura do povoamento (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Variação de áreas com regadio (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Movimentos pendulares (N.º)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz, Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Rede viária municipal qualificada (m ²)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Rede viária construída por tipologia de hierarquia viária (metros lineares)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz /Estradas de Portugal
		Planeamento do solo urbano - PP e PU aprovados (N.º)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Planeamento do solo rural PIER aprovados (N.º)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Evolução do perímetro urbano (ha)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Variação áreas sujeitas a planos de urbanização (% e ha)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
Biodiversidade	Consolidar a Estrutura Ecológica Municipal; Salvaguardar os ecossistemas e a paisagem; Conservação das espécies, mormente das aves estepárias; Manutenção dos sistemas cerealíferos e pastagens extensivas de que dependem as aves estepárias; Garantir a conectividade entre áreas classificadas e a conservação de espécies e <i>habitats</i> .	Área de Habitat em t (ano de observação) / Área de Habitat em 2013 *100 (%)	Anual	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
		Área atual da floresta com espécies autóctones em t (ano de observação) / Área atual da floresta com espécies autóctones em 2013 *100 (%)	Anual	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
		Área da Estrutura Ecológica Municipal (ha)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Fauna: N.º de espécies ameaçadas/N.º de espécies protegidas (N.º)	Anual	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
		Flora: N.º de espécies ameaçadas/N.º de espécies protegidas (N.º)	Anual	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
		Áreas classificadas Rede Natura 2000 (% e ha)	Anual	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Factor Crítico de Decisão	Objectivos	Indicadores	Frequência	Fonte de Informação
		Planos de gestão para áreas classificadas (Sim/não)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
Paisagem	- Conservação e recuperação da paisagem rural: manutenção da agricultura e silvicultura tradicionais; impedir a fragmentação de ecossistemas e <i>habitats</i> através da manutenção de contínuos naturais; - Conservação e recuperação da paisagem urbana: promover a imagem da cidade de Estremoz e da qualidade urbana (património histórico e ambiental).	Normas de edificação em solo rural e urbano (sim/não)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Normas de requalificação e valorização paisagística (sim/não)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Área recuperada de exploração de inertes, reconversão de usos do solo (ha)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Índice de urbanização do solo (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Licenças para reabilitação de edifícios em solo rural (N.º)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Edifícios reabilitados em solo rural (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Edifícios classificados recuperados (N.º)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Dinâmica da expansão urbana (%)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
Património Cultural	- Proteger, valorizar e qualificar o património classificado (arquitectónico e arqueológico), com ênfase para os monumentos nacionais e imóveis de interesse público; - Proteger e valorizar o património imaterial.	Património arquitectónico classificado (bens imóveis de interesse público, de interesse municipal e de monumentos nacionais) (N.º)	Anual	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)
		Património arquitectónico em vias de classificação (bens imóveis) (N.º)	Anual	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)
		Património arqueológico classificado (bens imóveis de interesse público, de interesse municipal e de monumentos nacionais)	Anual	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR)
		Normas de proteção e valorização do património arquitectónico (Sim/Não)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Imóveis degradados e reconvertidos existentes nos centros históricos (N.º)	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
Riscos Naturais e Tecnológicos	- Prevenir os riscos e a ocorrência de acidentes graves relacionados com as actividades humanas; - Atenuar os riscos e limitar os seus efeitos sobretudo os decorrentes de eventos naturais como cheias e deslizamentos; - Proteger pessoas, outros	Superfície florestal ardida	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Evolução da área florestal ardida	Anual	Autoridade Florestal Nacional
		Áreas urbanizáveis em locais com risco de erosão	Anual	Câmara Municipal de Estremoz
		Áreas urbanizáveis em locais com risco de cheias	Anual	Câmara Municipal de Estremoz

Factor Crítico de Decisão	Objectivos	Indicadores	Frequência	Fonte de Informação
	seres vivos, bens e valores patrimoniais, culturais e ambientais; ■ Combater a desertificação, nomeadamente a degradação do solo, resultante de factores naturais e actividades humanas, associada ao despovoamento.	Índice de susceptibilidade à desertificação	Anual	Comissão Nacional de Coordenação do PANCD, CCDR, MADRP
		Variação da População	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Desenvolvimento Humano	- Promover a fixação de população, em particular, de jovens em idade ativa; - Aumentar os níveis de saúde da população; - Reduzir o abandono e do insucesso escolar; - Aumentar os níveis de qualificação e formação dos residentes; - Promover a inclusão social nas suas múltiplas vertentes; - Aumentar o rendimento dos indivíduos; - Assegurar níveis elevados de coesão social e territorial.	População residente, por sexo e grupo etário	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa bruta de natalidade (‰)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Índice de Envelhecimento (N.º)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Esperança de vida à nascença da população residente (N.º)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (‰)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa bruta de pré-escolarização (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Taxa de abandono precoce de educação e de formação (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		População segundo níveis de escolaridade (N.º)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Desemprego Registado (N.º)	Anual	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
		Estrangeiros residentes (N.º)	Anual	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Portal de Estatística (SEFSTAT)
		Beneficiários/as do rendimento social de inserção (N.º)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)

Factor Crítico de Decisão	Objectivos	Indicadores	Frequência	Fonte de Informação
		Pensionistas da Segurança Social (N.º)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Ganho médio mensal (€)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Proporção de edifícios muito degradados (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Proporção de alojamentos sobrelotados (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%)	Anual	Instituto Nacional de Estatística (INE)
		Lugares disponíveis em creche (N.º)	Anual	Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
		Lugares disponíveis em estrutura residencial para idosos (lar de idosos e residência) (N.º)	Anual	Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
		Lugares disponíveis em apoio domiciliário integrado para pessoas em situação de dependência (N.º)	Anual	Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

6.3. Implementação do Seguimento

O processo de seguimento tem início no momento da entrada em vigor do PDM revisto. Para dar início ao processo, a Câmara Municipal de Estremoz deve criar uma equipa que acompanhe e monitorize as actividades de implementação do PDM e avalie se estão de acordo com o recomendado pela presente AAE. De acordo com os artigos n.º 2 e n.º 3 do Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os resultados do controlo devem ser divulgados através de meios electrónicos, atualizados, no mínimo, anualmente e remetidos para a APA.

(página intencionalmente em branco)

7. PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO PÚBLICO

7. Participação e Envolvimento Público

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a participação institucional e do público em geral no processo de Avaliação Ambiental Estratégica no âmbito da revisão do PDM de Estremoz é assegurada, respectivamente, através da:

- Consulta às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa, as quais dispõem de 20 dias (no caso do Relatório de Definição de Âmbito), e de 30 dias (no caso do Relatório Ambiental), para se pronunciarem e apresentarem as suas observações (Artigo 3.º, alínea 3; Artigo 7.º, alínea 1, 2, 3, 4, 5 e 6);
- Consulta pública, durante a qual a proposta e o respectivo relatório ambiental estão disponíveis ao público nos locais indicados pela entidade responsável pela sua elaboração, sendo que a consulta pública deverá ter um prazo de duração não inferior a 30 dias (Artigo 3.º, alínea 7, alínea 7 e 8).

No que trata à consulta às entidades, considerou-se que as entidades a que podem interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PDM de Estremoz, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, são as seguintes:

- Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, IP;
- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, IP;
- Autoridade Florestal Nacional;
- Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP.

No contexto do Relatório de Definição de Âmbito, todas as entidades enunciadas foram consultadas e apresentaram pareceres favoráveis, ainda que apresentando algumas sugestões e contributos, com os quais se concordou integralmente.

Quadro 37. Síntese dos Pareceres das Entidades Consultadas, no Relatório de Definição de Âmbito

Entidades Consultadas	Principais Aspectos a Salientar do Parecer Emitido
Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, IP	▪ Discordância relativamente à “inexistência de uma rede de monitorização eficaz dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos será a principal limitação à identificação de zonas críticas”, considerando que os actuais organismos com responsabilidades na gestão de recursos hídricos ao nível regional operam regularmente redes de monitorização de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, cuja estruturação e optimização foram efectuadas sob coordenação da Autoridade Nacional da Água (Instituto da Água), podendo ser consultada nos sites institucionais do Instituto da Água e das Administrações da Região Hidrográfica do Alentejo e da Região Hidrográfica do

Entidades Consultadas	Principais Aspectos a Salientar do Parecer Emitido
	Tejo.
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, IP	Indicação quanto à necessidade de acrescentar o Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo, no contexto do quadro de referência estratégico.
Autoridade Florestal Nacional	Indicação de que no Relatório de Definição de Âmbito foram identificados todos os factores.
Autoridade Nacional de Protecção Civil	- Indicação da importância dos indicadores serem objetivos e mensuráveis, de modo a permitirem verificar ou comprovar os efeitos significativos no ambiente da aplicação e execução do PDM. - Indicação quanto ao âmbito e ao alcance da AAE dever incidir sobre a identificação e a caracterização dos riscos naturais e tecnológicos existentes na área geográfica do Plano, devendo avaliar-se, em particular, o aumento ou a diminuição da segurança das populações, bens e ambiente. - Indicação da necessidade de se proporem medidas ao nível do ordenamento do território, de modo a garantir a segurança das populações, bens e ambiente. - Referência à consulta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em vigor, bem como do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Estremoz, embora ainda em fase de aprovação.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	- Referência à necessidade de inclusão de um Factor Crítico de Decisão que permita abordar as questões sociais e económicas. - Indicação da necessidade dos indicadores relativos ao solo e uso do solo, corredores ecológicos e paisagem e património se aproximem dos indicadores incluídos no relatório complementar do PROT Alentejo.
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	Indicação de que no Relatório de Definição de Âmbito foram identificados todos os factores.
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP	- Referência a zonas com interesse para a conservação da natureza (ZPE de Veiros, Área adjacente à ZPE de Veiros, S. Bento e Ana Loura, Ribeiro de Ana Loura e Montados). - Destaque para os problemas com a manutenção dos sistemas cerealíferos e pastagens extensivas. - Destaque para o compromisso do Estado Português em manter ou incrementar o estado de conservação favorável das espécies que estão na origem da classificação da ZPE de Veiros. - Recomendação para a substituição do Factor Crítico de Decisão “Áreas Protegidas e Corredores Ecológicos” por “Biodiversidade”.

Consulta às Entidades

Em estreita concordância com o quadro legal em vigor (nos termos do Artigo 7.º, alínea n.º3 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), após a elaboração do presente Relatório Ambiental e antes da sua aprovação, proceder-se-á a uma nova consulta às entidades, durante a qual todas as entidades anteriormente consultadas serão novamente solicitadas para emissão de parecer quanto ao presente relatório.

Consulta Pública

Posteriormente, antes da aprovação do PDM de Estremoz, decorreu o primeiro momento de consulta pública. Neste momento, as entidades interessadas e o público em geral tiveram acesso ao Relatório Ambiental, podendo dar contributos e sugestões no sentido da melhoria da qualidade deste instrumento e da salvaguarda de eventuais interesses cuja potencial afectação tenha sido descurada ou subavaliada.

Em 4 de Fevereiro de 2015, a Câmara Municipal de Estremoz deliberou submeter a discussão pública a Proposta da 1.ª Revisão do PDM de Estremoz, fixando um prazo de 30 dias úteis, com início a partir do 5.º dia útil após a publicação de aviso de abertura do respetivo procedimento no Diário da República.

A consulta pública foi anunciada com uma antecedência de 5 dias, tendo decorrido entre 27 de fevereiro de 2015 e 13 de abril de 2015 (30 dias úteis, com início no 5.º dia útil seguinte após a publicação do Aviso n.º 1985/2015, de 20 de Fevereiro, no Diário da República, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2015).

A abertura do período de discussão pública e o respetivo modo de participação foram divulgados através do Aviso n.º 1985/2015, de 20 de Fevereiro, e das seguintes formas: Publicação do aviso no Diário da República, 2.ª série, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2015; Divulgação do aviso na comunicação social: “Diário do Sul” de 23 de Fevereiro de 2015; Divulgação do aviso na página oficial da internet da Câmara Municipal de Estremoz e Página Oficial na rede social “Facebook”; Publicitação do aviso em todas as Juntas, União de Juntas Freguesia do Concelho e no edifício dos Paços do Concelho de Estremoz.

Durante o período de discussão pública, os interessados puderam apresentar as suas sugestões, informações, reclamações ou pedidos de esclarecimento por: Formulados por escrito, utilizando para o efeito o impresso próprio que poderá ser obtido na Divisão de Ordenamento do Território ou na página oficial do município. Estes deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara e enviados por correio para a morada Rossio Marquês de Pombal, Apartado 86, 7100-513 Estremoz, ou aí entregues pessoalmente; Correio eletrónico para revisao.pdm@cm-estremoz.pt; Através de uma plataforma de participação online disponível na página oficial do município.

No sentido de melhor atingir os objetivos, nomeadamente alertar para a importância desta fase, a CME apresentou em todas as sedes de Freguesia uma perspetiva geral da proposta assim como o seu enquadramento e alcance. Igualmente foram, no decorrer dessas sessões, prestados todos os esclarecimentos que os presentes entenderam solicitar.

Do processo de consulta pública não resultou qualquer contributo para o Relatório Ambiental.

8. CONCLUSÕES

8. Conclusões

Conforme anteriormente preconizado, a identificação sistemática dos impactos das medidas do Plano face a cada um dos FCD, permitiu elencar diversas recomendações, que se consideraram centrais neste exercício de avaliação ambiental. Pela sua abrangência e natureza, a maioria das recomendações destinam-se e devem ser acomodadas e operacionalizadas no âmbito da execução do Plano. Relewa, pela positiva, que as recomendações que poderiam e deveriam ser vertidas na Proposta de Plano, foram ponderadas e acolhidas no processo de elaboração final dos conteúdos documentais que compõem formalmente a Revisão do Plano Diretor Municipal de Estremoz.

Numa outra dimensão, a avaliação ambiental realizada sobre os Factores Críticos de Decisão considerados pertinentes permite concluir que, de um modo geral, a entrada em vigor e a implementação do Plano Diretor Municipal de Estremoz irá concorrer para uma melhoria generalizada da situação atual, que em alguns factores é pouco sustentável e, sem a regulamentação e ordenamento associados a um instrumento de gestão territorial desta natureza, tende para um agravamento.

No quadro seguinte, procura-se sistematizar de forma esquemática esta leitura transversal de análise e avaliação de cada um dos oito Factores Críticos de Decisão.

Quadro 38. Avaliação dos Cenários por Factor Críticos de Decisão

Factores Críticos de Decisão	Temáticas	SITUAÇÃO ACTUAL		CENÁRIOS EVOLUTIVOS	
		Por Temática	Por FCD	CENÁRIO A	CENÁRIO B
				Tendência Evolutiva sem o PDM	Tendência Evolutiva com o PDM
Biodiversidade	▪ Estrutura Ecológica Municipal			↔	↑
	▪ Conservação da natureza e gestão da biodiversidade				
Desenvolvimento Humano	▪ Demografia				
	▪ Saúde				
	▪ Conhecimento e competências			↓	↑
	▪ Inclusão Social				
	▪ Condições de Habitabilidade e Equipamentos Colectivos				
Ordenamento do Território	▪ Solo e uso do solo				
	▪ Instrumentos de Gestão Territorial			↓	↑
	▪ Acessibilidades e Infra-estruturas				
Água	▪ Qualidade da água				
	▪ Abastecimento público de água			↓	↑
	▪ Gestão eficiente da água				
Ar	▪ Qualidade do ar			↔	↑
Riscos Naturais e Tecnológicos	▪ Prevenção e minimização de riscos naturais			↓	↑

Factores Críticos de Decisão	Temáticas	SITUAÇÃO ACTUAL		CENÁRIOS EVOLUTIVOS	
		Por Temática	Por FCD	CENÁRIO A Tendência Evolutiva sem o PDM	CENÁRIO B Tendência Evolutiva com o PDM
	Prevenção e minimização de riscos tecnológicos				
Património Cultural	Património arquitectónico			↓	↑
	Património arqueológico				
Paisagem	Componente rural			↔	↑
	Componente urbana				

LEGENDA:

Situação Actual	Positiva	
	Razoável	
	Negativa	
	Muito Negativa	
Cenários Evolutivos	Positivo	↑
	Inalterável	↔
	Negativo	↓

Atendendo às características da área de intervenção no que concerne aos FCD desenvolvimento humano, ordenamento do território e património cultural a situação atual é ainda muito distante da situação desejável, sendo considerada negativa. No que trata ao FCD desenvolvimento humano, essa avaliação decorre, sobretudo, dos constrangimentos estruturais verificados ao nível do acentuado envelhecimento demográfico e fraca capacidade do concelho em atrair e fixar populações, em particular, em idade ativa, a par da ausência de uma estratégia efetiva de apoio à natalidade, às famílias e à atração de jovens. Para esta avaliação concorre ainda a estrutura de baixas qualificações da população, em geral, factor plausível de comprometer a competitividade económica actual e futura do concelho.

A avaliação negativa da situação atual do FCD património cultural decorre do avançado estado de degradação do centro histórico da Cidade de Estremoz. Espaço de elevado valor cultural, simbólico e da identidade do concelho, a reabilitação e salvaguarda do centro histórico de Estremoz constitui-se essencial com vista à revitalização urbana e funcional deste território, capaz de potenciar uma melhor qualidade de vida aqueles que aí residem e trabalham e afirmá-lo como um pólo de atração turística na Região.

A avaliação do FCD ordenamento do território assenta na inexistência de diversos instrumentos de gestão territorial da maior importância no planeamento e estruturação qualificada do território. Tal configura uma situação de ausência de estratégia e de regulação sobre o regime de uso do solo, capaz de definir modelos de ocupação humana e de proteção e salvaguarda de espaços sensíveis. A aprovação e implementação do PDM vem enformar uma estratégia de planeamento e ordenamento do território, que materializa a concretização de vários instrumentos, em detrimento de um surgimento casuístico.

Os restantes FCD analisados apresentam uma situação atual considerada razoável, em que não constituindo a situação ideal, face à identificação de carências e lacunas, manifesta

amplos progressos. É o caso do FCD água, que apesar de ter situação atual que não é problemática, uma vez que a qualidade da água da rede pública é devidamente monitorizada e apresenta níveis aceitáveis, o facto de o concelho não dispor de um sistema de tratamento de águas residuais que sirva a totalidade da população e a existência de alguns focos de poluição relacionados com a agro-pecuária e indústria, pode deteriorar a qualidade deste recurso.

A aprovação e implementação do PDM de Estremoz contribuirá amplamente para mitigar e ultrapassar muitos dos constrangimentos atuais verificados em cada um dos FCD e, por isso, potenciar um crescimento e desenvolvimento mais sustentado do concelho de Estremoz.

ANEXOS

Anexos

Quadro 39. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Conservação e valorização do património	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆	◆◆
Desenvolvimento social e económico	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆		◆◆◆	◆◆◆	◆
Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆
Gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 40. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra-Estruturas Básicas	Mobilidade/Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra-Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Informação e Conhecimento – constitui a base de todo o exercício de adaptação às alterações climáticas e foca-se sobre a necessidade de consolidar e desenvolver uma base científica e técnica sólida	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Reduzir a Vulnerabilidade e Aumentar a Capacidade de Resposta – constitui o fulcro desta estratégia, e corresponde ao trabalho de identificação, definição de prioridades e aplicação das principais medidas de adaptação	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Participar, Sensibilizar e Divulgar – identifica o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de ação e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação desta estratégia	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Cooperar a Nível Internacional – aborda as responsabilidades de Portugal em matéria de cooperação internacional na área da adaptação às alterações climáticas, bem como no acompanhamento das negociações levadas a cabo nos diversos fóruns internacionais	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 41. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra-Estruturas Básicas	Mobilidade/Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra-Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos	♦♦	♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦
Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para ratificação pelo Decreto no 21/93, de 29 de Junho, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos	♦♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas	♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas	♦	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i> , bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico	♦	♦	♦♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas setoriais	♦♦♦♦	♦♦♦♦	♦♦♦♦	♦	♦♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦
Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦	♦♦♦♦	♦	♦	♦	♦

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil	◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Intensificar a cooperação internacional	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte

Coerência Intermédia

Coerência Fraca



Quadro 42. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆
Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆
Melhor ambiente e valorização do património	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆
Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 43. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional para a Energia (ENE)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Garantir a segurança do abastecimento de energia, através da diversificação dos recursos primários e dos serviços energéticos e da promoção da eficiência energética na cadeia da oferta e na procura de energia	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Estimular e favorecer a concorrência, por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, quer as do setor da energia quer as demais do tecido produtivo nacional	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactos ambientais às escalas local, regional e global, nomeadamente no que respeita à intensidade carbónica do PIB	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 44. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional para as Florestas

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Minimização dos riscos de incêndio e agentes bióticos	◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Especialização do território	◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆
Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável	◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos	◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆
Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 45. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Adaptar um modelo institucional para a concepção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas	◆	◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Adaptar soluções colectivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, reflectindo um modelo de gestão e exploração optimizado	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos setores económicos	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 46. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com a Livro Verde para a Coesão Territorial Europeia

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra-Estruturas Básicas	Mobilidade/Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra-Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Ultrapassar as diferenças de densidade - sugere que a chave se encontra numa melhor coordenação entre cidades e regiões limítrofes, que complemente os respectivos esforços, garantindo que cada território possa maximizar o contributo dado para a prosperidade da União, no seu todo. Ou, por outras palavras, garantir que a Europa seja maior do que a soma das suas partes	◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆
Eliminar distâncias - na União, o acesso a serviços públicos, meios de transporte eficazes, redes energéticas fiáveis e Internet de banda larga continua a ser distribuído de modo desigual. Nas áreas rurais remotas, uma média de 40% das pessoas vivem a mais de 30 minutos de carro do hospital mais próximo e 43% a mais de uma hora de uma universidade. Em 2007, nos lares rurais, o acesso à Internet de banda larga era 15 pontos percentuais inferiores ao das zonas urbanas.	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆
Eliminar as fronteiras administrativas - os problemas ambientais, associados a mudanças climáticas, inundações, declínio da biodiversidade e deslocações diárias, não respeitam qualquer tipo de fronteira, pelo que uma melhor cooperação é necessária para solucionar estes problemas. A política de coesão promove a cooperação por intermédio dos programas INTERREG, mas o Livro Verde sublinha que ainda há muito por fazer. A UE intensifica a sua ação na região do mar Báltico e na bacia do rio Danúbio, por exemplo, onde o reforço da cooperação é considerado como um factor crucial para abordar os problemas ambientais e incrementar a competitividade.	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 47. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano da Bacia Hidrográfica do Guadiana

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspectivas socioeconómicas	♦♦♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦
Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a recuperação de <i>habitats</i> e a manutenção das espécies nos meios hídricos e no estuário	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas, das cheias e dos riscos de acidentes de poluição	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	
Preservar as áreas do domínio hídrico	♦♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦
Racionalizar e optimizar o quadro normativo e institucional vigente	♦	♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico de forma a promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 48. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a recuperação de <i>habitats</i> e a manutenção das espécies nos meios hídricos e no estuário	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas, das cheias, no caso delas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦
Preservar as áreas do domínio hídrico	♦♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦
Participação das populações na proteção dos recursos e do meio hídrico	♦♦♦♦	♦	♦♦♦♦	♦♦♦♦	♦♦♦♦	♦♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦
Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos	♦♦	♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspectivas socioeconómicas	♦♦♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦♦
Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico de forma a promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 49. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Universalidade, continuidade e qualidade do serviço	◆◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Sustentabilidade do setor	◆◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Protecção dos valores de saúde pública e ambientais	◆◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 50. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico de Resíduos Industriais (PESGRI)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
A gestão sustentável dos recursos naturais	◆◆◆◆	◆◆	◆◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆◆
A proteção e valorização ambiental do território	◆◆◆◆	◆◆◆◆	◆◆◆◆	◆	◆◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆◆◆◆
A conservação da natureza, a proteção da biodiversidade e da paisagem	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
A integração do ambiente nas políticas setoriais e de desenvolvimento local e regional	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 51. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Prevenção (Redução da quantidade dos resíduos produzidos; Redução da perigosidade dos resíduos)	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Sensibilização e mobilização dos cidadãos	♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦
Qualificação e optimização da gestão de resíduos	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦
Sistema de informação como pilar de gestão dos RSU	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão de RSU	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 52. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Portugal deve ser um dos destinos na Europa com crescimento mais alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável, alavancando numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦
O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta, tendo como motor a criação de conteúdos autênticos e experiências genuínas na excelência ambiental e urbanística na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial e das entidades públicas	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦♦
A importância do turismo na economia deve ser crescente, constituindo-se como um dos motores de desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional	♦	♦	♦♦♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 53. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦	♦	♦♦♦
Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano	♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Promover a inovação	♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦
Reestruturar e desenvolver o potencial físico	♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦
Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas	♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais	♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦	♦	♦♦
Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras	♦	♦	♦♦	♦♦	♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Proteger os recursos hídricos e o solo	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦♦
Contribuir para a atenuação das alterações climáticas	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	
Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦♦♦
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦
Diversificar a economia rural	♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦
Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais	♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦
Desenvolver competências nas zonas rurais	♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 54. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional da Água (PNA)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos	◆◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico	◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Promover a gestão sustentável da procura de água	◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Promover a racionalização, a optimização e a eficácia do quadro institucional	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆
Promover a informação e a participação das populações	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 55. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos	◆◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, de forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆◆
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 56. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética 2015

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes	◆	◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros	◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (electrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição directa quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamentos	◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Sector Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na directiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆

	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
de comportamentos de consumo											
Programa orientado para duas vertentes: em primeiro lugar para a divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e em segundo lugar para a evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes (principalmente os de carácter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da “competição” entre pares	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆
Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte



Coerência Intermédia



Coerência Fraca



Quadro 57. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Redução da incidência dos incêndios	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	◆	◆◆	◆◆	◆◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Recuperar e reabilitar os ecossistemas	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 58. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Nacional para as Alterações Climáticas

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Definição de cenários de referência contrastados, por forma a, com grande probabilidade, abarcar a gama das realizações possíveis no que se refere ao comportamento da economia e das emissões de GEE, para o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012)	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Quantificar o esforço de redução, em termos de CO ₂ e, para o cumprimento das metas a que Portugal se obrigou no âmbito dos acordos de partilha de responsabilidades celebrados com a União Europeia	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Identificar um conjunto de medidas e instrumentos para controlo e redução das emissões de GEE, atendendo aos critérios de eficácia ambiental, eficiência económica (melhor relação custo-eficácia), incentivo à inovação tecnológica, equidade na distribuição dos rendimentos, integração com outras políticas setoriais, exequibilidade política e administrativa no horizonte de cumprimento (2008-2012), e aceitação por parte dos agentes envolvidos	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Explicitar o cenário de cumprimento da directiva, evidenciando, sempre que necessário, as orientações de política passíveis de promover a implementação das medidas e instrumentos adicionais identificados	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Definir o sistema de monitorização do PNAC, em linha com o que vier a ser estabelecido pelas instâncias internacionais	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 59. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Operacional de Turismo do Alentejo

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Envolver o território e os respectivos interesses setoriais e institucionais	◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆
Mobilizar os agentes do setor	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Afirmar uma nova liderança	◆	◆	◆	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 60. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra-Estruturas Básicas	Mobilidade/Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra-Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Uma região com um posicionamento reforçado no contexto da economia nacional através da ampliação da sua base económica regional, afirmando as suas potencialidades geoeconómicas no contexto ibérico e europeu, consolidando os setores e funções económicas emergentes com uma valência estratégica e apostando na inovação e na competitividade das actividades produtivas tradicionais	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆
Uma região funcionalmente mais aberta e articulada com os territórios envolventes, com particular relevância para o reforço das relações com a AML e com Espanha, dotada de uma qualificada organização territorial de suporte às actividades económicas e de atração de empresas e de população em idade ativa	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆
Uma região com adequados níveis de coesão territorial, sustentada pelo papel do sistema urbano regional como infra-estrutura privilegiada de suporte aos equilíbrios socioeconómicos internos, à sustentabilidade dos espaços rurais, a uma maior integração territorial regional e a uma mais elevada qualidade de vida e de bem-estar social	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆◆
Uma região com marcada identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e, simultaneamente, pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆
Uma região com um relevante património natural, paisagístico e cultural, assente na proteção e valorização ambiental, manifestando resultados eficazes no combate ao processo de desertificação, e na valorização e preservação dos recursos históricos e culturais	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 61. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Optimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades	◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆
Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆
Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Gerir os espaços florestais de forma a promover a conservação dos <i>habitats</i> , da fauna e flora classificados	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 62. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Rodoviário Nacional

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Potenciar o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários	◆	◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Promover o desenvolvimento de potencialidades regionais	◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆
Reduzir o custo global daqueles transportes	◆	◆◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	
Aumentar a segurança da circulação	◆	◆◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Aumentar a satisfação do tráfego internacional	◆	◆◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	
Aumentar a adequação da gestão da rede	◆	◆◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 63. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆
Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆
Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos <i>habitats</i> presentes nos Sítios e ZPE	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos <i>habitats</i> e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos <i>habitats</i> a proteger	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



Quadro 64. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Portugal Logístico (em revisão)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ										
	VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
O desenvolvimento de uma actividade logística centrada no mercado	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
A necessidade de criar espaços de concentração de actividades logísticas, situados estrategicamente em relação às infra-estruturas e redes existentes e dotados de estruturas e serviços diferenciadores	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
As plataformas logísticas terão de possuir condições funcionais alinhadas com as necessidades logísticas, condições físicas que promovam a intermodalidade e a crescente utilização do transporte ferroviário e condições organizacionais que reforcem a competitividade das empresas que aí se instalem	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
O aproveitamento da localização geoestratégica de Portugal em termos de comunicações intercontinentais atlânticas em relação à Europa, nomeadamente, com a América Latina e África, complementando-se a oferta portuária existente com infra-estruturas e serviços logísticos de primeiro nível que alarguem as nossas áreas de influência	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
A criação no país de efetivas vantagens competitivas ao nível da gestão da cadeia de abastecimento proporcionando melhor aproximação às necessidades dos mercados e a facilitação dos inertes fluxos de informação e financeiros	◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆	◆
A resposta eficaz às necessidades de redução de tempos e custos dos ciclos dos fluxos dos produtos	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
A potenciação dos grandes eixos de acessibilidades rodoviária e ferroviária	◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Assegurar uma adequada intermodalidade que tire partido das melhores “performances” ambientais dos transportes ferroviários e marítimos e da especial vocação do caminho-de-ferro para o transporte em massa a distâncias de médio e longo curso	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 65. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Conservação do solo e da água	◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Fixação da população ativa nas zonas rurais	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆◆◆
Recuperação das áreas mais afectadas pela desertificação	◆	◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Sensibilização da população para a problemática da desertificação	◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆
Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e setoriais	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte

Coerência Intermédia

Coerência Fraca



Quadro 66. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦♦	♦♦♦
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦	♦
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦
Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦♦	♦♦♦	♦♦♦
Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦	♦
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	♦	♦	♦	♦♦♦	♦	♦♦♦	♦♦♦	♦	♦	♦	♦♦♦

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 67. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – 2012-2020 (PNEUA)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Optimizar a utilização da água (eficiência da utilização) sem pôr em causa os objetivos pretendidos (eficácia da utilização) ao nível das necessidades vitais, da qualidade de vida e do desenvolvimento económico	◆◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Redução dos caudais captados e dos volumes de águas residuais afluentes ao meio hídrico	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆
Promoção do uso eficiente da água em Portugal, nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico	◆◆◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆◆
Consolidação de uma nova cultura da água em Portugal, valorizando crescentemente este recurso, não só pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico, mas também para a preservação do meio natural	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 68. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade	◆	◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆
Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração, da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante	◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆◆	◆◆◆
Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆
Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆
Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objetivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e coletivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação	◆	◆	◆	◆◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆	◆	◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
Coerência Intermédia
Coerência Fraca



Quadro 69. Análise Global da Coerência do PDM de Estremoz com o Plano de Acção Regional – Alentejo 2020

OBJECTIVOS/ORIENTAÇÕES/EIXOS/ESTRATÉGIA/PRIORIDADES DO INSTRUMENTO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO EM CAUSA	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ESTREMOZ VECTORES DE INTERVENÇÃO DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO										
	Infra- Estruturas Básicas	Mobilidade/ Motorização	Valorização do Mundo Rural	Formação	Afirmação da Cidade	Modernização Administrativa	Serviços Supra- Regionais	Cultura	Valorização do Comércio	Espaço Público	Instrumentos de Planeamento e Gestão territorial
Consolidação do sistema regional de inovação e competências	◆	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆
Qualificação e internacionalização de ativos do território	◆	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆	◆	◆	◆
Renovação da base económica sobre os recursos naturais e excelência ambiental da Região	◆	◆	◆◆◆	◆	◆◆	◆	◆	◆◆	◆◆◆	◆◆	◆
Qualificação do território: das áreas rurais às cidades e da fronteira à fachada atlântica	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆	◆◆◆	◆	◆	◆◆	◆◆	◆◆◆	◆◆
Qualificações, empregabilidade e coesão social	◆	◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆◆	◆◆	◆◆	◆	◆◆	◆◆	◆

LEGENDA:

Coerência Forte
 Coerência Intermédia
 Coerência Fraca



